UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO

Georgia Maria Pinto Nóbrega e Freitas

A propriedade intelectual para o desenvolvimento da cultura de inovação na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

MOSSORÓ
2026

Georgia Maria Pinto Nóbrega e Freitas

A propriedade intelectual para o desenvolvimento da cultura de inovação na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Dissertação apresentada ao Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido para obtenção do título de Mestre em 04 de maio de 2026.

Orientador: Washington Sales do Monte, Prof. Dr.

MOSSORÓ
2026

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

F862p Freitas, Georgia Maria Pinto Nóbrega e.
A propriedade intelectual para o desenvolvimento da cultura de inovação na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN / Georgia Maria Pinto Nóbrega e Freitas. - 2026.
116 f. : il.

Orientador: Washington Sales do Monte.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em Mestrado PROFNIT, 2026.

1. ensino superior. 2. propriedade intelectual. 3. política pedagógica. 4. currículo. 5. cultura de inovação. I. Monte, Washington Sales do , orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade com AACR2 e os dados fornecidos pelo) autor(a).
Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência
Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva
CRB: 15/120

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC´s) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

Georgia Maria Pinto Nóbrega e Freitas

A propriedade intelectual para o desenvolvimento da cultura de inovação na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Dissertação apresentada ao Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido para obtenção do título de Mestre em 04 de maio de 2026.

Defendida em: 04/05/2026.

BANCA EXAMINADORA

_____

Washington Sales do Monte, Prof. Dr. (UFERSA)

Presidente

_____

Marina Bezerra da Silva, Profa. Dra. (IFPI)

Membro Examinador

_____

Rafael Demétrius Rodrigues de Sousa, Prof. Dr. (UERN)

Membro Examinador

RESUMO

A crescente centralidade da inovação nas dinâmicas de desenvolvimento econômico e social tem ampliado o debate sobre o papel das universidades na formação de competências voltadas à geração, proteção e aplicação do conhecimento. Nesse contexto, a propriedade intelectual (PI) assume relevância estratégica ao possibilitar a proteção e a valorização dos resultados da pesquisa científica e tecnológica, além de contribuir para o fortalecimento da cultura de inovação no ensino superior. Diante desse cenário, esta pesquisa teve como objetivo analisar o ensino da Propriedade Intelectual na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e sua contribuição para o fortalecimento da cultura e do desempenho acadêmico em inovação. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das áreas de Ciências Exatas e da Terra e Ciências Sociais Aplicadas da instituição. O corpus da investigação foi constituído a partir das informações presentes nesses documentos, incluindo ementas de disciplinas, objetivos formativos e diretrizes pedagógicas. A análise dos dados foi realizada por meio de técnicas de análise de conteúdo e análise temática, com apoio do *software* IRAMUTEQ, que possibilitou a realização de análises lexicométricas. Os resultados indicam que, embora os PPCs apresentem alinhamento com as diretrizes educacionais nacionais e enfatizem aspectos formativos, institucionais e profissionais, a presença explícita da temática da propriedade intelectual ainda é limitada nos currículos analisados. Observou-se que conteúdos relacionados à inovação, gestão do conhecimento e empreendedorismo aparecem de forma indireta ou fragmentada, o que pode restringir o desenvolvimento de competências voltadas à apropriação e proteção do conhecimento produzido no ambiente acadêmico. Como contribuição, o estudo oferece um diagnóstico institucional sobre a inserção da propriedade intelectual nos currículos da UERN e aponta possibilidades para o fortalecimento dessa temática no ensino superior, destacando a importância de sua integração aos processos formativos como estratégia para o desenvolvimento da cultura de inovação no ambiente universitário, por meio de mudanças na política institucional, no currículo e no alinhamento dos departamentos com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

Palavras-chave: ensino superior; propriedade intelectual; política pedagógica; currículo; cultura de inovação.

ABSTRACT

The growing centrality of innovation in economic and social development dynamics has expanded the debate on the role of universities in fostering competencies related to the generation, protection, and application of knowledge. In this context, intellectual property (IP) assumes strategic relevance by enabling the protection and valorization of the results of scientific and technological research, as well as contributing to the strengthening of an innovation culture in higher education. In light of this scenario, this study aimed to analyze the teaching of Intellectual Property at the State University of Rio Grande do Norte (UERN) and its contribution to strengthening the culture of innovation and academic performance in innovation. The research adopted a qualitative approach, with bibliographic and documentary procedures, based on the analysis of the Pedagogical Course Projects (PPCs) of undergraduate programs in the areas of Exact and Earth Sciences and Applied Social Sciences at the institution. The research corpus consisted of information extracted from these documents, including course syllabi, educational objectives, and pedagogical guidelines. Data analysis was conducted through content analysis and thematic analysis techniques, supported by the IRAMUTEQ *software*, which enabled the performance of lexicometric analyses. The results indicate that, although the analyzed PPCs are aligned with national educational guidelines and emphasize formative, institutional, and professional aspects, the explicit presence of intellectual property within the curricula remains limited. It was observed that topics related to innovation, knowledge management, and entrepreneurship appear in an indirect or fragmented manner, which may restrict the development of competencies related to the appropriation and protection of knowledge produced in the academic environment. As a contribution, this study provides an institutional diagnosis of the presence of intellectual property in UERN curricula and indicates possibilities for strengthening this theme in higher education. It highlights the importance of integrating intellectual property into academic training processes as a strategy to foster an innovation culture in the university environment, through changes in institutional policy, curriculum structure, and alignment between academic departments and the Technological Innovation Center (NIT).

Keywords: higher education; intellectual property; pedagogical policy; curriculum; culture of innovation.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Matriz de Validação 35
FIGURA 2 Nuvem de palavras 44
FIGURA 3 Análise de similitude das ementas 46
FIGURA 4 Dendograma das ementas 48
FIGURA 5 Gráfico comparativo das áreas 50
FIGURA 6 Modalidade de oferta de disciplinas e eixos temáticos 51
FIGURA 7 Dimensão dos tópicos dos Projetos Pedagógicos dos Cursos 61
FIGURA 8 Dendograma dos Projetos Pedagógicos dos Cursos 64
FIGURA 9 Análise de similitude dos Projetos Pedagógicos dos Cursos 67
FIGURA 10 Análise Fatorial de Correspondência dos PPCs 70
FIGURA 11 Classificação de ward 74

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Categorização do dendrograma das ementas 48
TABELA 2 Categorização do dendrograma dos PPCs 64

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Dissertações do PROFNIT com tema semelhante 22
QUADRO 2 Objetivos e descrição das etapas metodológicas 33
QUADRO 3 Cursos por campi da UERN 40
QUADRO 4 Número de disciplina por área e curso 41
QUADRO 5 Número de ementas selecionadas por área e curso 42
QUADRO 6 Cursos selecionados para análise do Projeto Pedagógicos 60
QUADRO 7 As seis fases da análise temática 62
QUADRO 8 Quadro comparativo das análises do IRAMUTEQ 73
QUADRO 9 Classificação e sistematização das fragilidades identificadas – eixo instituições 84
QUADRO 10 Classificação e sistematização das fragilidades identificadas – eixo capital humano 85
QUADRO 11 Classificação e sistematização das fragilidades identificadas – eixo infraestrutura 87
QUADRO 12 Classificação e sistematização das fragilidades identificadas – economia 89
QUADRO 13 Classificação e sistematização das fragilidades identificadas – eixo negócios 90
QUADRO 14 Classificação e sistematização das fragilidades identificadas – eixo conhecimento e tecnologia 92
QUADRO 15 Classificação e sistematização das fragilidades identificadas – eixo economia criativa 94

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFC Análise Fatorial de Correspondência

CEB Câmara de Educação Básica

CES Câmara de Educação Superior

CET Ciências Exatas e da Terra

CHD Classificação Hierárquica Descendente

CNE Conselho Nacional de Educação

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CSA Ciências Sociais Aplicadas

DCN Diretrizes Curriculares Nacional

ENCTI Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

ENI Estratégia Nacional de Inovação

ENPI Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual

ES Ensino Superior

IBID Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento

IFRJ Instituto Federal do Rio de Janeiro

INPI Instituto Nacional de Propriedade Intelectual

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC Ministério da Educação e Cultura

NIT Núcleo de Inovação Tecnológica

OCDE Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMPI Organização Mundial de Propriedade Intelectual

PI Propriedade Intelectual

P&D Pesquisa e Desenvolvimento

PDI Plano de Desenvolvimento Institucional

PIBIC Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBITI Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PNE Plano Nacional de Educação

PPC Projeto Pedagógico do Curso

PROFNIT Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação

SNI Sistema Nacional de Inovação

TCC Trabalho de conclusão de curso

UERN Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFERSA Universidade Federal Rural do Semi-Árido

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO 12
2 INTRODUÇÃO 14
3 JUSTIFICATIVA 18
3.1 LACUNA A SER PREENCHIDA PELO TCC 18
3.2 ADERÊNCIA AO PROFNIT 19
3.3 IMPACTO 20
3.4 APLICABILIDADE 21
3.5 INOVAÇÃO 22
3.6 COMPLEXIDADE 23
4 OBJETIVOS 25
4.1 OBJETIVO GERAL 25
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 25
5 REFERENCIAL TEÓRICO 26
5.1 PROPRIEDADE INTELECTUAL E O ENSINO SUPERIOR 26
5.2 CULTURA DE INOVAÇÃO 28
6 METODOLOGIA 32
6.1 CLASSIFICAÇÃO METODOLÓGICA 32
6.2 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO E DA PESQUISA 32
6.3 ETAPAS METODOLÓGICAS 33
6.4 MATRIZ DE VALIDAÇÃO/AMARRAÇÃO 34
7 RESULTADOS 36
7.1 DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL: UM COMPARATIVO ENTRE AS GRANDES ÁREAS DAS CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS NA UERN 36
7.1.1 Introdução 36
7.1.2 Material e Métodos 39
7.1.2.1 Classificação metodológica 39
7.1.2.2 Delimitação do escopo da pesquisa 39
7.1.2.3 Seleção preliminar das disciplinas 41
7.1.2.4 Exclusão de disciplinas 42
7.1.2.5 Análise de conteúdo 43
7.1.3 Resultado e Discussões 44
7.1.4 Considerações Finais 52
REFERÊNCIAS 54
7.2 COMPREENDER EM QUE MEDIDA A POLÍTICA PEDAGÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN INCENTIVA O ENSINO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL 58
7.2.1 Introdução 58
7.2.2 Material e métodos 59
7.2.2.1 Classificação quanto a técnica de pesquisa metodológica 59
7.2.2.2 Delimitação do escopo da pesquisa 60
7.2.2.3 Análise de conteúdo 62
7.2.3 Resultados e discussão 63
7.2.4 Considerações finais 76
REFERÊNCIAS 77

7.3 PROPOSTAS DE FORTALECIMENTO DO ENSINO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA UERN: SUGESTÕES A PARTIR DAS ÁREAS TEMÁTICAS DO IBID 2025....80
7.3.1 Introdução....80
7.3.2 Material e métodos....83
7.3.3 Resultado e Discussões....84
7.3.4 Considerações Finais....95
8 ENTREGÁVEIS DE ACORDO COM OS PRODUTOS DO TCC....100
8.1 MATRIZ DE SWOT (FOFA)....100
8.2 DIAGRAMA DO MODELO DE NEGÓCIO CANVAS....100
8.3 PRODUTO TECNOLÓGICO....101
9 CONCLUSÃO....102
REFERÊNCIAS....104
10 APÊNDICE A – Matrix FOFA (SWOT)....111
11 APÊNDICE B – Modelo de Negócio CANVAS....112
12 APÊNDICE C – Artigo publicado....113
13 APÊNDICE D – Produto técnico-tecnológico....114

1 APRESENTAÇÃO

Este trabalho parte da compreensão de que a universidade exerce um importante papel no Sistema Nacional de Inovação (SNI), não apenas pela geração de conhecimento científico, mas também por sua missão de formar profissionais conscientes do seu papel social, tornando-se um ambiente propício à propagação da cultura de inovação. Contudo, consolidar a cultura de inovação é um desafio para muitas instituições públicas de ensino superior, especialmente aquelas localizadas em regiões com investimentos menores em ciência e tecnologia. Assim, considerando a importância da propriedade intelectual (PI) para a valorização e proteção do conhecimento acadêmico e seu potencial de propagar a inovação, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o ensino de PI na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e sua contribuição para o fortalecimento da cultura e do desempenho acadêmico em inovação.

De forma específica: (i) mapear sua presença nos cursos das áreas de ciências exatas e da terra e ciências sociais aplicadas; (ii) compreender como o ensino de PI está estruturado nos projetos pedagógicos; (iii) propor caminhos que articulem a PI com a formação inovadora dos estudantes e (iv) apresentar um relatório técnico conclusivo. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com análise documental dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), utilizando técnicas de análise de conteúdo com apoio do *software* IRAMUTEQ.

Os resultados indicam que o ensino de propriedade intelectual na universidade é ainda fragmentado e concentrado em disciplinas optativas, o que limita seu alcance e dificulta a consolidação de uma cultura de inovação. No contexto da política institucional, a propriedade intelectual também está ausente, sendo possível identificar uma preocupação em nível macro de política que não está alinhada de forma prática na transformação da propriedade intelectual como um eixo transversal.

Com isso, o estudo propõe ações estratégicas para a universidade contemplar uma formação mais integrada e voltada à inovação, por meio de: alterações nas políticas pedagógicas, integração de disciplinas, capacitação de docentes na temática, alinhamento dos departamentos acadêmicos com o Núcleo de Inovação e Tecnologia (NIT) da universidade, criação de editais e programas de fomento a projetos e pesquisas inovadoras.

Justifica-se a importância desta pesquisa pelo potencial de fortalecimento da inovação no ambiente acadêmico, a partir da propagação do conhecimento relativo à propriedade intelectual no âmbito de uma instituição de ensino de relevante impacto social. Além do mais, a pesquisa é inovadora uma vez que o diagnóstico institucional quanto ao ensino em propriedade intelectual na UERN é inédito e a metodologia aplicada é passível de replicabilidade. Frisa-se, ainda, que as proposições apresentadas no relatório técnico subsidiarão políticas internas voltadas à inovação, fortalecendo a cultura institucional e gerando impacto em toda comunidade local.

2 INTRODUÇÃO

O conceito de inovação ao longo do tempo passou por diversas abordagens, à medida que a percepção dos agentes promotores de inovação foi ampliada. Inicialmente associado ao desenvolvimento econômico e à dinâmica empresarial, como descrito por Schumpeter (1982), o conceito foi expandido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que define inovação como “a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas” (OCDE, 2005, p. 55).

A definição de inovação da OCDE é presente em todas as pesquisas que buscam conceituá-la, contudo seu campo de estudo é ainda mais vasto, podendo ser originada por diversos atores da sociedade para solução de problemas não restritos à esfera econômica. Nessa perspectiva, surgiu o conceito de inovação social descrita por Farfus e Rocha (2007, p. 77) “como a busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento, imitação e adoção de “arranjos sociais alternativos” para produzir algo”. Essa tipologia de inovação é oriunda da concentração de saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico, desenvolvido por uma coletividade para construção de soluções de transformação social (Baumgarten, 2008).

Para Amabile (1996), a inovação está presente em todo lugar e todos são capazes de promovê-la desde que recebam os estímulos certos. Há muito ela estava associada a ideia de mercado, tecnologia e a necessidade de altos investimentos e conhecimento científico para obtê-la, no entanto, hoje, a inovação também é compreendida como a capacidade de criar soluções utilizando recursos extraídos da própria localidade onde é desenvolvida, com redução de custo, para atender as necessidades daqueles de menor poder aquisitivo. Essa adaptação conceitual surgiu em países em desenvolvimento como a Índia e aqui no Brasil ficou conhecida como inovação frugal (Koerich; Cancellier, 2020).

Pela variedade de conceitos, pode-se entender que a inovação é oriunda de esforços integrados de diversos atores ou organizações para alcançar objetivos comuns. Ela é sistêmica e adaptativa a diversos contextos, assim sua propagação

deve considerar os fatores externos e internos, aos quais está submetida (Silva, 2019). Desse modo, a cultura de inovação não pode ser tratada de forma unidimensional, por ser mais complexa do que isso (Pimentel; Loiola; Diogo, 2020).

Dobni (2008, p. 540) em seu estudo empírico para medir a cultura de inovação em uma organização, reúne características em várias pesquisas para construir sua definição como “um contexto multidimensional que inclui a intenção de ser inovador, a infraestrutura para dar suporte à inovação, comportamentos de nível operacional necessários para influenciar uma orientação de mercado e valor, e o ambiente para implementar inovação”. A implementação desses fatores estimulará a criatividade e tornarão o ambiente mais colaborativo e adaptável, capaz de superar limitações como necessidade de investimentos tecnológicos (Jaskyte; Dressler, 2004; Bruno-Faria; Fonseca, 2014). Todavia, para a criação de ambientes colaborativos e adaptáveis não depende apenas de estruturas internas ou práticas organizacionais, mas também de uma rede articulada de ações que envolvam múltiplos atores.

Nesse sentido, a construção da cultura de inovação requer uma atuação integrada entre os agentes que compõem o sistema de inovação, compreendendo empresa, governo e universidade, para além de uma associação voltada à investimentos tecnológicos, uma que envolva também a adaptação local e soluções acessíveis (Silva, 2019). Ludvall (1992) define sistema nacional de inovação (SNI) como a colaboração entre instituições públicas e privadas que interagem para criar, adaptar e propagar novos conhecimentos e tecnologias. Nessa relação, a universidade é tida como elemento chave, pois além de gerar conhecimento científico e formar recursos humanos é uma importante promotora da cultura de inovação, realizando a conexão entre ciência, tecnologia e sociedade (Nelson, 1993).

No Brasil, onde o sistema de inovação ainda está em consolidação, o papel da universidade ganha maior relevo, pois a pesquisa acadêmica é a principal fonte de conhecimento para a produção de inovações, considerando o baixo investimento do setor privado em pesquisa (Almeida; Maricato, 2021). Entretanto, esse conhecimento precisa gerar benefícios à sociedade para ser considerado inovação e a universidade precisa conhecer sua função no SNI para orientar a produção de sua pesquisa à resolução de problemas práticos que promovam melhoria social.

O produto do conhecimento oriundo do desenvolvimento intelectual, que proporciona melhorias, é a materialização da inovação. A proteção a esse esforço

inovativo é conhecida como direito de propriedade intelectual, a qual compreende um conjunto de leis e regramentos que dão garantias e proteção ao criador de obras intelectuais estabelecendo condições para a disposição do seu invento e sua compensação (OMPI, 2016). Portanto, não há como falar de inovação ou cultura de inovação, sem contemplar a propriedade intelectual.

De forma sucinta, a propriedade intelectual é um ramo do direito que se divide em três principais áreas: direito autoral, que protege as criações artísticas, literárias, de reprodução e os programas de computador; propriedade industrial, que contempla as patentes, marcas, desenho industrial e indicações geográficas e outras proteções denominadas sui generis, como topografia de circuito integrado e cultivares (Paesani, 2015). Conhecer os tipos e as nuances inerentes à propriedade intelectual compõem a formação da competência inovadora do pesquisador, devendo seu conteúdo ser propagado no âmbito da universidade (Ritter; Amorim; Leonardo, 2021).

Silva, Abud e Fernandes (2022, p. 79) reforçam essa ideia ao apontarem como requisito para se estabelecer uma cultura de propriedade intelectual a necessidade de conhecer o nível de conscientização acerca: “(i) da importância da valorização das ideias criativas; (ii) da importância do respeito aos direitos de propriedade de terceiros; (iii) da possibilidade de exploração econômica dos resultados da pesquisa; e (iv) do papel da universidade no SNI”.

Ademais, pode-se afirmar que o conhecimento relativo à propriedade intelectual é o caminho para viabilizar a concretização de uma cultura de inovação.

Nesse sentido, estudos como o de Guilhermat et. al (2018), Ritter, Amorim e Leonardo (2021), Silva, Abud e Fernandes (2022) e Rodrigues, Santos e Oliveira (2023) frisam a necessidade de inclusão do tema de propriedade intelectual em currículos universitários para promoção de uma cultura de inovação que permitam às universidades contribuírem com o desenvolvimento econômico e social. Países da União Europeia e Estados Unidos já adotam há muito tempo a curricularização da PI, por compreenderam que é através da educação que alcançarão um sistema de inovação sólido e apto a promover desenvolvimento econômico e social (Senado Federal, 2021). Já afirmava Silva, Abud e Fernandes (2022, p. 77) que, “quem possui conhecimento sobre inovação e PI é capaz de gerar riquezas e benefícios à sociedade”.

Silva (2019) aponta que as políticas públicas de abrangência nacional evoluíram com previsões de consolidação de uma cultura de inovação com enfoque no conhecimento, contudo essa política não está consolidada nos currículos educacionais. Diante disso, o presente estudo propõe analisar o ensino da Propriedade Intelectual na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e a sua contribuição para o fortalecimento da cultura e do desempenho acadêmico em inovação.

3 JUSTIFICATIVA

3.1 LACUNA A SER PREENCHIDA PELO TCC

Para que a universidade cumpra o papel que lhe é atribuído no âmbito do Sistema Nacional de Inovação (SNI), torna-se fundamental que as instituições de ensino superior compreendam a relevância de sua atuação nesse sistema, tanto no desenvolvimento de pesquisas quanto na formação de profissionais capazes de reconhecer a importância da propriedade intelectual para o desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo (Almeida; Maricato, 2021). Nesse sentido, diferentes ações são necessárias para que as universidades se adequem a essas demandas, entre elas a incorporação de conteúdos relacionados à inovação e propriedade intelectual (PI) nos currículos (Rodrigues; Santos; Oliveira, 2023; Castioni, 2023).

Apesar dos avanços normativos observados nas últimas décadas, especialmente após a promulgação da Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), ainda se observa que muitas universidades brasileiras não conseguiram implementar plenamente as diretrizes voltadas ao fortalecimento da inovação no ambiente acadêmico. Nesse contexto, diversos estudos têm buscado mapear a situação da inovação nas instituições de ensino superior do Brasil, sendo marcante as desigualdades regionais na consolidação de políticas e práticas voltadas à inovação (Faria; Machado, 2013; Tomasi, 2015; Echalar; Lima; Oliveira, 2020).

Nesse cenário, insere-se a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, instituição pública sediada na cidade de Mossoró, com atuação multicampi e forte inserção social em todo o estado. A universidade desempenha papel relevante na formação profissional e na transformação da realidade regional, contando atualmente com aproximadamente dez mil estudantes matriculados e formando, anualmente, mais de mil profissionais em diversas áreas do conhecimento (UERN, 2026).

Embora a UERN tenha avançado com a constituição do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e aprovação de sua política de inovação (Resolução Consepe/UERN nº 04/2024), esses avanços foram recentes e a universidade ainda trilha os primeiros passos para criação de uma cultura de inovação dentro da comunidade.

Assim, a presente proposta de TCC busca apresentar um panorama inédito sobre o nível de conhecimento e a presença da propriedade intelectual na UERN, a partir dos cursos de áreas que se destacam na discussão e produção de PI, como ciências sociais e humanas e ciências exatas e da terra. Ao realizar esse mapeamento, a pesquisa pretende contribuir para o fortalecimento da política institucional de inovação da universidade, bem como para a formação de pesquisadores mais conscientes de seu potencial de geração, proteção e aplicação do conhecimento produzido no ambiente acadêmico.

3.2 ADERÊNCIA AO PROFNIT

Este trabalho propõe, para além da realização de um estudo diagnóstico sobre o ensino de Propriedade Intelectual na universidade, contribuir de forma prática para o fortalecimento da cultura de inovação na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. A partir da análise dos currículos e da política pedagógica dos cursos, a pesquisa apresenta sugestões de ações institucionais voltadas à ampliação e à qualificação do ensino de Propriedade Intelectual, buscando favorecer a consolidação de uma cultura de inovação no ambiente acadêmico e fortalecer a inserção da universidade no Sistema Nacional de Inovação.

Nesse sentido, o objeto desta pesquisa encontra-se diretamente alinhado aos objetivos do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), entre os quais se destaca a difusão e a aplicação do conhecimento relacionado à Propriedade Intelectual e à transferência de tecnologia como instrumentos para o desenvolvimento local, regional e nacional (FORTEC, 2020). Ao investigar como a temática da Propriedade Intelectual está inserida nos cursos de graduação e propor estratégias para seu fortalecimento, o estudo contribui para a melhoria da capacidade institucional de formação de profissionais mais preparados para atuar em ambientes inovadores e para reconhecer o valor estratégico da proteção e da gestão do conhecimento.

Além disso, a pesquisa apresenta potencial de transformação institucional ao oferecer subsídios para melhorar as políticas acadêmicas da universidade no campo da inovação. A implementação gradual das ações propostas pode contribuir para ampliar a disseminação do conhecimento sobre PI no ambiente universitário,

favorecendo a formação de estudantes e pesquisadores mais conscientes do papel da proteção e da transferência do conhecimento no desenvolvimento científico, tecnológico e social. Dessa forma, espera-se que a universidade fortaleça progressivamente sua atuação no ecossistema de inovação regional, ampliando sua contribuição para a difusão da cultura de Propriedade Intelectual e para a formação de profissionais capazes de atuar de forma estratégica no contexto da inovação.

3.3 IMPACTO

De acordo com dados disponibilizados no portal institucional “UERN em Números”, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte apresentou avanços progressivos na produção de ativos de Propriedade Intelectual nos últimos anos. No período de 2017 a 2024, a instituição realizou 34 depósitos de patente junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), destacando-se o ano de 2024, com sete pedidos de registro, o maior número observado no período. Além disso, a universidade conta atualmente com 9 cartas patente concedidas a partir de 2021, 55 registros de programas de computador e 5 marcas registradas. Contudo, não há registro, na página institucional, da formalização de contratos de transferência de tecnologia ou acordos de parceria para exploração desses ativos (UERN, 2026).

Apesar de evidenciar uma evolução gradual na geração de ativos de PI, esses indicadores também sugerem desafios relacionados à consolidação da cultura de inovação institucional. Quando comparados aos dados de instituições próximas, como a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), também localizada em Mossoró, observa-se uma diferença significativa na produção de ativos de PI. A UFERSA apresenta atualmente cerca de 90 patentes depositadas e 24 concedidas, aproximadamente 200 registros de *software*, 35 pedidos de marcas e um registro de topografia de circuito integrado (UFERSA, 2025). A primeira patente concedida à UFERSA foi em 2023 (UFERSA, 2023), momento em que a UERN já contava com 8 cartas patente (UERN, 2026).

Após esse período, a UFERSA registrou um crescimento exponencial de ativos, enquanto a UERN, pioneira na concessão de patentes na localidade, apresentou estagnação na produção de PI. Esses dados evidenciam um campo fértil para o desenvolvimento de inovação na UERN, necessitando, contudo, de estratégias

institucionais voltadas ao estímulo e gestão da propriedade intelectual, a fim de retomar o seu crescimento.

Nesse contexto, reconhecendo a capacidade de produção científica da UERN e sua relevância para o desenvolvimento regional, o presente estudo busca contribuir para o fortalecimento da cultura de inovação institucional ao oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas acadêmicas relacionadas à propriedade intelectual. Ao mapear a presença da temática nos currículos e propor ações voltadas à ampliação de sua inserção nos processos formativos, a pesquisa pretende apoiar a universidade na consolidação de estratégias mais efetivas de geração, proteção e aplicação do conhecimento produzido no ambiente acadêmico.

Dessa forma, o impacto potencial deste trabalho ultrapassa a dimensão estritamente acadêmica, podendo refletir na qualificação da formação profissional dos estudantes, no fortalecimento das práticas de inovação e na ampliação da capacidade institucional de geração de ativos intelectuais. Em longo prazo, tais contribuições podem favorecer a inserção mais ativa da universidade no ecossistema regional de inovação, ampliando seu papel no desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico do estado do Rio Grande do Norte.

3.4 APLICABILIDADE

A metodologia adotada para o levantamento e análise dos dados permitirá à UERN obter um panorama sistematizado acerca da presença e do nível de conhecimento relacionado à propriedade intelectual no contexto dos cursos de graduação de Ciências Exatas e da Terra e Ciências Sociais Aplicadas. Além de apresentar esse diagnóstico, o estudo propõe, em sua etapa final, um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento do ensino de PI no ambiente universitário. Essas propostas têm o potencial de orientar iniciativas institucionais voltadas à ampliação da disseminação do conhecimento sobre inovação e proteção do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento gradual de uma cultura de inovação no âmbito da comunidade acadêmica.

Espera-se que, a partir da implementação das ações nos cursos estudados e consequentemente com a melhoria dos seus resultados, o conhecimento seja disseminado a todas as áreas do saber, ampliando a compreensão da comunidade

acadêmica acerca do papel estratégico da PI na geração, proteção e aplicação do conhecimento científico.

Adicionalmente, o método utilizado na pesquisa apresenta potencial de replicabilidade em outras instituições de ensino superior. A aplicação dessa abordagem metodológica em diferentes contextos institucionais pode permitir o diagnóstico do nível de conhecimento sobre propriedade intelectual no ambiente universitário, fornecendo subsídios para a formulação de políticas e estratégias capazes de fortalecer não apenas o ensino como a gestão do conhecimento.

3.5 INOVAÇÃO

Embora existam estudos que investiguem a presença da temática da Propriedade Intelectual em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil, como as pesquisas do PROFNIT elencadas no Quadro 1, o presente trabalho se diferencia tanto pela escolha da instituição analisada quanto pela metodologia empregada.

QUADRO 1 – Dissertações do PROFNIT com temas semelhantes

ANO	AUTOR	TÍTULO
2020	Wallace Cássio Noia	PROPRIEDADE INTELECTUAL, EMPREENDEDORISMO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA: proposta de inserção de disciplinas em cursos da UESC
2023	Cirleide Pereira dos Santos	PERSPECTIVA DE INOVAÇÃO POR MEIO DA CURRICULARIZAÇÃO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL: um estudo de caso no Curso de Direito da UFT (Câmpus de Palmas)
2023	Jociane dos Santos Souza[1]	O ENSINO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL COMO ESTRATÉGIA NO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE INOVAÇÃO
2023	Cleidiane Facundes Monteiro[1]	ENSINO DO TEMA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA UNIFAP: UMA PROPOSTA DE CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE PI À COMUNIDADE ACADÊMICA
2025	Yanka Andrade Senna Vidigal	O ENSINO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAM
2025	Francisco de Assis Rêgo Neto	GESTÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA NO ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO: UM ESTUDO A PARTIR DOS CAMPI DO IFPA

FONTE: Autor da pesquisa, 2026

[1] A íntegra dessa dissertação não foi localizada no repositório da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

Esses trabalhos, em geral, concentram-se na proposição de disciplinas ou cursos voltados ao tema. O presente estudo, por sua vez, amplia essa abordagem ao realizar um diagnóstico institucional mais abrangente, articulando análise curricular, análise das políticas pedagógicas e proposição de estratégias institucionais para fortalecimento da cultura de inovação, por meio de uma metodologia que integra análise documental, análise de conteúdo e análise lexical auxiliada por *software*.

Dessa forma, a pesquisa pode ser classificada como de alto teor inovativo por oferecer um diagnóstico inédito sobre o tratamento da temática no âmbito institucional, não só a nível de ensino como de política, o que contribui para ampliar o conhecimento sobre a relação entre ensino, inovação e gestão do conhecimento no contexto da universidade.

Outro aspecto inovador refere-se à metodologia adotada. A pesquisa combina abordagem bibliográfica e documental com a aplicação de técnicas de análise de conteúdo propostas por Bardin e análise temática, associadas ao uso do *software* IRAMUTEQ para tratamento e análise lexical do corpus textual. Essa combinação metodológica permite conferir maior robustez às interpretações, ao mesmo tempo em que reduz o grau de subjetividade frequentemente associado às análises qualitativas tradicionais.

Além disso, a pesquisa inova ao articular o diagnóstico com a proposição de ações institucionais direcionadas a combater ou minimizar suas fragilidades e voltadas ao fortalecimento da cultura de inovação na universidade. Ao apresentar os resultados obtidos de forma alinhada com indicadores utilizados em estudos sobre desenvolvimento inovativo, o trabalho amplia o potencial de aplicação prática de seus resultados, contribuindo para orientar estratégias institucionais de fortalecimento do ensino de Propriedade Intelectual e da gestão do conhecimento no ambiente acadêmico.

3.6 COMPLEXIDADE

O presente trabalho caracteriza-se como uma produção de média complexidade, uma vez que sua realização exigiu a análise sistemática de um conjunto significativo de documentos institucionais, especificamente os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

A partir desses documentos, foram extraídas diversas informações relacionadas à estrutura curricular, às ementas das disciplinas e às diretrizes pedagógicas dos cursos analisados, as quais constituíram o corpus da pesquisa.

A análise desse material demandou a organização e sistematização das informações contidas nos PPCs, para construção do corpus textual a ser analisado pelo IRAMUTEQ e posterior aplicação de técnicas de análise de conteúdo para identificar padrões, recorrências e lacunas relacionadas à presença da temática da Propriedade Intelectual nos currículos. Além disso, a pesquisa também buscou relacionar os resultados obtidos com diretrizes e políticas nacionais de inovação, permitindo interpretar os achados à luz do papel das universidades no sistema de inovação.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o ensino da Propriedade Intelectual na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, e a sua contribuição para o fortalecimento da cultura e do desempenho acadêmico em inovação.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear o ensino da Propriedade Intelectual na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN a partir cursos de ciências exatas e da terra e dos cursos de ciências sociais aplicada;

- Compreender em que medida a política pedagógica da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN incentiva o ensino da Propriedade Intelectual;

- Propor caminhos e possibilidades para o ensino da Propriedade Intelectual na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN alinhado ao desempenho acadêmico em inovação;

- Construir relatório técnico conclusivo que apresente de forma objetiva um plano de ação.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 PROPRIEDADE INTELECTUAL E O ENSINO SUPERIOR

A propriedade intelectual tem um importante papel na promoção do desenvolvimento econômico e social, sendo ela o produto do conhecimento e do intelecto humano, a apropriação do seu conteúdo é uma etapa essencial para que esse conhecimento gere inovação e consequentemente desenvolvimento (Santos; Régis; Correia, 2022).

Para os autores Nascimento e Ozak (2018), no Brasil, onde o setor econômico não tem investimento expressivo em pesquisa e desenvolvimento (P&D), é ainda mais importante a inserção do ensino de propriedade intelectual nas universidades, pois para além de formadora de profissionais, elas detêm uma parcela importante na geração de competências inovadoras, na medida em que transferem conhecimento a sociedade. Assim, a PI torna-se um instrumento para a valorização, disseminação e transferência do conhecimento científico e tecnológico e a universidade um agente estratégico na propagação dos conhecimentos sobre PI (Silva; Abud; Fernandes; 2022).

Amorim-Boher et. al (2009) apresentam em seu estudo, “Ensino e Pesquisa em Propriedade Intelectual no Brasil”, o panorama brasileiro no que concerne ao ensino de PI nos anos de 2005 a 2008. Os autores observaram que as capacitações estavam restritas a cursos de curta duração e programas de pós-graduação *lato sensu*, concentrados em sua grande maioria no Rio de Janeiro, não sendo suficientes para disseminação do assunto. Esperava-se um progresso na capacitação do tema com a criação do Mestrado Profissional em Inovação e Propriedade Intelectual pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) em 2007.

No mesmo sentido, Faria (2011), em sua dissertação intitulada “O ensino da Propriedade Intelectual nos cursos superiores do Brasil: razões e proposições”, aponta que o ensino da propriedade intelectual no país ainda é pouco expressivo, estando restrito a programas de pós-graduação e disciplinas isoladas em cursos de direito. A autora defende sua inserção em todos os cursos de graduação, ressaltando a importância da PI, para além de formar recursos humanos qualificados e disseminar

o conhecimento sobre o assunto, como um meio de impulsionar o desenvolvimento econômico.

Na esteira dessas pesquisas outras foram realizadas reforçando a importância do ensino de PI, como o trabalho de Gimenez, Bonacelli e Carneiro (2013) em: “Proposta de Disciplina de Propriedade Intelectual a partir de Práticas de Ensino em Instituições Selecionadas”; o estudo de Faria e Machado (2013) em: “Propriedade Intelectual e Inovação no Ensino Superior Brasileiro: Razões e Proposições”, a dissertação de Tommasi (2015), com o tema: “O Ensino de Propriedade Intelectual para o fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação”, e a pesquisa de Nascimento e Ozak (2018), “Não sei mas quero saber: um estudo sobre o conhecimento de estudantes de ensino técnico sobre propriedade intelectual”. Contudo, os estudos demonstram as mesmas fragilidades para consolidação do ensino de PI como disciplina obrigatória em todos os currículos.

Dentre as dificuldades apontadas nos diversos trabalhos, é possível identificar a recorrência de alguns fatores como, carência de políticas públicas eficazes no estímulo ao ensino de PI (Faria; Machado, 2013; Silva, 2019), necessidade de capacitação docente (Freire; Carvalho, 2021; Rodrigues; Santos; Oliveira, 2023;), ausência de diretrizes institucionais, quanto ao estabelecimento de conteúdos mínimos para integrar os componentes curriculares (Gimenez, 2012; Freire; Carvalho, 2021; Souza; Maranhão, 2024;), deficiência de material didático (Gimenez, 2012; Nascimento; Ozak, 2018; Freire; Carvalho, 2021).

Na prática, observa-se que o ensino da PI nas universidades públicas brasileiras, quando existe, ocorre majoritariamente nos cursos de Direito, com abordagens restritas aos aspectos legais (Nascimento; Ozak, 2018; Souza; Maranhão, 2024). Nos demais cursos, sua presença não está necessariamente articulada ao currículo, estando presente de forma pontual dentro de outras disciplinas, por iniciativa de docentes, ou ofertado predominantemente como disciplinas optativas, como extensão ou capacitação isolada (Souza; Maranhão, 2024). Esse distanciamento curricular compromete o desenvolvimento de uma competência inovadora ampla e integrada, que envolva desde a produção do conhecimento até sua apropriação e uso social (Faria, 2011; Casado Filho, 2024).

Políticas como a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI), instituída em 2021, reconhece a necessidade de fortalecimento da educação em PI

no Brasil como um dos seus eixos prioritários, com proposta de ações voltadas à formação inicial e continuada de professores e à inclusão do tema em todos os níveis de ensino (ME, 2021; Rêgo; Rocha, 2022). Entretanto, nos relatórios de acompanhamento das ações é possível aferir que os esforços para sua implementação ainda são insuficientes, não havendo uma correlação direta entre o objetivo pretendido e as ações propostas (MDIC, 2024a; MDIC, 2024b; Silva, 2019).

Ademais, a ausência de normativas específicas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, documento norteador da construção dos currículos universitários, dificulta sua implementação de forma sistemática e obrigatória (Faria, 2011). Nesse cenário, compreender como as universidades têm incorporado, ou deixado de incorporar, o ensino de PI nos currículos é crucial para avaliar sua capacidade de fomentar a inovação de forma institucionalizada.

5.2 CULTURA DE INOVAÇÃO

A cultura de inovação é um conceito multifacetado, cuja definição tem sido desafiadora para pesquisadores de diferentes campos, dada sua complexidade e transversalidade (Pimentel; Loiola; Diogo, 2020). Estudos como o de Bruno-Faria (2014) e Dionísio (2019), apresentam revisão da literatura sobre a cultura de inovação, visando conceituá-la e compreender o contexto organizacional em que ela se insere.

Nas diversas tentativas de defini-la, os autores constroem sua concepção a partir de elementos considerados essenciais para se caracterizar uma cultura de inovação. Nas pesquisas sobre o tema, destaca-se a concepção de Dobni (2008), para o qual a cultura de inovação, de forma sucinta, trata-se de um contexto multidimensional que envolve desde a intenção de inovar até a infraestrutura necessária para sustentar a inovação, passando por comportamentos operacionais e pela articulação entre os agentes envolvidos.

Aplicando esse conceito no ambiente universitário, essa cultura é expressa na forma como a instituição promove a interdisciplinaridade, apoia a geração de conhecimento novo, por meio de habilidades individuais e coletivas, converge as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e estabelece conexões com a sociedade e o setor produtivo (Pimentel; Loiola; Diogo, 2020).

Com isso, pode-se afirmar que o fortalecimento da cultura de inovação requer mais do que investimentos em infraestrutura: exige a disseminação de valores que estimulem a experimentação, a proteção e a aplicação do conhecimento produzido (Bruno-Faria; Fonseca, 2014). No atual cenário do ensino brasileiro, isso implica em reformular currículos, promover a inserção transversal de conteúdos sobre inovação e PI, e fomentar ambientes colaborativos e adaptáveis (Rodrigues; Santos; Oliveira, 2023). Para tanto, o estímulo a essas mudanças deve partir de políticas a nível macro de Governo, considerando a dimensão e o impacto advindo dessas transformações nas mais diferentes esferas sociais (Faria; Machado, 2013).

No âmbito das políticas públicas, a cultura de inovação no ensino superior brasileiro tem sido impulsionada por instrumentos como a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), que elenca a educação como pilar para valorização da cultura científica e construção de uma nação soberana e em condições de interagir com o cenário internacional (Almeida; Guarda; Rocha, 2023); a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI) que prevê um eixo específico para disseminação, formação e capacitação em PI e ações visando a inclusão do tema na grade curricular de diversos níveis (Brasil, 2021); e, o Plano Nacional de Educação (PNE) que reforça a necessidade de articulação entre formação acadêmica e desenvolvimento científico e tecnológico (Echalar; Lima; Oliveira, 2020).

Nesse sentido, foi aprovado o Parecer CNE/CES nº 334/2019, o qual apresenta orientações gerais para construção dos currículos universitários, propondo flexibilização curricular e estímulo à criatividade, ao empreendedorismo e à resolução de problemas no ensino superior, elementos centrais da cultura inovadora (MEC, 2019).

Todavia, como observam Pimentel, Loiola e Diogo (2020), a cultura de inovação nas universidades ainda não está consolidada, especialmente em instituições de menor porte e regiões com menos recursos. A presença da inovação nos discursos institucionais nem sempre se traduz em práticas curriculares efetivas, sendo comum a fragmentação dos conteúdos inovadores e sua inserção de forma pontual (Souza; Maranhão, 2024). A Propriedade Intelectual, nesse cenário, pode atuar como elemento catalisador dessa cultura, à medida que capacita os sujeitos para reconhecer, proteger e aplicar socialmente os resultados do conhecimento produzido (Faria, 2011).

Assim, o fortalecimento da cultura de inovação no ensino superior brasileiro requer a adoção de políticas pedagógicas e curriculares que articulem inovação, criatividade e propriedade intelectual como competências formativas essenciais (Souza; Maranhão, 2024). Esse processo exige uma atuação institucional coordenada, capaz de integrar as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão a partir de uma lógica sistêmica e orientada ao bem comum.

5.3 A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Antes de apresentarmos os dados levantados e darmos início a análise dos mesmos, importa conhecer a instituição em estudo e suas características para entender o contexto ao qual o resultado está inserido e melhor avaliá-lo.

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) está localizada na cidade de Mossoró e polarizada em todo o Estado através de seus outros 5 campi localizados em Natal, Assú, Patu, Caicó e Pau dos Ferros. Foi criada pela Lei Municipal nº 20/68, como resultado da aglutinação de 4 faculdades existentes à época: a Faculdade de Ciências Econômicas, a Faculdade de Serviço Social, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Escola Superior de Enfermagem. Em 1987 foi estadualizada, momento em que passou por um processo de profissionalização de seu corpo docente, expandindo sua autonomia para consolidar um ensino público capaz de atender as necessidades locais (UERN, 2016).

Esse processo foi importante para seu reconhecimento como universidade, em 1993, pelo Conselho Federal de Educação. Logo após, no mesmo ano, foram aprovados novos cursos como física, química e biologia, na modalidade licenciatura e ciência da computação em 1998, na modalidade bacharelado. Até essa época, a universidade consistia majoritariamente de licenciaturas nas humanidades. Apenas após 2002, a universidade se expandiu para outros campi e ampliou os cursos das áreas do conhecimento que já ofertava, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Letras (UERN, 2016).

Atualmente, ainda predominam na universidade oferta de cursos na modalidade licenciatura (34) em prol da modalidade bacharelado (26), conforme consulta a página “UERN em Números” (UERN, 2026). Essa característica institucional é importante na avaliação dos resultados e produções de ativos de PI,

uma vez que os cursos de licenciatura possuem perfil voltado à formação de professores. Outra característica relevante é que a universidade não possui nenhum curso na área de engenharia, a qual entre as áreas do conhecimento se destaca na produção de tecnologias (Santos; Régis; Correia, 2022).

6 METODOLOGIA

6.1 CLASSIFICAÇÃO METODOLÓGICA

O método de pesquisa empregado é o qualitativo, caracterizado por dar ênfase no contexto, buscando sua compreensão, a fim de se apropriar do fenômeno. A subjetividade predomina nesse método, comumente aplicado para situações complexas, que não permite definir, a princípio, o caminho de pesquisa a ser utilizado e por tal razão, possui mais flexibilidade no processo de condução da pesquisa (Dalfovo; Lana; Silveira, 2008).

A pesquisa se classifica quanto a sua natureza como aplicada, pois se propõe a apresentar uma melhoria prática para o universo de estudo. Quanto a abordagem para consecução do seu objeto caracteriza-se como exploratória e descritiva, buscando conhecer e se familiarizar com o seu campo de investigação, permitindo descrever suas características e alcançar, a partir delas, uma nova visão do seu contexto que conduza a proposições práticas. Para tanto, a técnica de pesquisa a ser utilizada é a bibliográfica, desenvolvida mediante consulta a produções científicas publicadas e, documental, consistente na análise dos documentos constituídos no âmbito da instituição em estudo (Gil, 2002).

6.2 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO E DA PESQUISA

Considerando a amplitude do objetivo pretendido e visando o seu aprofundamento, em acordo com o método qualitativo, o universo da pesquisa foi restringido a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, selecionada por ser uma instituição que está em fase de consolidação de sua política de inovação, qualificando-se por ser um objeto favorável a análise da influência do ensino de propriedade intelectual na construção de uma cultura de inovação e, ainda, pela facilidade de acesso aos documentos necessários da pesquisa.

Como o número de cursos dentro da universidade é muito amplo, o que inviabilizaria a execução da pesquisa no prazo temporal disponível, a investigação e análise das disciplinas de propriedade intelectual foi restrita aos cursos das áreas de ciências exatas e da terra e dos cursos de ciências sociais aplicadas.

Segundo a árvore do conhecimento elaborada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na qual o órgão elenca os cursos contidos em cada área, estão contemplados em ciências exatas e da terra: matemática, ciência da computação, astronomia, física, química, geociências e oceanografia. Já em ciências sociais aplicadas: direito, administração, economia, ciências contábeis, arquitetura e urbanismo, demografia, ciências da informação, museologia, comunicação, serviço social, desenho industrial e turismo.

6.3 ETAPAS METODOLÓGICAS

Após a delimitação do campo de estudo, as etapas metodológicas foram organizadas de forma distinta para cada objetivo específico, a fim de atender as particularidades de cada um e ao final propiciar um entendimento mais completo para a construção do panorama pretendido. Assim, o quadro abaixo delineia as fases adotadas para cada objetivo.

QUADRO 2 - Objetivos e descrição das etapas metodológicas

OBJETIVO	DESCRIÇÃO DAS ETAPAS
Mapear o ensino da Propriedade Intelectual na universidade a partir cursos de ciências exatas e da terra e dos cursos de ciências sociais aplicada	1. Levantamento e organização dos projetos pedagógicos dos cursos selecionados (PPC)
	2. Seleção das disciplinas por meio de consulta pelos descritores inovação; propriedade in.; autor; marca; patente; programa de computador; *software*; proteção sui gen; empreend., nos títulos e ementas das disciplinas constantes nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).
	3. Organização do conteúdo e construção dos corpus textuais para análise lexicométrica, utilizando o *software* IRAMUTEQ.
	4. Interpretar os dados obtidos no IRAMUTEQ utilizando a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011).
Compreender em que medida a política pedagógica da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN incentiva o ensino da Propriedade Intelectual	1. Seleção dos tópicos constantes nos projetos pedagógicos dos cursos selecionados (PPC) que abordem o objetivo do curso e da formação, a metodologia e o desenvolvimento de competências inovadoras.
	2. Organização do conteúdo e construção dos corpus textuais para análise lexicométrica, utilizando o *software* IRAMUTEQ
	3. Interpretar os dados obtidos no IRAMUTEQ utilizando a técnica de análise temática proposta por Braun e Clarke.

Propor caminhos e possibilidades para o ensino da Propriedade Intelectual na Universidade alinhado ao desempenho acadêmico em inovação.	1. Compilar e organizar as fragilidades no ensino de Propriedade Intelectual na Uern a partir das análises dos PPCs e ementas já realizadas
	2. Realizar pesquisa bibliográfica para o levantamento de proposições aptas a sanar as fragilidades
	3. Catalogar os dados de base secundária e verificar possibilidades e ações a serem realizadas na universidade.
	4. Propor a viabilidade prática das soluções encontradas e finalizar o panorama da UERN.

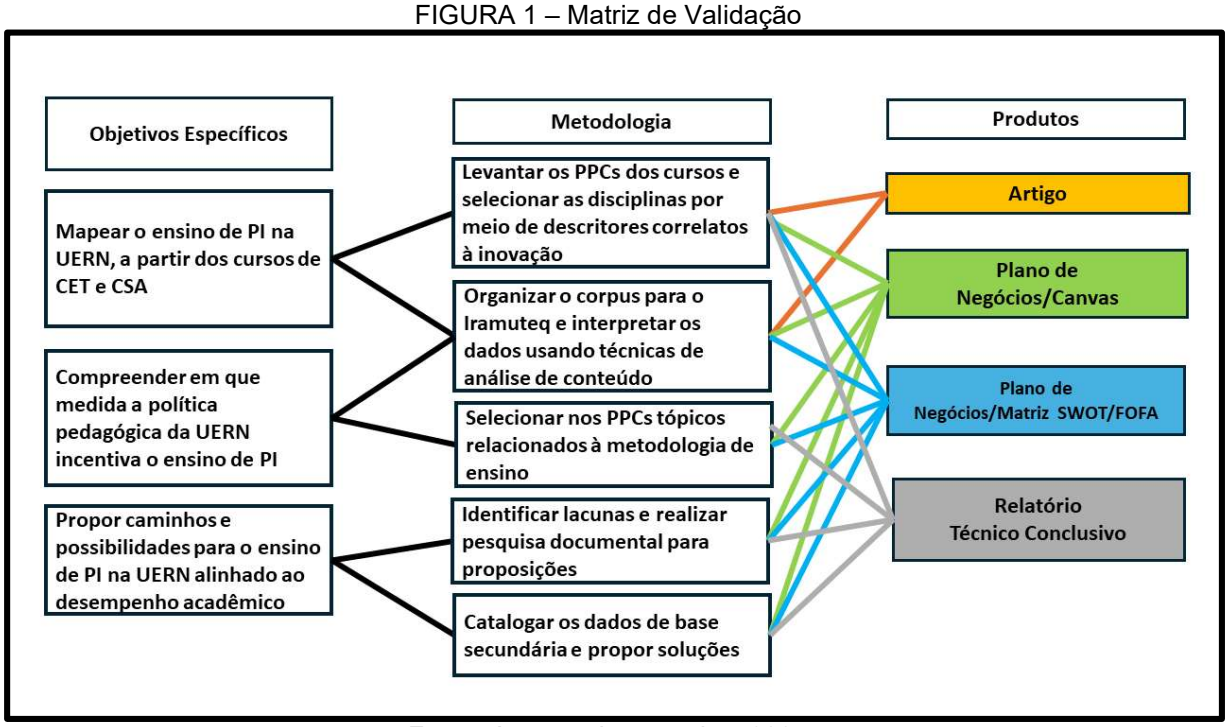
Fonte: Autores da pesquisa, 2025

Ressalta-se que os dados levantados em cada etapa, foram, ao final, trabalhados em conjunto para construção do objetivo geral. Por essa razão, considerando que a pesquisa utilizou documentos de natureza e estruturas diversas, empregou-se a técnica de Análise de Triangulação de Métodos, que permite a aplicação de métodos diversos na preparação dos dados, bem como no processo de análise propriamente dito, o qual se consubstancia em três aspectos que, em conjunto, imprimem cientificidade ao estudo (Marcondes; Brisola, 2014).

6.4 MATRIZ DE VALIDAÇÃO/AMARRAÇÃO

A Figura 1 apresenta a matriz de validação entre os objetivos específicos deste trabalho, as etapas metodológicas para consecução deles e os produtos tecnológicos esperados em decorrência da pesquisa realizada.

FIGURA 1 – Matriz de Validação



Fonte: Autores da pesquisa, 2025

A Matriz SWOT e o Modelo de Negócios Canvas, elaborados de acordo com o Relatório Técnico Conclusivo, encontram-se no Apêndice A e B, respectivamente. No Apêndice C temos a comprovação da publicação de artigo, desenvolvido no decorrer da disciplina de empreendedorismo. A metodologia utilizada nesse artigo, validada com sua publicação, foi replicada na consecução do primeiro objetivo específico, que corresponde ao primeiro capítulo dos resultados. Por fim, no Apêndice D consta o relatório técnico conclusivo, elaborado para propor um guia de ações transversais, a fim de que a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) fortaleça o ensino de PI e a cultura de inovação em sua instituição.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1 DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL: UM COMPARATIVO ENTRE AS GRANDES ÁREAS DAS CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS NA UERN

7.1.1 Introdução

A educação é um direito fundamental de todos, garantida constitucionalmente (Brasil, 1988). É um dos pilares de desenvolvimento do Estado, uma política pública a partir da qual advém o crescimento econômico e social (Rangel; Castioni, 2023). No Brasil, a educação é regulada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/1996) e é dividida em educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e, educação superior. A organização do sistema educacional é compartilhada entre os três entes federativos, cabendo à União a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), documento que estabelece metas e ações a serem realizadas no período de dez anos, visando concretizar a política e oferecendo parâmetros para a construção do planejamento em âmbito estadual e municipal (Echalar; Lima; Oliveira, 2020).

A política nacional também orienta a construção dos currículos e formação em todas as esferas de ensino (Rêgo; Rocha, 2022). Conhecida como diretrizes curriculares nacionais, documento emitido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que objetiva uniformizar o ensino em todo o território nacional, caracterizado pela diversidade, ela inclui temas relevantes para o desenvolvimento nacional, estabelece padrões para a oferta de disciplinas e orienta a formação profissional voltada ao atendimento das necessidades do mercado (Fitcher Filho; Oliveira; Coelho, 2021).

O CNE é vinculado ao Ministério da Educação e constituído pela Câmara de Educação Superior (CES) e pela Câmara de Educação Básica (CEB), órgãos específicos que auxiliam na regulamentação e acompanhamento das atribuições do CNE em cada esfera de ensino (Brasil, 1995). Nesse sentido, o CES avalia e se debruça sobre as fragilidades da educação superior, propondo ajustes e melhorias que produzam resultados mais eficientes e eficazes (Brasil, 1999).

Considerando a necessidade de alinhar a formação acadêmica às transformações do mercado e da sociedade, em maio de 2019 foi aprovado o Parecer CNE/CES nº 334/2019, que institui orientações gerais às diretrizes curriculares nacionais dos cursos superiores, reforçando a necessidade de currículos mais flexíveis, que compreendam o desempenho de atividades práticas, estimulem a produção intelectual dos estudantes e capacitem o egresso a reconhecer necessidades em seu meio profissional, a partir das quais seja capaz de desenvolver e/ou adaptar novas tecnologias, propor melhorias e soluções inovadoras (MEC, 2019).

Tais proposições coincidem com o cerne da inovação, compreendida como a ruptura da situação existente, seja criando padrões ou proporcionando melhorias no âmbito onde é aplicada. É a capacidade de solucionar problemas, na esfera tecnológica ou social (Echalar; Lima; Oliveira, 2020). Nesse sentido, o ensino deve ser conduzido de modo a estimular o pensamento crítico e a criatividade atrelado a situações reais, capacitando o estudante para o meio profissional onde está inserido (Souza; Maranhão, 2024).

Junto a essas aptidões o conhecimento sobre propriedade intelectual se torna essencial, uma vez que é o resultado do processo criativo, oriundo do intelecto humano. A criação resultante da inovação é de propriedade de seu inventor e a lei reconhecendo os esforços empreendidos na invenção, garante ao seu criador direitos sobre a exploração de sua criação, protegendo-o de fraudes e imitações (Marinho; Oliveira; Araújo, 2023). Faria e Machado (2013) conceituam a propriedade intelectual como a proteção jurídica de bens oriundos do intelecto, compreendendo os direitos de propriedade industrial – marcas, patentes, indicações geográficas e desenhos industriais -, os direitos autorais e conexos, onde os registros de *software* estão inseridos e as espécies de proteção sui generis, que compreendem as cultivares, o conhecimento tradicional e os registros de topografia de circuitos integrados.

A propriedade intelectual realiza a ligação entre o conhecimento científico e tecnológico e o mercado, transformando o bem intangível produzido em propriedade privada, passível de proteção, exploração e negociação (Santos; Régis; Correia, 2022). Elas geram desenvolvimento econômico, na medida em que as empresas a adquirem ou a desenvolvem diretamente, implantando o bem oriundo dela em suas atividades, tornam-se mais competitivas frente ao mercado e instigam a concorrência a se aperfeiçoar (Buanain et. al., 2019).

Nesse contexto, a universidade assume um importante papel, formar profissionais qualificados com as competências e o conhecimento de propriedade intelectual necessários para se destacarem no mercado e promoverem o desenvolvimento econômico e social (Bacelar; Vieira; Vasconcelos, 2022). Para tanto, “faz-se necessário estimular a educação para expandir a compreensão do papel da propriedade intelectual em processos inovadores e criativos. Nesse aspecto, a matriz curricular representa o percurso que é estabelecido para o preparo do estudante perante a realidade em que ele vive” (Souza; Maranhão, 2024, p. 6).

Em 2013, Faria e Machado já apontavam em seu estudo que a inserção da propriedade intelectual nos currículos universitários precedia de estímulos oriundos da política educacional, tais como elaboração de novas diretrizes curriculares.

Compreende-se, portanto, que a efetivação da política educacional está organizada de forma vertical. A implementação de seus objetivos se concretiza por uma escala hierárquica de normas partindo das Diretrizes Curriculares, que orientam a construção dos currículos, até a atualização das matrizes curriculares dos cursos, instrumentalizadas em cada universidade por meio de documento denominado projeto pedagógico do curso (PPC) (Faria; Machado, 2013; Rangel; Castioni, 2023).

Respeitando-se a autonomia institucional, cada universidade, dentro de suas particularidades e condições regionais em que está inserida, deve buscar a inserção da PI em seus currículos para atender a demanda de qualificação profissional (Echalar; Lima; Oliveira, 2020; Tomasi, 2015). Em âmbito nacional, diversos estudos têm sido realizados para averiguar a implementação da PI nos currículos universitários, possibilitando diagnósticos que forneçam a instituição subsídios para promover ações que fortaleçam a inovação na comunidade acadêmica (Faria, 2011; Mendonça, 2020; Marinho; Oliveira; Araújo, 2023; Souza; Maranhão, 2024; Casado Filho, 2024).

Diante disso, torna-se importante compreender como as universidades públicas vêm incorporando a propriedade intelectual em seus currículos, especialmente considerando a sua relevância para a formação de competências inovadoras. Assim, este trabalho tem como objetivo mapear o ensino da propriedade intelectual nos cursos de Ciências Exatas e da Terra e nos cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), buscando identificar lacunas

e potencialidades para o fortalecimento da cultura de inovação no ambiente acadêmico.

7.1.2 Material e Métodos

7.1.2.1 Classificação metodológica

O presente estudo se classifica quanto à abordagem como uma pesquisa qualitativa, uma vez que busca conhecer o contexto ao qual o fenômeno está inserido, visando compreendê-lo em profundidade (Júnior et. al, 2021). Essa abordagem é frequentemente utilizada em pesquisas de caráter exploratório, que visam conhecer o problema por meio da construção de hipóteses, permitindo um desenvolvimento flexível para possibilitar a análise do problema sob diversos aspectos (Gil, 2002).

Para alcançar o objetivo pretendido, mapear o ensino da propriedade intelectual nos cursos de Ciências Exatas e da Terra e nos cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), foi utilizada a técnica de pesquisa documental. Júnior et al. (2021, p. 42) afirmam que “a pesquisa documental é aquela em que os dados logrados são absolutamente provenientes de documentos, com o propósito de obter informações neles contidos, a fim de compreender um fenômeno”. No caso, os documentos analisados serão os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC).

7.1.2.2 Delimitação do escopo da pesquisa

Considerando o número de cursos ofertados pela UERN, não apenas no campus central, localizado em Mossoró, mas também nos campi de Assú, Natal, Patu, Pau dos Ferros e Caicó, a pesquisa foi delimitada aos cursos das áreas de Ciências Exatas e da Terra e de Ciências Sociais Aplicadas, visando uma análise mais aprofundada do objeto de estudo. Para definição das áreas, foi tomado por base diversas pesquisas, de âmbito nacional, que as identificaram como preponderantes na oferta de disciplinas de propriedade intelectual, inovação e/ou empreendedorismo (Faria, 2011; Mendonça, 2020; Marinho; Oliveira; Araújo, 2023; Souza; Maranhão, 2024; Casado Filho, 2024).

Segundo a árvore do conhecimento elaborada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2025), na qual o órgão elenca os cursos contidos em cada área, estão contemplados em ciências exatas e da terra: matemática, ciência da computação, astronomia, física, química, geociências e oceanografia. Já em ciências sociais aplicadas: direito, administração, economia, ciências contábeis, arquitetura e urbanismo, demografia, ciências da informação, museologia, comunicação, serviço social, desenho industrial e turismo.

No objeto de estudo, a UERN oferta 5 cursos na área de ciências exatas e da terra e 15 cursos na área de ciências sociais aplicadas, conforme discriminado no Quadro 3:

QUADRO 3 – Cursos por campi da UERN

Área: Ciências Exatas e da Terra	
Curso	**Campi**
Matemática	Mossoró
Ciência da Computação	Mossoró
Ciência da Computação	Natal
Física	Mossoró
Química	Mossoró
Total CET: 5 cursos	
Área: Ciências Sociais Aplicadas	
Curso	**Campi**
Direito	Mossoró
Direito	Natal
Administração	Mossoró
Administração	Pau dos Ferros
Ciências contábeis	Mossoró
Ciências contábeis	Patu
Ciências econômicas	Mossoró
Ciências econômicas	Assú
Ciências econômicas	Pau dos Ferros
Turismo	Mossoró
Turismo	Natal
Jornalismo	Mossoró
Publicidade	Mossoró
Rádio e TV	Mossoró
Serviço Social	Mossoró
Total CSA: 15 cursos	

Fonte: Autores da pesquisa, 2025

Desse modo, a pesquisa foi realizada analisando os projetos pedagógicos mais recentes (2020 a 2025), disponíveis na página da Pró-reitoria de Ensino de Graduação da UERN, dos 20 cursos apresentados acima.

7.1.2.3 Seleção preliminar das disciplinas

Delimitado o escopo da pesquisa, passou-se a seleção das disciplinas realizada em duas etapas. A primeira, preliminar, selecionou todas as disciplinas que contivessem em seu título ou ementa descritores relacionados a propriedade intelectual, inovação e empreendedorismo. A escolha de palavras ocorreu objetivando compreender o maior número de disciplinas que pudesse conter a temática em estudo, assim aplicou-se os seguintes descritores em cada PPC: INOVAÇÃO; PROPRIEDADE IN.; AUTOR; MARCA; PATENTE; PROGRAMA DE COMPUTADOR; *SOFTWARE*; PROTEÇÃO SUI GEN; EMPREEND. O Quadro 4 apresenta o quantitativo de disciplinas selecionadas por área, curso e campi.

QUADRO 4 – Número de disciplina por área e curso

Área: Ciências Exatas e da Terra	
Curso - Campi	**Número de disciplinas**
Matemática - Mossoró	1
Ciência da Computação - Mossoró	18
Ciência da Computação - Natal	16
Física - Mossoró	2
Química - Mossoró	1
Total CET:	38 disciplinas
Área: Ciências Sociais Aplicadas	
Curso - Campi	**Número de disciplinas**
Direito - Mossoró	5
Direito - Natal	6
Administração - Mossoró	11
Administração - Pau dos Ferros	21
Ciências contábeis - Mossoró	2
Ciências contábeis - Patu	4
Ciências econômicas - Mossoró	1
Ciências econômicas - Assú	2
Ciências econômicas - Pau dos Ferros	0
Turismo - Mossoró	6
Turismo - Natal	7
Jornalismo - Mossoró	5
Publicidade - Mossoró	6
Rádio e TV - Mossoró	4
Serviço Social - Mossoró	1
Total CSA:	81 disciplinas

Fonte: Autores da pesquisa, 2025

Nessa primeira etapa, foram selecionadas 119 disciplinas nas duas áreas, apenas aplicando os descritores informados acima, contudo observando que algumas disciplinas não tinham relevância ao estudo, pois seu conteúdo não contempla o contexto em questão, passou-se à próxima etapa.

7.1.2.4 Exclusão de disciplinas

Para alcançar o objetivo pretendido, mapear o ensino da propriedade intelectual nos cursos de Ciências Exatas e da Terra, e nos cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), este estudo se propõe a além de identificar a existência de disciplinas, investigar se efetivamente contribuem para a disseminação da propriedade intelectual, por meio da análise de conteúdo de suas ementas.

Por essa razão, esta etapa excluiu aquelas disciplinas que embora contivessem em seu título algum dos descritores apontados na seção anterior, não possuíam ementa disponível no PPC para análise, constando apenas o título em um rol de disciplinas, o que inviabilizou o estudo.

Também foram excluídas nesta etapa, as disciplinas que, em leitura das ementas, seu conteúdo não possuía correlação explícita com a propriedade intelectual, inovação ou tema correlato como empreendedorismo. Por exemplo, por ter sido identificado em alguns PPCs à menção à registro de *software*, foi inserido na pesquisa o descritor *software,* como sinônimo para programa de computador. Consequentemente, foram selecionadas diversas disciplinas do curso de ciência da computação, física, jornalismo e publicidade, por exemplo, que continham o termo em sua ementa, porém inserido em contexto diverso da propriedade intelectual.

Como resultado da aplicação desses critérios, o Quadro 5 apresenta o quantitativo das ementas selecionadas para a análise, por área, curso e campi. Na segunda coluna, temos o quantitativo geral de disciplinas extraídas dos PPCs com a aplicação objetiva dos descritores e na terceira coluna o quantitativo final de disciplinas, que foram efetivamente analisadas.

QUADRO 5 – Número de ementas selecionadas por área e curso

Área: Ciências Exatas e da Terra		
Curso - Campi	**Número de disciplinas**	**Número de ementas**
Matemática - Mossoró	1	0
Ciência da Computação - Mossoró	18	4
Ciência da Computação - Natal	16	7
Física - Mossoró	2	0
Química - Mossoró	1	1
Total CET:	38 disciplinas	12 ementas
Área: Ciências Sociais Aplicadas		

Curso - Campi	Número de disciplinas	Número de ementas
Direito - Mossoró	5	3
Direito - Natal	6	3
Administração - Mossoró	11	11
Administração - Pau dos Ferros	21	17
Ciências contábeis - Mossoró	2	0
Ciências contábeis - Patu	4	3
Ciências econômicas - Mossoró	1	0
Ciências econômicas - Assú	2	2
Ciências econômicas - Pau dos Ferros	0	0
Turismo - Mossoró	6	5
Turismo - Natal	7	5
Jornalismo - Mossoró	5	2
Publicidade - Mossoró	6	3
Rádio e TV - Mossoró	4	3
Serviço Social - Mossoró	1	1
Total CSA:	81 disciplinas	58 ementas

Fonte: Autores da pesquisa, 2025

Após aplicação desta etapa, de 119 disciplinas selecionadas apenas 70 ementas foram analisadas por conterem, pelo menos a princípio, relação com propriedade intelectual, inovação e/ou empreendedorismo.

7.1.2.5 Análise de conteúdo

Após seleção das ementas, passou-se a análise de seu conteúdo, utilizando a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977, p. 46), a qual não se confunde com a análise documental por possuírem diferenças essenciais.

> - A documentação trabalha com documentos; a análise de conteúdo com mensagens (comunicação).
> -A análise documental faz-se, principalmente por classificação-indexação; a análise categorial temática é, entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo.
> - O objectivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem; o da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem.

A categorização da análise documental coincide com uma das etapas da técnica de análise de conteúdo de Bardin, a qual é organizada em 3 etapas: a pré-análise, consistente na escolha dos documentos com base no objetivo pretendido e realização de leitura flutuante dos documentos para um primeiro contato com o tema;

exploração do material, fase de categorização do conteúdo e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 1977).

Para auxiliar na etapa de categorização do conteúdo, utilizou-se o auxílio do *software* IRAMUTEQ. Essa ferramenta realiza a análise de conteúdo por meio da lexicometria, técnica que permite aplicar métodos quantitativos a pesquisas qualitativas mediante correlação de palavras nos textos em análise e transformação dessa análise em dados e gráficos estatísticos (Sousa, 2021).

Destarte, foi elaborado um banco de dados contendo o título, a modalidade de oferta da disciplina, se obrigatória ou optativa, e a ementa do conteúdo para análise pelo *software*. A partir desse corpus, a discussão foi realizada partindo da nuvem de palavras, análise de similitude e classificação hierárquica descendente (CHD), construída pelo IRAMUTEQ, mediante o agrupamento de segmento de texto classificados em função dos seus respectivos vocabulários e organizados na forma de um dendograma de classes.

7.1.3 Resultado e Discussões

A nuvem de palavras, constante na Figura 2, é a representação gráfica do agrupamento das palavras do corpus, organizadas em função de sua frequência pelo tamanho que estão grafadas (Camargo; Justo, 2021). A partir dela será possível conhecer os termos mais destacados nas ementas.

FIGURA 2 – Nuvem de Palavras

FONTE: Dados do IRAMUTEQ, 2025

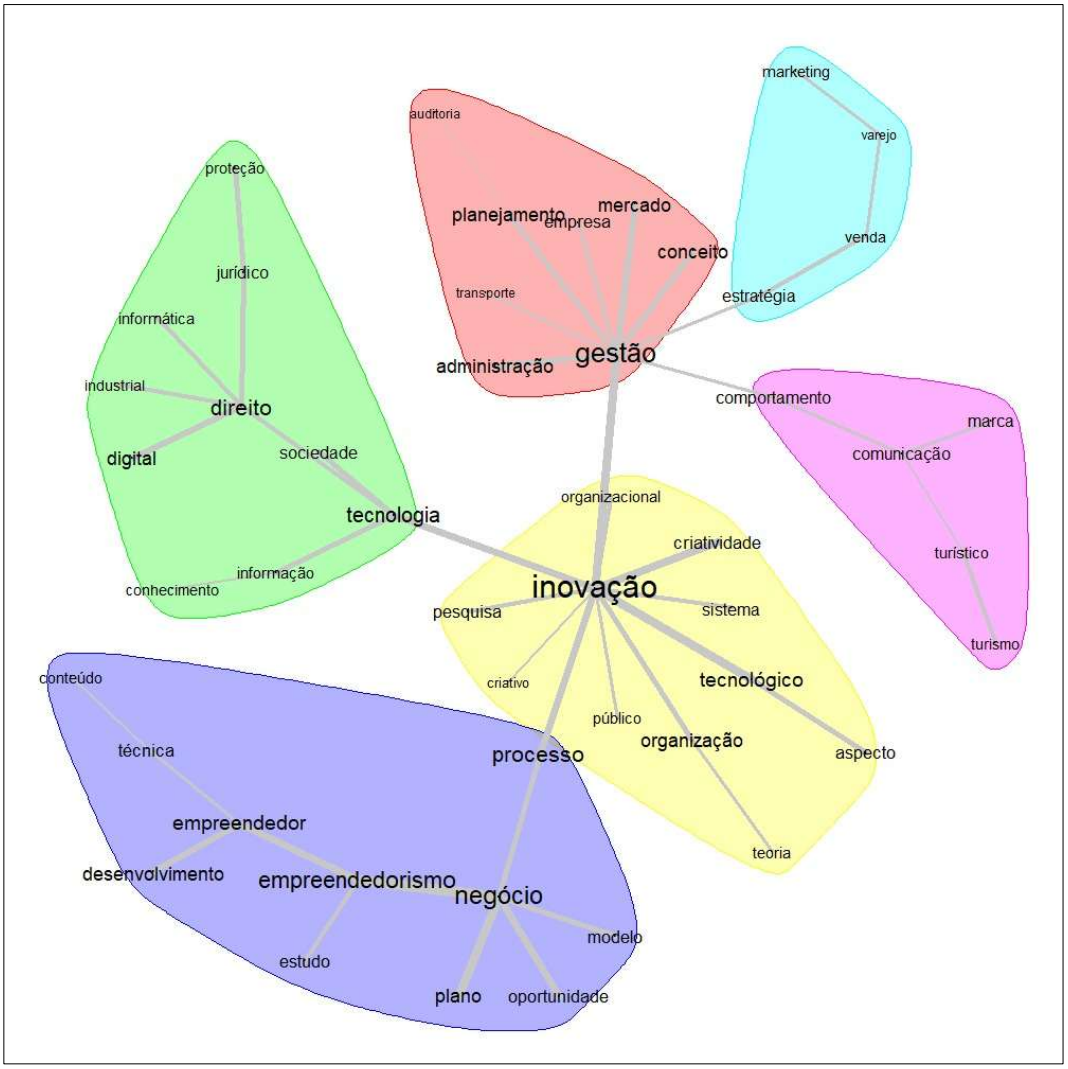
A centralidade do termo “inovação” evidencia que o tema é recorrente nas abordagens analisadas, contudo, a interpretação desse gráfico sem uma análise de correlação com os demais temas, não permite concluir se está inserida no contexto almejado pela pesquisa. Em sequência a palavra “inovação, a representação demonstra predominância dos termos “empreendedorismo”, “negócio” e “gestão”, que assim como com a inovação, pode ser compreendido nas diversas áreas do conhecimento, em especial nas áreas delineadas nesta pesquisa, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Exatas e da Terra, como aponta o estudo de Souza e Maranhão (2024).

O termo “direito”, “digital” e “tecnologia” denotam que além do aspecto empreendedor, há uma abordagem voltada para as perspectivas legais e regulatórias, em especial para o processo constante de transformação digital em que vivemos, onde as tecnologias da informação e da comunicação ganham relevo e impactam a vida em sociedade (Senna; Ribeiro, 2023). Essa conjunção de termos indicam um campo fértil para estabelecer a integração dessas dimensões.

A análise de similitude, expressa na Figura 3, ajuda a compreender um pouco mais a abordagem dos temas destacados na nuvem de palavras, utilizando a teoria

dos grafos, ela revela as conexões e coocorrências entre os termos mais frequentes do corpus, indicando como eles se relacionam (Camargo; Justo, 2021).

FIGURA 3 – Análise de similitude das ementas



FONTE: Dados do IRAMUTEQ, 2025

Corroborando o resultado da nuvem de palavras, “inovação” é o termo central encontrado nas ementas, a partir do qual os eixos se conectam a núcleos temáticos diversos, demonstrando a existência de abordagens distintas nas ementas. O grupo central, na cor amarela, destaca a inovação tecnológica e organizacional, interligada a gestão da tecnologia e cultura organizacional. Por ser uma vertente interdisciplinar, dela se ramificam os demais núcleos. No agrupamento verde destaca-se o aspecto jurídico e legal da inovação, centrado na proteção do conhecimento, em especial aquele oriundo da tecnologia, informática e do direito digital. No conjunto lexical azul

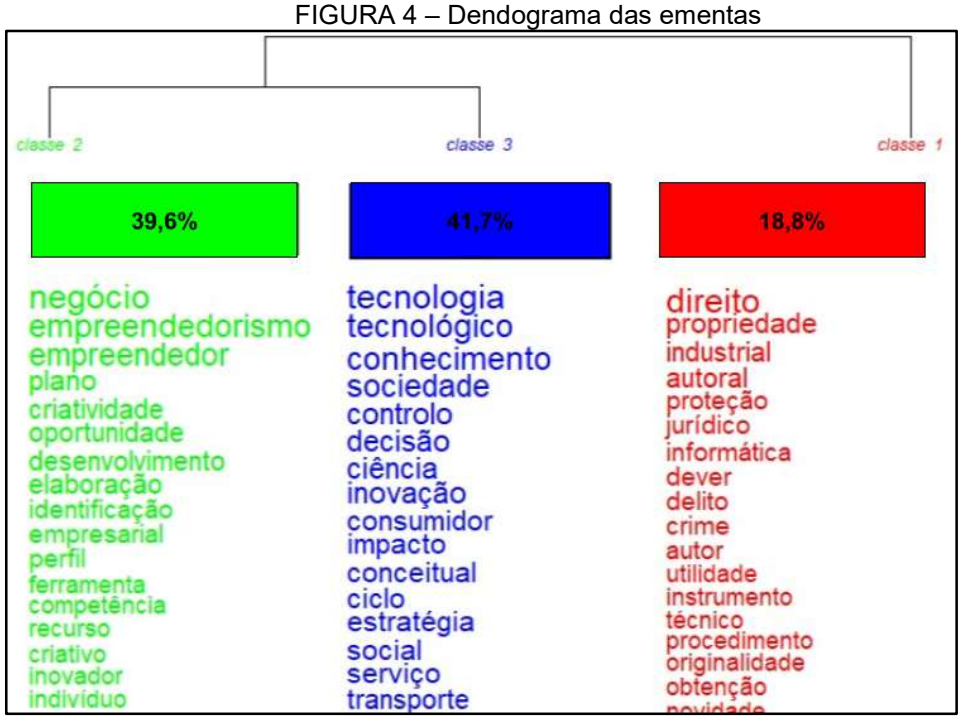
é possível identificar uma abordagem mais prática, a inovação como processo para o negócio, o empreendedorismo, denotando o desenvolvimento de competências empreendedoras.

Já no grupo vermelho, a partir do qual se liga os demais grupos, o enfoque se dá na gestão da inovação como instrumento de planejamento empresarial e controle de mercado, englobando a gestão estratégica no que concerne ao planejamento, destacado nesse grupo, a comunicação e ao marketing, identificados no agrupamento lilás e azul ciano, respectivamente.

A partir desses dados é possível observar uma diversidade de tratamento do tema nas ementas dos cursos das áreas de Ciências Exatas e da Terra e Ciências Sociais Aplicadas. A estratificação demonstrada no grafo, aponta uma abordagem fragmentada e específica, carente de transversalidade. A predominância de termos como inovação e empreendedorismo não garantem que uma cultura de inovação está sendo construída, muito menos consolidada. Visto que, embora esses termos tenham caráter interdisciplinar, e possam ser adaptados a diversas áreas, a abordagem observada demonstra segmentação do conteúdo, característica oposta à ideia de cultura, relacionada a pluralidade de relações, compartilhamento de conhecimento, para além da ideia de inovação de mercado (Pimentel; Loiola; Diogo, 2020).

Outra análise importante gerada pelo IRAMUTEQ é a Classificação Hierárquica Descente (CHD), que organiza cada segmento de texto a partir de seus vocabulários e formas reduzidas e depois os reagrupa em função da similaridade entre si, dividindo o corpus textual (conjunto dos segmentos de texto) em classes. Essa análise permite identificar os conteúdos predominantes nas disciplinas dividindo-os em áreas temáticas, pois além da correlação de palavras, as classes, que representam grupos temáticos, foram construídas diferenciando vocabulários diferentes de outros segmentos de texto, possibilitando analisar o viés abordado nos cursos, no que concerne à propriedade intelectual. A Figura 4 é a representação do CHD por meio do dendrograma, que demonstra o agrupamento de palavras preponderantes nos segmentos de texto, dividindo o corpus em 3 classes.

FIGURA 4 – Dendograma das ementas



FONTE: Dados do IRAMUTEQ, 2025

Para uma melhor compreensão do dendrograma, a tabela 1 apresenta a categoria temática das classes do corpus feito pelo IRAMUTEQ.

TABELA 1 – Categorização do dendrograma das ementas

Classes pelo IRAMUTEQ	Cor	Categorias temáticas	%
Classe 2	Verde	Empreendedorismo e criatividade	39,6
Classe 3	Azul	Conhecimento, inovação e impacto social	41,7
Classe 1	Vermelho	Aspectos jurídicos e formais	18,8
Total			**100%**

Fonte: Autores da pesquisa, 2025

As classes temáticas predominantes inferem que o ensino de propriedade intelectual possui abordagem distinta no conjunto de cursos analisados. A classe 2 (Empreendedorismo e criatividade), identificada pela cor verde, indica predominância de conteúdo voltado ao empreendedorismo, ao estímulo de criatividade, competências inovadoras e habilidades, como mecanismo de geração de oportunidades e desenvolvimento empresarial. Esse grupo trata a inovação na concepção de instrumento para o desenvolvimento econômico, estando intrinsecamente relacionada ao empreendedorismo e a sua definição original proposta

pelo economista austríaco Shumpeter (1997), para o qual a inovação é essencial para estimular o crescimento de mercado e uma aptidão a ser buscada pelo empreendedor para obter êxito e se destacar em sua área. Pode ser relacionada, de forma predominante, aos cursos de administração, ciências contábeis e ciências econômicas, se analisado o quantitativo de ementas do Quadro 5 (p. 42) com o percentual de correlação da classe, 39,6%.

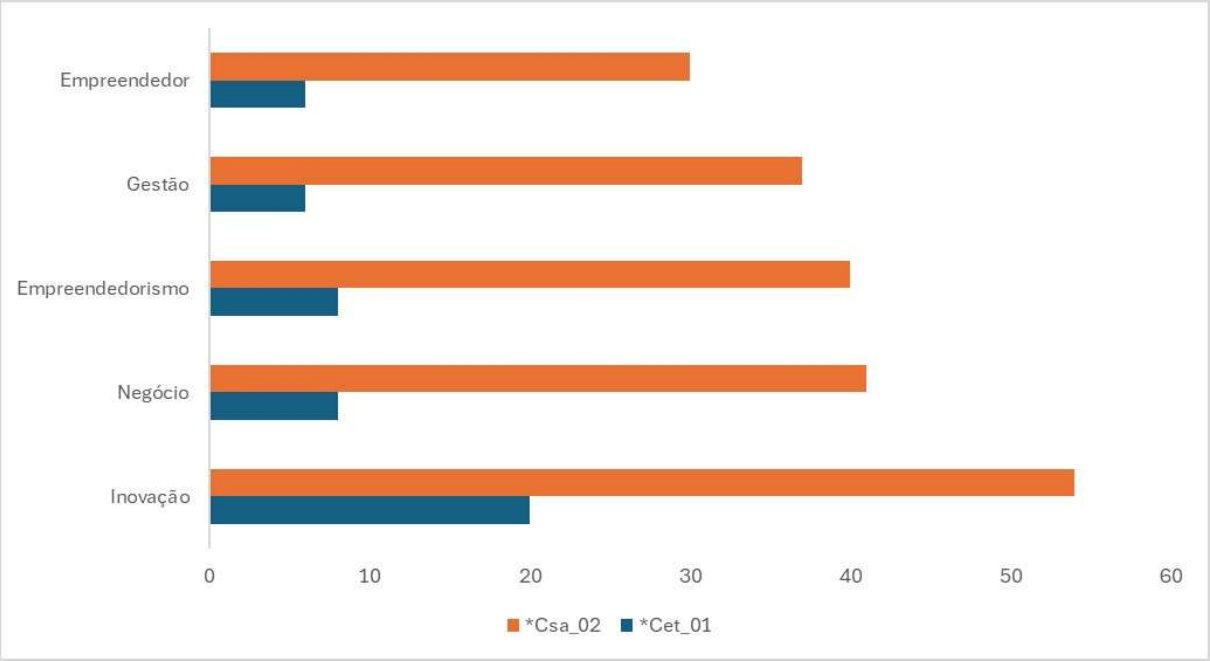
Já a classe 3 (Conhecimento, inovação e impacto social) apresenta uma abordagem mais ampla da inovação, integrada ao contexto da ciência, tecnologia e repercussão social. O conhecimento voltado à sociedade, à serviço da sociedade, gerando impacto social. Essa perspectiva ultrapassa a concepção jurídica e econômica da inovação, assemelhando-se com o conceito de inovação social, relacionada a ideia de transformação e mudanças objetivando o bem-estar social (Medeiros, 2017). Pela abrangência, flexibilidade e aderência a diversas áreas esse tipo de abordagem pode ser associada a diversos cursos e por isso, foi destacada pelo *software* a classe com maior predominância.

A classe 1 (Aspectos jurídicos e formais), identificada pela cor vermelha, denota uma concepção mais formal da propriedade intelectual, associada a aspectos técnicos e legais de proteção das criações. Seu conteúdo pode ser relacionado a disciplinas ofertadas pelo curso de direito, e aqui destaca-se não apenas as disciplinas incluídas no PPC dos cursos de direito, como aquelas incluídas no PPC de outros cursos, contudo, ofertadas pelo Departamento de Direito. O percentual de conexão de palavras identificado pelo *software* nesta classe de 18,8%, corrobora a associação da temática a esse curso, o qual não apresenta muitas disciplinas de propriedade intelectual, conforme Quadro 5 (p. 42).

O dendrograma confirma a inovação como palavra polissêmica, seu conteúdo pode ser aplicado a diversas áreas, inserido em diversos contextos, sendo relevante seu conhecimento a toda a sociedade (Almeida; Maricato, 2021; Klosowski; Fuck, 2023). No entanto, a divisão das classes corrobora a segmentação dos conteúdos por curso/área, demonstrando ausência de transversalidade na abordagem do tema. Tal delimitação pode dificultar a consolidação de uma cultura institucional de inovação, na medida em que impede a integração entre os conhecimentos técnicos, jurídicos e sociais (Silva, 2019).

A Figura 5 ajuda a compreender como a propriedade intelectual é trabalhada nas ementas das áreas de Ciências Exatas e da Terra (CET) e Ciências Sociais Aplicadas (CSA) e se a segmentação do conteúdo é preponderante em uma delas.

FIGURA 5 – Gráfico comparativo das áreas



FONTE: Autores da pesquisa, 2025

O gráfico demonstra uma predominância da área de CSA nos termos extraídos das ementas analisadas no IRAMUTEQ. No entanto, a análise precisa considerar o quantitativo dos dados apresentados no Quadro 5 (p. 42). Das 70 ementas analisadas, 58 pertencem aos cursos de CSA, enquanto apenas 12 referem-se à CET, o que reflete a composição da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), que possui um maior número de cursos na área das ciências sociais.

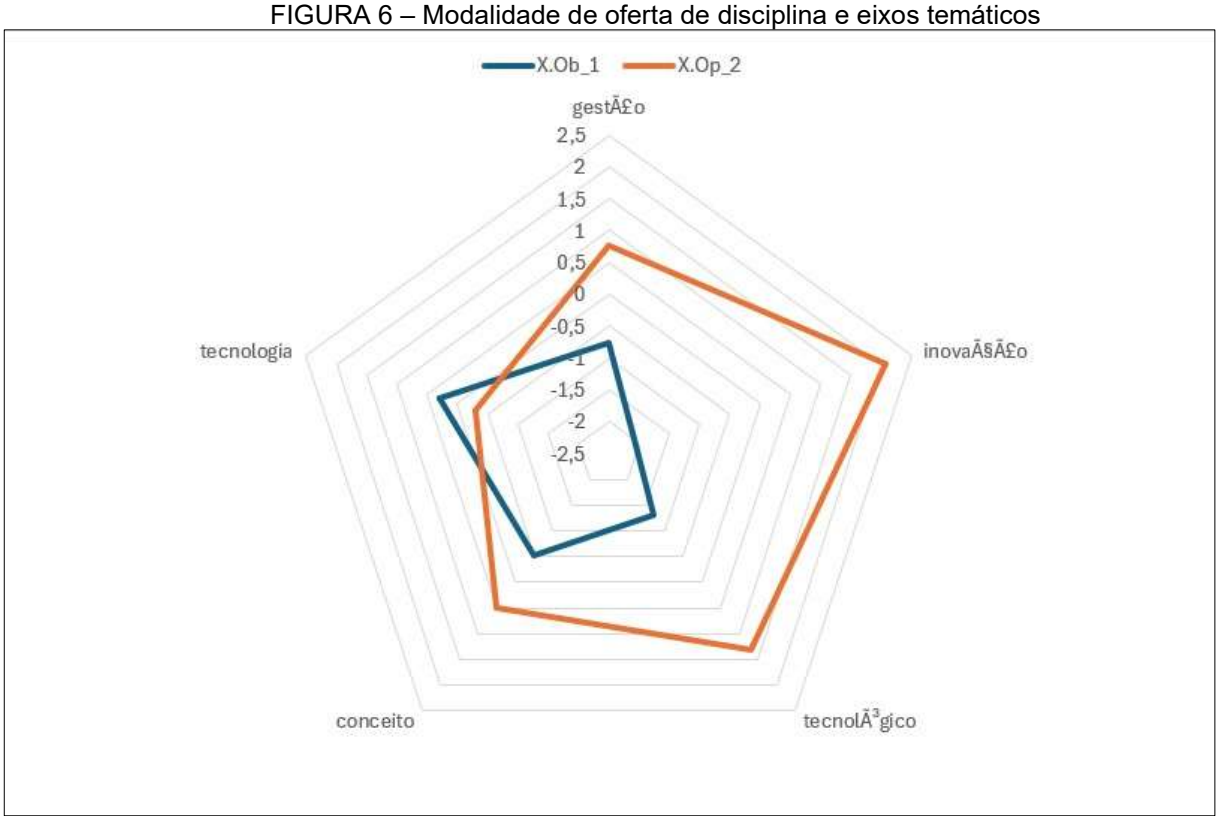
Mesmo diante dessa desproporção, é relevante observar que os cursos de CET apresentam recorrências nos mesmos vocábulos, o que revela que os temas não estão ausentes nestas formações. No entanto, sua presença é menos expressiva e, possivelmente, menos estruturada nas ementas, aparecendo de maneira integrada a componentes técnicos, sem tanta ênfase conceitual. Principalmente, considerando que a expressividade das ementas nesta aérea pertencem ao curso de ciência da computação, o que induz a um viés de proteção das tecnologias desenvolvidas.

Já nos cursos de CSA a abordagem se mostra mais consolidada, estando associada à gestão do conhecimento, da inovação e à formação para atuação em

ambientes organizacionais e mercadológicos, o que é esperado considerando compreender cursos como o de administração, com expressiva quantidade de disciplinas, direito, com ofertas inferiores a média, com base em estudos de Ritter, Amorim e Leonardo (2021), Souza e Maranhão (2024) e Faria (2011) e, turismo, publicidade e rádio e tv, com foco na comunicação e gestão.

Para compreender melhor se esses cursos estão contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de inovação na UERN, além de conhecer sobre as temáticas tratadas e seu viés, importa para o estudo saber se essas disciplinas são ofertadas em caráter obrigatório ou optativo e analisar a distribuição de seu conteúdo de acordo com essa característica. Por conseguinte, a Figura 6 apresenta o gráfico em radar, gerado a partir dos dados do IRAMUTEQ, onde as pontas representam o eixo temático e as linhas coloridas as variantes a serem analisadas. No caso, a cor azul corresponde às disciplinas obrigatórias e a cor laranja as disciplinas optativas.

FIGURA 6 – Modalidade de oferta de disciplina e eixos temáticos



FONTE: Autores da pesquisa, 2025

A análise do gráfico de radar, à luz dos dados quantitativos das ementas, revela que a Propriedade Intelectual, quando presente nos currículos, encontra-se majoritariamente em disciplinas optativas. Das 70 ementas analisadas, 47 (67%) são

optativas, sendo nestas que se concentram os principais vocábulos associados à cultura de inovação, como inovação, gestão, tecnológico e conceito. Embora se compreenda que as disciplinas eletivas, por terem estrutura mais flexível, permitam trabalhar temas contemporâneos de forma aprofundada, ela restringe o acesso do discente a esses conteúdos, uma vez que não possuem regularidade na oferta e abrange apenas o grupo de alunos que escolheram cursá-la. Por tais razões, essa modalidade de oferta compromete a formação de competências inovadoras.

No mesmo sentido, a menor presença dos termos nas disciplinas obrigatórias indica que o tema ainda não está integrado à formação básica e comum dos cursos analisados. Essa configuração reforça a percepção de que a abordagem da temática ainda se dá de forma periférica e fragmentada nos cursos da UERN. Isso desafia a missão da universidade de formar profissionais preparados para atuarem em contextos de transformação tecnológica e social e corrobora a necessidade de promover a inserção sistemática do tema nas disciplinas obrigatórias, a fim de consolidar uma cultura de inovação (Souza e Maranhão, 2024).

7.1.4 Considerações Finais

A consolidação de uma cultura de inovação no ambiente universitário é condição essencial para o fortalecimento de um sistema educacional capaz de responder aos desafios contemporâneos da sociedade e do mercado. Ela contribui para o desenvolvimento de competências criativas e críticas, promovendo a articulação entre o conhecimento científico e sua apropriação social. Nesse contexto, a Propriedade Intelectual desempenha um papel estratégico, pois não apenas protege os resultados da criação acadêmica, como também atua como ponte entre a produção do saber e sua transferência para a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento regional, social e econômico. Desse modo, compreender como a PI está presente (ou ausente) nos currículos dos cursos de graduação é, portanto, essencial para que a universidade cumpra sua missão no Sistema Nacional de Inovação e amplie sua relevância social.

Diante da relevância da temática, este trabalho teve como objetivo mapear o ensino da propriedade intelectual nos cursos de Ciências Exatas e da Terra e Ciências Sociais Aplicadas da UERN, buscando identificar sua presença e abordagem nas

ementas. A partir da análise documental e lexical, foi possível observar que embora o termo inovação tenha aparecido com recorrência, sua interação com as demais palavras sugerem uma abordagem fragmentada. A análise também permitiu constatar que ela é pouco homogênea entre as áreas do conhecimento, enquanto os cursos de Ciências Sociais Aplicadas tratam o tema voltado à gestão e competências de mercado, a área de Ciências Exatas e da Terra integram a temática a conteúdos técnicos, sem tanto destaque conceitual ou estratégico.

Uma informação relevante é que o termo central da pesquisa, “propriedade intelectual”, não foi recorrente nas análises lexicais realizadas, estando presente nas ementas conceitos correlatos como inovação, proteção, direito, o que sugere que, mesmo quando presente, o ensino de PI está sendo tratado de forma indireta, sem uma referência conceitual explícita, o que compromete a identificação do tema pelos estudantes e fragiliza sua consolidação como uma competência ser desenvolvida nos cursos superiores.

Ademais, a predominância desses temas nas disciplinas optativas, 47 das 70 ementas analisadas (67%), demonstram ainda mais fragilidade na propagação do assunto, pois disciplinas eletivas nem sempre são ofertadas e quando o são, não atingem a totalidade dos estudantes, restringindo-se aqueles que optarem por cursá-la. Isso reforça a abordagem periférica da PI, por não compor o núcleo comum de formação dos estudantes.

Essa configuração curricular representa um desafio para a consolidação de uma cultura de inovação na universidade. A Propriedade Intelectual, enquanto ferramenta estratégica para a proteção e a transferência do conhecimento acadêmico, deve ser compreendida como competência transversal, relevante para todos os campos de formação. Para isso, é necessário repensar o lugar da PI nos projetos pedagógicos, sua integração nas disciplinas obrigatórias e a articulação entre os cursos, de forma a promover uma formação mais crítica, interdisciplinar e socialmente engajada, em consonância com as diretrizes educacionais e com o papel da universidade no Sistema Nacional de Inovação.

Como limitação desta pesquisa, destaca-se o fato de que a análise se restringiu ao conteúdo das ementas disponíveis nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), o que não permite inferir com precisão como a Propriedade Intelectual é efetivamente ensinada nas práticas pedagógicas ou assimilada pelos estudantes. Além disso, a

pesquisa foi delimitada às áreas de Ciências Exatas e da Terra e Ciências Sociais Aplicadas, com foco na UERN, o que não abrange a totalidade dos cursos nem permite generalizações para outras instituições. Para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação do estudo para outras áreas do conhecimento e instituições públicas do Estado, bem como compreender como se dá o ensino da PI, suas dificuldades e potencialidades. Ainda, poderia ser analisado o impacto no desempenho acadêmico em inovação com a inclusão da PI nos currículos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. L. de; MARICATO, J. M. de. Explorando conceitos e métricas de inovação no contexto das universidades. **Informação & Informação**, v. 26, n. 2, p. 646-679, 2021. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/41606. Acesso em 31 mai. 2025.

BACELAR, D. S. S. G.; VIEIRA, E. S. F. M.; VASCONCELOS, V. N. de S. A. Empreendedorismo científico: manual de propriedade intelectual para docentes / Scientific entrepreneurship: intellectual property manual for teachers. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 8, n. 4, p. 28402–28413, 2022. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/46758. Acesso em: 13 fev. 2025

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Árvore do Conhecimento. 2025. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/web/dgp/arvore-do-conhecimento. Acesso em: 14 mai. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 mai. 2025

BRASIL. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 nov. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm. Acesso em 22 abr. 2025

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 22 abr. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Portaria MEC nº 1.306, de 02/09/1999. Aprova as alterações do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Seção 1-e, p. 12, 03 de set. 1999. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/regimento_interno_cne.pdf. Acesso em 22 abr. 2025

BUANAIN, A. M. *et. al.* **Propriedade Intelectual e Desenvolvimento no Brasil.** Rio de Janeiro: Ideia D; ABPI, 2019. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/docentes/antonio-buainain/propriedade-intelectual-e-desenvolvimento-no-brasil.pdf. Acesso em 02 mai. 2025

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A.M. Tutorial para uso do *software* IRAMUTEQ. Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, 2021. Disponível em: http://www.IRAMUTEQ.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRAMUTEQ%20em%20portugues_22.11.2021.pdf. Acesso em 01 jun. 2025

CASADO FILHO, P. L. A importância do estudo do Direito da Propriedade Intelectual nas universidades brasileiras. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 8, p. e6687, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n8-102. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/6687. Acesso em: 12 fev. 2025.

ECHALAR, J. D.; LIMA, D. C. B. P.; OLIVEIRA, J. F. Plano Nacional de Educação (2014–2024)–O uso da inovação como subsídio estratégico para a Educação Superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 28, p. 863-884, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/9jYLqw4pbrgzjLZDf7YYygB/?format=html&lang=pt. Acesso em: 09 nov 2024

FARIA, A. X. **O ensino da Propriedade Intelectual nos cursos superiores do Brasil: razões e proposições**. 2011. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação) - Coordenação de Pesquisa e Educação em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, Instituto Nacional Da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2011.

FITCHER FILHO, G. A.; OLIVEIRA, B. R.; COELHO, J. I. F. A Trajetória das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Docente no Brasil: Uma Análise dos Textos Oficiais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 1, p. 940-956, 2021. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14930. Acesso em: 22 abr. 2025

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JUNIOR, E. B. L.; OLIVEIRA, G. S. de; SANTOS, A. C. O. dos; SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em:

https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356. Acesso em: 13 mai. 2025.

KLOSOWSKI, A. L. M.; FUCK, M. P.. Abordagem Conceitual Sobre Inovação a Partir do Manual de Oslo. **Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 44–64, 2023. DOI: 10.36942/reni.v8i2.676. Disponível em: https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/reni/article/view/676. Acesso em: 31 mai. 2025.

MARINHO, E. P.; OLIVEIRA, D. P. de; ARAÚJO, G. C. de. Propriedade Intelectual nos cursos de Biotecnologia das Universidades Federais do Brasil. **Ensino em Re-Vista**, [S. l.], v. 30, n. Contínua, p. e019, 2023. DOI: 10.14393/ER-v30a2023-19. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/68436. Acesso em: 13 fev. 2025.

MEDEIROS, C. B. de et al. Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão. **Race: revista de administração, contabilidade e economia**, v. 16, n. 3, p. 957-982, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.18593/race.v16i3.13606. Acesso em: 31 mai. 2025.

MENDONÇA, L. G. Implantação da Disciplina de Inovação Tecnológica em Cursos de Graduação: Um diferencial na formação de alunos do Instituto Federal do Rio de Janeiro. **Saúde. Com-Ciência**, n. 1, p. 104-118, 2020. Disponível em: https://revistascientificas.ifrj.edu.br/index.php/saudeeconsciencia/article/download/1303/782. Acesso em: 06 mai. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC); CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (CNE/CES). Parecer CNE/CES Nº 334, de 8 de Maio de 2019. Institui a Orientação às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores. Brasília: D.O.U. ed. 148. seção 1, p. 32. Publicado em: 02/08/2019. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=119811-pces334-19&category_slug=agosto-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 abr. 2025

PIMENTEL, R.; LOIOLA, G. F.; DIOGO, T. M. Cultura de inovação e aprendizagem: o programa clube dos apaixonados por desafios. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 21, p. eRAMG200129, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ram/a/NcNRF8Lj4CLpVq3FTLnxYpB/?lang=pt. Acesso em: 03 jun. 2025.

RANGEL, M. L. N.; CASTIONI, R. Educação, Inovação e Desenvolvimento socioeconômico: reposicionar a contribuição da universidade brasileira frente aos desafios atuais. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 17, p. e6134047, 2023. DOI: 10.14244/198271996134. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/6134. Acesso em: 1 mai. 2024.

RÊGO, S. A. T. G.; ROCHA, A. M. A importância do ensino de propriedade intelectual para alunos do nível fundamental: The importance of intellectual property teaching for elementary school students. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 77396–77408, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n12-043. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/55055. Acesso em: 9 fev. 2025.

RITTER, M.; AMORIM, M.; LEONARDO, A. A Propriedade Intelectual nas Universidades Brasileiras - O Estado Da Arte. 2021. Disponível em: https://repositorio.altecasociacion.org/bitstream/handle/20.500.13048/134/545-545-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 jun. 2025.

SANTOS, N. I. F.; RÉGIS, S. V. C.; CORREIA, A. M. M. Difusão da inovação das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas do Rio Grande do Norte por meio do mapeamento dos pedidos de patente. Santa Catarina: **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, v. 15, n. 1, 24-45, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/80294 Acesso em: 12 fev. 2024

SENNA, D. A.; RIBEIRO, J. S. de A. N.. A gestão do conhecimento na transformação digital para a Indústria 4.0: tecnologias digitais e suas aplicações em setores econômicos. **Exacta**, *[S. l.]*, v. 21, n. 1, p. 224–248, 2023. DOI: 10.5585/exactaep.2021.18917. Disponível em: https://uninove.emnuvens.com.br/exacta/article/view/18917. Acesso em: 8 jun. 2025.

SILVA, E. da. Análise de políticas públicas brasileiras em ciência, tecnologia e inovação com foco na cultura de inovação e atuação integrada de agentes do sistema de inovação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, p. e019019, 2019. https://www.scielo.br/j/rdbci/a/SFSzBdrwZJ47dHH78fWsbbh/?lang=pt

SHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. [Tradução de] Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultura,1997.

SOUSA, Y. S. O. O Uso do *Software* IRAMUTEQ: Fundamentos de Lexicometria para Pesquisas Qualitativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 21, n. 4, p. 1541–1560, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/64034. Acesso em: 16 mai. 2025.

SOUZA, J.; MARANHÃO, G. O ENSINO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL COMO ESTRATÉGIA NO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE INOVAÇÃO. **DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, [S. l.], v. 11, n. 5, 2024. DOI: 10.20873/2024_jul_16546. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/16546. Acesso em: 3 fev. 2025

TOMMASI, A. **O Ensino de Propriedade Intelectual para o fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Propriedade Intelectual), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015. Disponível em:

https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/3414/1/ALEXANDRE_CARDOSO_TOMMASI.pdf.
Acesso em: 15 nov. 2024

7.2 COMPREENDER EM QUE MEDIDA A POLÍTICA PEDAGÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN INCENTIVA O ENSINO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

7.2.1 Introdução

A crescente competitividade no mercado de trabalho, requer das universidades adaptação e flexibilização do seu modelo de ensino para fornecer aos futuros profissionais, além do conhecimento teórico, habilidades e capacidades que atendam as demandas de mercado, como pensamento crítico, resolução de problemas, criatividade (Silva; Coutinho, 2025; Mazo et. al. 2022).

O ensino de propriedade intelectual (PI) pode contribuir para a formação dessas competências estratégicas (Souza e Castro, 2025). Além de fornecer conhecimento aos futuros profissionais dos mecanismos de proteção e valorização do capital intelectual, habilidades valorizadas no mercado, o saber relativo à propriedade intelectual cria condições para que os resultados acadêmicos sejam melhor apropriados e revertidos em benefício social (Faria, 2011).

A interação universidade-empresa tem sido o foco das políticas públicas de inovação brasileiras ao reconhecerem a relevância e necessidade de cooperação entre os agentes do Sistema Nacional de Inovação (SNI) para promoção do desenvolvimento do país (Silva, 2019). O objetivo é criar as bases para esse relacionamento, por meio de ações que promovam a formação de recursos humanos em PI e inovação, que incentivem a pesquisa e estimulem a criatividade e a inventividade, a fim de que seus produtos se transformem em geração de riqueza (Santos, 2023).

A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) é um exemplo dessa finalidade ao prever dentre seus objetivos ações voltadas para a promoção da educação científica e apropriação social do conhecimento, o que perpassa pela formação de recursos humanos qualificados e construção de competências específicas (Almeida; Guarda; Rocha, 2023). No mesmo sentido, a

Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI) dedica dentre seus 7 eixos, um em específico voltado para disseminação, formação e capacitação em PI, propondo explicitamente a inclusão da PI como disciplina em cursos de graduação “de forma a difundir para a comunidade acadêmica o valor estratégico e comercial do tema” (MDIC, 2025, p. 23).

Com base nessas políticas, ressalta-se o papel das universidades no SNI, o que acarreta a necessidade de adaptação do seu currículo e capacitação dos seus servidores para que contribuam ativamente com a disseminação da cultura de PI (Souza; Maranhão, 2024). Nesse sentido, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), documentos norteadores da formação acadêmica e profissional, precisam estar alinhados às políticas nacionais de educação e inovação, para obterem os resultados almejados. Mais do que um instrumento burocrático, ao definirem a missão, os objetivos, as competências e as metodologias que orientam os cursos de graduação, os PPCs expressam a concepção de universidade e sociedade que se busca consolidar (UERN, 2016). Assim, é fundamental que esses documentos assegurem liberdade para a formulação de conteúdos curriculares voltados a uma formação abrangente e inovadora, que integre teoria e prática (Vidigal, 2025).

A relação entre PPCs e as competências previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais evidencia a importância de alinhamento entre esses documentos para consolidação de perfis profissionais capazes de atender às demandas sociais e de mercado (Santos, 2023; Vidigal, 2025). A análise de como a PI se insere (ou não) nesse contexto é fundamental para saber se a política institucional estimula a propagação desse conhecimento. Nessa perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo compreender em que medida a política pedagógica da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) incentiva o ensino da Propriedade Intelectual, a partir dos cursos de Ciências Exatas e da Terra (CET) e Ciências Sociais Aplicadas (CSA), considerando o pressuposto de que por meio da PI a cultura de inovação será fortalecida.

7.2.2 Material e métodos

7.2.2.1 Classificação quanto a técnica de pesquisa metodológica

A política pedagógica da UERN, em nível macro, está expressa no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento que estabelece diretrizes, metas e ações em todos os níveis fundamentais: ensino, pesquisa e inovação, extensão, assistência estudantil, intercâmbio e internacionalização, e inclusão e atendimento à pessoa com deficiência (UERN, 2016). Em nível estrito, o ensino é regulado na instituição por meio dos Projetos Pedagógicos, que consistem em documentos norteadores elaborado por cada curso, em atendimento a política da instituição, bem como as políticas nacionais e estaduais de educação, em especial as Diretrizes Curriculares Nacionais (Santos, 2023).

Desse modo, para compreender em que medida a política pedagógica da UERN incentiva o ensino da Propriedade Intelectual foi realizada análise nos PPCs dos cursos das áreas de CET e CSA à luz da normatização institucional e nacional, no que concerne ao tema. Ademais, considerando que os dados em estudo foram oriundos absolutamente de informações contidas em documentos para compreensão do problema, classifica-se a técnica de pesquisa utilizada como documental (Júnior et. al., 2021).

7.2.2.2 Delimitação do escopo da pesquisa

Frisa-se, que a UERN possui 5 cursos na área de CET e 15 cursos na área de CSA, distribuídos em mais de um campus. Contudo, foi objeto de estudo aqueles cursos que ofertam alguma disciplina correlata ao tema de propriedade intelectual. A razão é que a oferta de disciplina pressupõe a existência de uma política de estímulo por parte do curso, o que viabiliza a análise de sua eficácia. Por conseguinte, foram analisados 15 PPCs, sendo 3 da área de CET e 12 da área de CSA, discriminados no Quadro 6 abaixo.

QUADRO 6 – Cursos selecionados para análise do PPC

Área: Ciências Exatas e da Terra	
Curso	**Campi**
Ciência da Computação	Mossoró
Ciência da Computação	Natal
Química	Mossoró
Total CET: 03	
Área: Ciências Sociais Aplicadas	
Curso	**Campi**
Direito	Mossoró
Direito	Natal

Administração	Mossoró
Administração	Pau dos Ferros
Ciências contábeis	Patu
Ciências econômicas	Assu
Turismo	Mossoró
Turismo	Natal
Jornalismo	Mossoró
Publicidade	Mossoró
Rádio e TV	Mossoró
Serviço Social	Mossoró
Total CSA: 12	

FONTE: Autores da pesquisa, 2025

Para compreensão da problemática proposta foi selecionado nos PPCs aqueles tópicos que permitissem apreender se o documento está alinhado às demandas sociais e de mercado, em especial as capacidades inerentes à propriedade intelectual. Da mesma forma, foram selecionados aqueles que fossem comuns aos diversos cursos, de modo a garantir uniformização dos dados analisados.

Nesse contexto, foram elegidos 8 tópicos: objetivo do curso, perfil do profissional, competências e habilidades, princípios formativos, políticas de gestão, políticas de avaliação, políticas de pesquisa e políticas de extensão. A Figura 7 apresenta os tópicos selecionados nos PPCs das áreas de CET e CSA, organizados em quatro dimensões de análise.

FIGURA 7 - Dimensão dos tópicos dos PPCs

FONTE: Autores da pesquisa, 2025

Essa estrutura permite inferir que a escolha dos tópicos contempla aspectos que abrangem diversas abordagens, desde a orientação pedagógica dos cursos até sua eventual articulação com o desenvolvimento das capacidades relacionadas à Propriedade Intelectual e à inovação. O alinhamento dos tópicos dentro dessas dimensões demonstra a amplitude dos dados coletados e a preocupação da pesquisa em contemplar uma análise mais completa da política pedagógica, com enfoque tanto nas perspectivas gerais como nas orientações mais específicas.

7.2.2.3 Análise de conteúdo

Após leitura e seleção dos dados relevantes à pesquisa, passou-se a análise de seu conteúdo utilizando a técnica de análise temática, proposta por Braun e Clarke. Essa técnica busca por padrões a partir da análise de dados qualitativos e seu desenvolvimento já se inicia desde a coleta de dados. Ao reunir as informações que irão constituir seu banco de dados, o pesquisador já pode agrupá-los, de forma preliminar, e fazer anotações de suas primeiras impressões que poderão ser consultadas durante as demais etapas da análise (Rosa; Mackendanz, 2021; Souza, 2019). O Quadro 7 abaixo, foi extraído do trabalho de Souza (2019, p. 56) e demonstra as fases em que essa técnica se divide.

QUADRO 7 - As seis fases da análise temática

Fase	**Descrição**
1) Familiarização com dados	Transcrever os dados e revisá-los; ler e reler o banco; anotar ideias iniciais durante o processo.
2) Gerando códigos iniciais	Codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático em todo o banco; reunir extratos relevantes a cada código.
3) Buscando temas	Reunir os códigos em temas potenciais; unir todos os dados pertinentes a cada tema em potencial.
4) Revisando os temas	Checar se os temas funcionam em relação aos extratos e ao banco de dados como um todo; gerar mapa temático da análise.
5) Definindo e nomeando os temas	Refinar os detalhes de cada tema e a história que a análise conta; gerar definições e nomes claros a cada tema.
6) Produzindo o relatório	Fornecer exemplos vívidos; última análise dos extratos escolhidos na relação com pergunta de pesquisa e literatura; relato científico da análise.

FONTE: Souza, 2019

As fases 1 e 2 foram realizadas durante a leitura dos PPCs, escolhas dos tópicos que seriam relevantes à pesquisa e a preparação do banco de dados que

seriam objeto de análise. O banco de dados foi organizado em códigos sendo atribuído numeração para cada PPC, cada curso e para cada local de oferta (campi).

A análise e estratificação de temas, como descritas nas fases 3 a 5, foram realizadas com o auxílio do *software* IRAMUTEQ. Essa ferramenta realiza a análise de dados qualitativos, mediante a contabilização de vocábulos, coocorrências de palavras, frequência de termos e como eles estão interligados. Por meio de gráficos estatísticos, ele fornece uma análise lexicométrica do corpus, correspondente ao banco de dados. Essas representações auxiliam o pesquisador na definição de temas e suas relações, além de oferecer à pesquisa um caráter técnico e científico (Sousa, 2021).

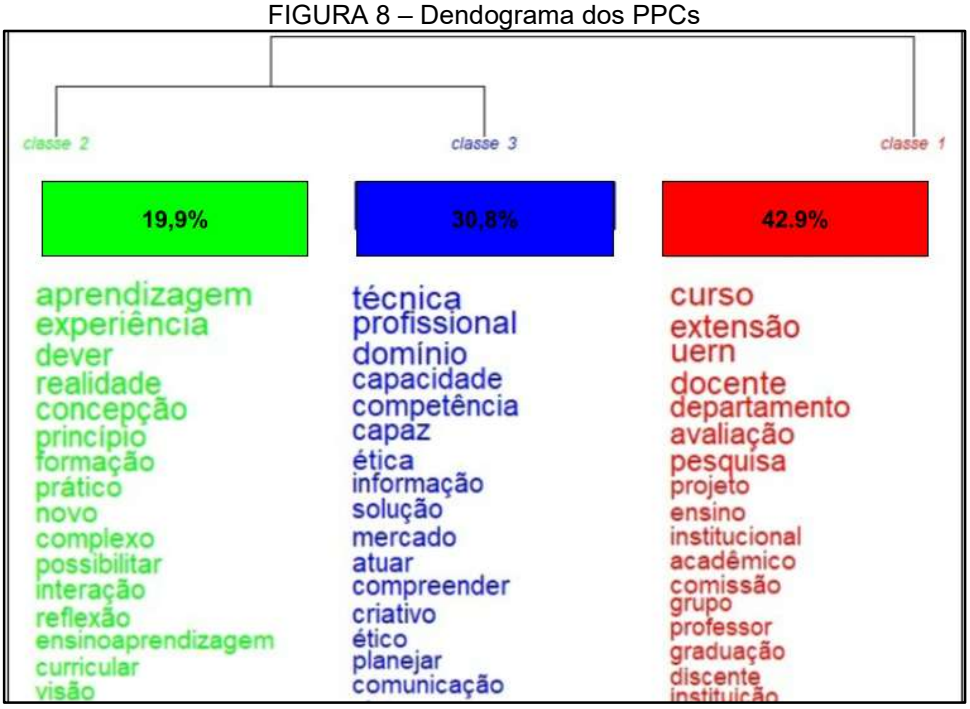
Desse modo, a construção da discussão, como descrito no tópico abaixo, utilizará a classificação hierárquica descendente (CHD) para identificação dos temas predominantes. A CHD é a representação de agrupamento de segmentos de texto classificados em função dos seus respectivos vocabulários e organizados na forma de um dendograma de classes (Camargo; Justo, 2021). Para identificação de subtemas foi utilizada a análise de similitude, grafos que apresentam a união de palavras em virtude de sua coocorrência (Camargo; Justo, 2021).

Ademais, utilizou-se ainda, a análise fatorial de correspondência (AFC), que demonstra a posição de cada parte do corpus (PPCs individuais) em um plano cartesiano, em razão de variáveis identificáveis no todo do corpus (Sousa, 2021). Esses gráficos permitem identificar em que aspectos os PPCs e os cursos possuem mais afinidade. Por fim, a classificação de ward, representação obtida mediante a seleção da variável campi, para observar eventual variação pedagógica em decorrência da diferença geográfica.

7.2.3 Resultados e discussão

A discussão dos resultados foi organizada de modo a permitir uma leitura evolutiva das relações entre as orientações pedagógicas presentes nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das áreas de Ciências Exatas e da Terra (CET) e Ciências Sociais Aplicadas (CSA) e o ensino de propriedade intelectual. Iniciando pelo dendograma de classes, representado na Figura 8, é possível identificar a organização temática dos PPCs.

FIGURA 8 – Dendograma dos PPCs



FONTE: Dados do IRAMUTEQ, 2025

Dos 15 PPCs analisados, o IRAMUTEQ detectou três grupos de palavras, denominados classes, que representam os temas mais relevantes a todos os PPCs. A Tabela 2 apresenta as categorias temáticas associadas a cada classe, de acordo com as palavras do grupo.

TABELA 2 – Categorização do dendrograma dos PPCs

Classes pelo IRAMUTEQ	**Cor**	**Categorias temáticas**	**%**
Classe 2	Verde	Dimensão pedagógica e processo formativo	19,9
Classe 3	Azul	Perfil do egresso e competências profissionais	30,8
Classe 1	Vermelho	Dimensão organizacional e acadêmica	49,2
Total			**99,9%**

Fonte: Autores da pesquisa, 2025

As categorias temáticas definem bem a estruturação comum dos PPCs, organizados em dimensões institucionais, formativas e profissionais. Essa disposição de temas está em acordo com às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (2019) que, embora forneça instruções específicas em cada dimensão para cada curso, apresenta uma composição comum do que deve estar contido no PPC (MEC, 2019). Importa destacar nos dados obtidos que há uma predominância temática de uma dimensão em detrimento de outra, demonstrando que há pretensões diferentes no planejamento dos cursos.

A classe 2, com o menor percentual de destaque (19,9%), concentra termos ligados à aprendizagem e à formação crítica do estudante, evidenciando a preocupação com o desenvolvimento de experiências significativas e reflexivas que busquem articular a teoria com a prática e desenvolver no discente consciência profissional e social. Esse grupo temático se alinha com os objetivos do ensino superior (ES) previstos no art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ao prever como finalidade do ES: desenvolver o espírito científico e o pensamento reflexivo; estimular o conhecimento dos problemas do mundo, a fim de atender as demandas da sociedade; e, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia (BRASIL, 1996; Echalar; Lima; Oliveira, 2020).

Já a classe 3 (30,8%), com mais evidência que a classe anterior, representa a vertente técnico-profissional, com foco no domínio de competências e habilidades operacionais voltadas à demanda e inserção no mercado de trabalho. Segundo Silva e Coutinho (2025) há uma necessidade de adaptação do modelo educacional tradicional para atender a constante remodelação das profissões, decorrentes da automação, revolução digital e a inteligência artificial. Com isso, a formação profissional deve agregar aos conteúdos teóricos outras habilidades como criatividade, pensamento crítico e capacidade de adaptação para garantir a inserção profissional do estudante.

A classe 1, com maior representatividade (49,2%), expressa a dimensão institucional e organizacional da universidade, centrada na estrutura curricular e no papel dos cursos, docentes e departamentos na consolidação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de instrumentos de gestão e avaliação que se articulem com as práticas pedagógicas.

Tais previsões estão de acordo com o Parecer nº 334/2019, emitido pelo Conselho Nacional de Educação, o qual estabelece orientações gerais às Diretrizes Curriculares Nacionais. Nele é destacado que os PPCs devem privilegiar atividades que articulem a teoria e a prática, que o egresso deve desenvolver atitude crítica, reflexiva e criatividade, além de capacidade para reconhecer necessidades em seu meio profissional, analisando problemas e propondo soluções, sempre comprometido com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável (MEC,2019).

No mesmo sentido, o PDI da instituição estabelece como princípio e valor da formação integral, a construção de uma mentalidade capaz de racionalizar ações e resolver problemas, de trabalhar em equipe, pelo real domínio das formas de comunicação, pelo aprendizado democrático com sensibilização para o social, para o meio ambiente, para a estética, a ética e a política (UERN, 2016).

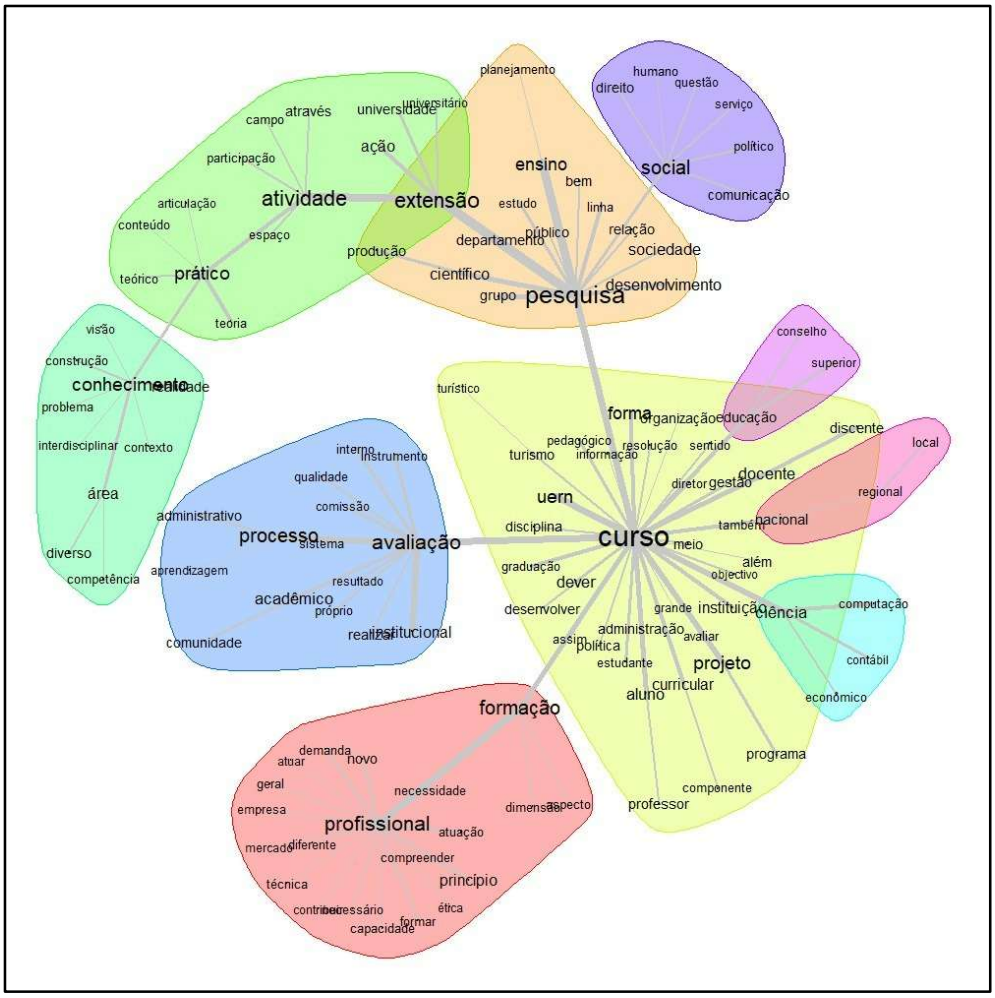
Contudo, embora os PPCs estejam alinhados com as DCNs e o PDI, os dados apontam que ainda existe uma necessidade de articulação explícita com temas de propriedade intelectual e inovação. A ausência de referência à PI sugere que o desenvolvimento de competências voltadas à gestão do conhecimento e à proteção de resultados acadêmicos ainda não é contemplado de forma sistemática nos PPCs, o que limita o papel da universidade como agente difusor da cultura de inovação (Gimenez, 2012).

Todavia, a amplitude dos temas identificados, com base na análise do dendograma (Figura 08, p. 64), permite apenas conhecer de forma superficial as pretensões pedagógicas dos PPCs. Por essa razão, aplicamos a fase 5 da análise temática, que propõe a revisão dos temas para refina-los e permitir um exame mais preciso do objeto em estudo. Como orienta Souza (2019, p. 61):

> É importante não tentar fazer com que um determinado tema dê conta de muitos aspectos, ou que seja muito complexo e diversificado. Para evitar isso, deve-se voltar aos extratos de dados reunidos em cada tema, e organizá-los em um todo internamente consistente e coerente.

Assim, para aprimorar os temas em estudo, utilizamos a análise de similitude gerada pelo *IRAMUTEQ* e reproduzida na Figura 9. A partir dela é possível visualizar como as ideias centrais se articulam entre si e estão conectadas semanticamente pelos termos mais recorrentes do corpus.

FIGURA 9 - Análise de similitude dos PPCs



FONTE: Dados do IRAMUTEQ, 2025

O termo central da rede de conexões é a palavra “curso”, o que confirma seu papel de núcleo conceitual dos PPCs. A partir dele irradiam-se conexões fortes com “formação”, “pesquisa”, “extensão”, “avaliação”, “profissional” e “projeto”, não sendo constatado nenhum direcionamento a temáticas específicas, como propriedade intelectual ou inovação.

Da Figura 09 é possível identificar seis grandes agrupamentos divididos por cores. O agrupamento central na cor amarela representa o núcleo formativo e normativo dos PPCs, centrado na missão institucional e nas diretrizes pedagógicas. Sua expressividade corrobora a interpretação da classe 1 (vermelha) do dendograma (p. 64), demonstrando a preponderância de conteúdos voltados à estrutura administrativa e aos princípios da UERN. A partir dele conectam-se os demais grupos, o qual destacamos o azul, por congregar termos voltados à gestão educacional, centrada em mecanismos de acompanhamento, qualidade institucional e avaliação.

Esse grupo reforça a formalidade e regulação do ensino, o que pode restringir práticas mais flexíveis e inovadoras, normalmente utilizadas em cursos e programas que buscam incluir a propriedade intelectual em seu currículo (Mendonça, 2020; Santos, 2023).

O grupo vermelho simboliza o eixo profissional, relacionado às competências e habilidades como destacada na classe 3 (azul) do dendograma (p. 64). Aqui sobressai a dimensão pragmática da formação, preocupada com empregabilidade e desempenho técnico do estudante para atuar no mercado. Para a qual, exige-se a integração de metodologias ativas, utilização de tecnologias digitais e a promoção de ambientes de aprendizado flexíveis e colaborativos que coloque o estudante no centro do processo educativo e o estimule a desenvolver autonomia para soluções de questões (Silva; Coutinho, 2025).

Em sequência, o conjunto representado pela cor laranja é o que possui uma conexão mais forte com o grupo central e dele se ramificam outros grupos importantes. O grupo laranja expressa a integração clássica das funções universitárias, consistente no tripé constitucional ensino, pesquisa e extensão, com forte viés social e ênfase humanística no ensino, aproximando-se de valores de cidadania e compromisso público. Dele derivam os eixos prático e de extensão comunitária e o eixo social e político, nas cores verde e roxa, que reforçam a formação por meio das práticas de extensão e evidenciam o viés humanista e de compromisso social da UERN, os quais norteiam a sua política institucional sendo apresentado no PDI como um dos princípios e valores da instituição para a realização de sua missão e ações estratégicas (UERN, 2016).

A análise de similitude permitiu inferir, portanto, que a política pedagógica da UERN é coesa e fortemente estruturada no tripé ensino, pesquisa e extensão, bem como na constituição ética e profissional do discente, valorizando uma formação socialmente comprometida. Contudo, não é possível observar nos grupos nenhum termo que possa constituir uma dimensão inovadora, tais como: invenção, criação, tecnologia. Esses vocábulos não constam nem mesmo no agrupamento relacionado ao campo técnico-profissional, onde poderia se vislumbrar essa associação, por ser a inovação e a propriedade intelectual competências atrativas para o mercado de trabalho (Mazo et. al. 2022; Souza; Castro, 2025).

Com isso, pode-se constatar que os PPCs da UERN ainda possuem uma orientação tradicional e precisam de atualização para atenderem seu papel no Sistema Nacional de Inovação (SNI). Todavia, a própria estrutura pedagógica da universidade apresenta elementos que podem servir como ponto de partida para inserção de conteúdos relacionados à PI, como a preocupação com a capacitação profissional e a ligação do ensino à sociedade. Com um direcionamento mais claro, esses elementos configuram-se como oportunidades concretas para a inclusão de conteúdos sobre PI, fortalecendo a integração entre formação cidadã, desenvolvimento tecnológico e compromisso social.

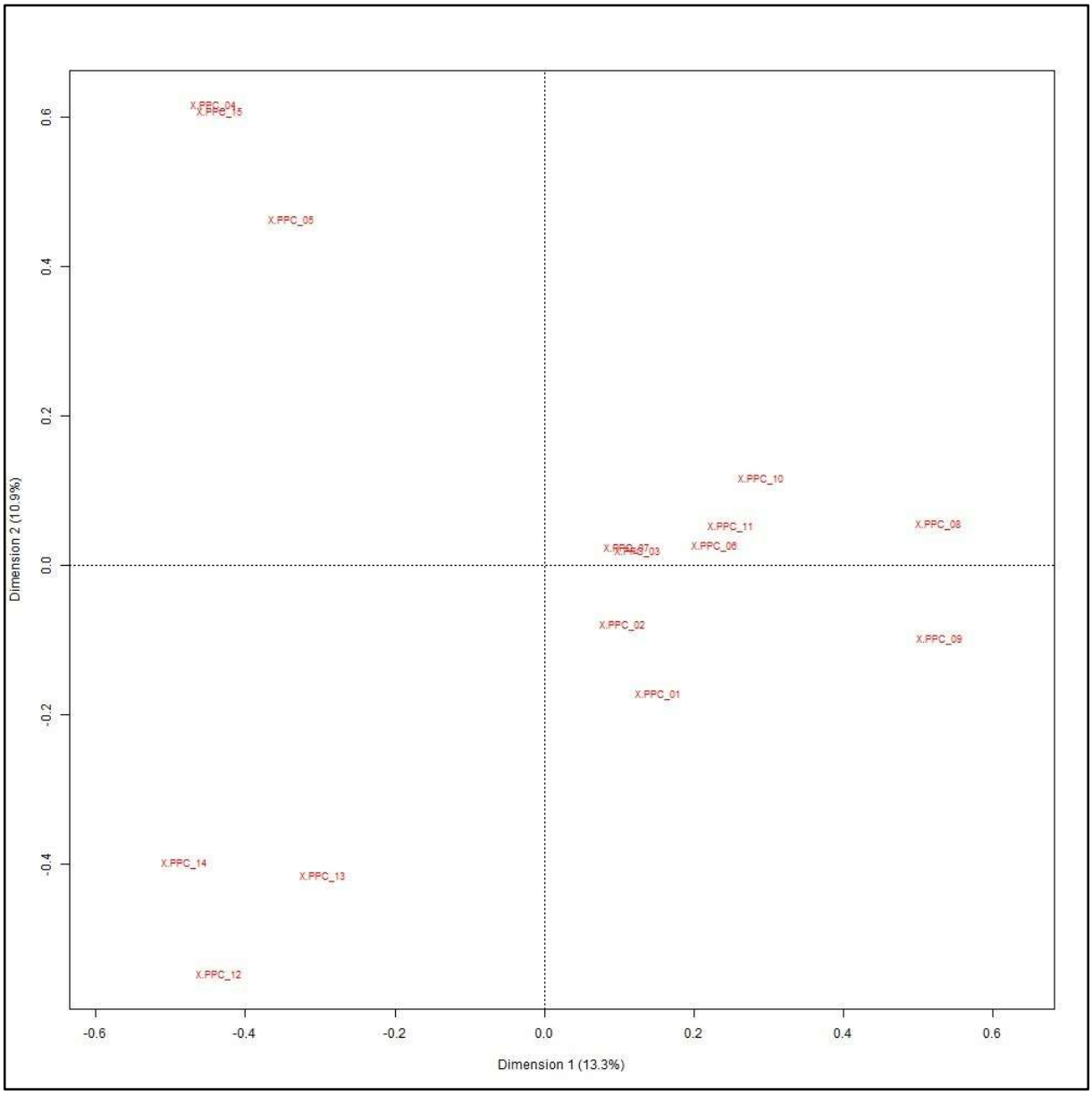
Nesse contexto, faz-se pertinente o esclarecimento apresentado por Rangel e Castioni (2023, p. 13) ao tratar da necessidade de adaptação das universidades à luz da inovação.

> Não se trata aqui de reorientar as políticas educacionais com base nos resultados econômicos em detrimento dos fins educacionais. Mas de promover uma interação que seja capaz de contribuir com um projeto formativo-educativo de competências e habilidades em diálogo com o novo contexto do Mundo do Trabalho e do desenvolvimento socioeconômico do país.

Desse modo, para proposição de ajustes que adequem os PPCs às políticas nacionais de inovação, faz-se necessário aprofundar o estudo a fim de conhecê-los de forma mais detalhada. Principalmente, considerando a discrepância de temas e percentuais de relevância de conteúdos apresentados no dendrograma (p. 64). A partir do qual, constatou-se que, embora coesos, os PPCs dos cursos privilegiam determinadas abordagens em detrimento de outras. Assim, identificar quais deles tratam de forma mais detalhada cada tema permitirá compreender as especificidades de enfoque e, consequentemente, indicar as mudanças necessárias para cada curso ou grupo de curso.

Desse modo, com o auxílio da Análise Fatorial de Correspondência (AFC) dos PPCs, representada na Figura 10, é possível identificar as relações de proximidade entre os cursos e suas políticas pedagógicas, por meio da equivalência semântica de seus textos.

FIGURA 10 - AFC dos PPCs



FONTE: Dados do IRAMUTEQ, 2025

Da Figura 10 é possível visualizar que os 15 PPCs analisados estão distribuídos em três grupos no plano cartesiano, com uma maior ou menor proximidade entre si. O *IRAMUTEQ* faz esses agrupamentos com base na relação de proximidade semântica dos textos e nas palavras mais frequentes associadas a cada quadrante do gráfico. A divisão dos quadrantes é realizada em cima de duas dimensões ou eixos, cada uma determinada por abordagens que diferenciam um PPC de outro, o que permite posicioná-los no gráfico.

O eixo 1 (horizontal) que apresenta um percentual de variância de 13,3% entre os PPCs, divide os cursos que propõem uma formação técnica e aplicada, aqueles

localizados à direita do gráfico, daqueles voltados à uma formação social e institucional, posicionados à esquerda. A identificação temática desse eixo é compreendida quando analisamos quais cursos refere-se a cada PPC e comparamos com os percentuais de temas obtidos no dendograma (p. 64).

Os PPCs localizados à direita, compreendem os cursos da área de Ciências Exatas e da Terra (Ciência da Computação PPC_01 e PPC_02 e Química PPC_03) e os cursos de Ciências Sociais Aplicadas que dão ênfase à gestão e economia (Administração PPC_06 e PPC_07, Ciências Contábeis PPC_08, Ciências Econômicas PPC_09 e Turismo PPC_10 e PPC_11). Já os PPCs localizados à esquerda relaciona-se aos demais cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas, que denotam uma formação mais humanística e social, são eles: Direito (PPC_04 e PPC_05), Serviço Social (PPC_15) e os cursos da área de Comunicação Social (Jornalismo PPC_12, Publicidade PPC_13 e Rádio e Tv PPC_14).

Ao cruzar esses dados com o dendograma (Figura 08, p. 64), as classes de vocabulários associadas confirmam essa oposição. A classe 1 (vermelha) é composta por palavras que denotam um foco institucional e social, ligado ao papel da universidade, enquanto a classe 3 (azul) indica um foco em desempenho técnico e mercado de trabalho. Assim, esses padrões sugerem um contraste em currículos técnico-profissionais versus currículos sociais e institucionais.

Por conseguinte, é possível inferir que essa oposição reflete a dualidade entre uma formação voltada à empregabilidade e ao domínio técnico e outra que enfatiza dimensões éticas, políticas e de responsabilidade social. Enquanto os cursos das áreas de CET e parte das CSA se concentram em competências instrumentais e operacionais, os demais cursos de CSA, com maior interface social e comunicacional, reforçam aspectos humanistas, críticos e reflexivos da formação.

O eixo 2 (vertical) vai mostrar uma diferenciação de abordagem dos cursos identificados no eixo 1 como de formação institucional e social, aqueles à esquerda do gráfico. Assim, com 10,9% de variância, o eixo 2 distingue os PPCs de formação baseada em aspectos normativos, éticos e sociais, localizados na parte superior esquerda do gráfico, daqueles que privilegiam um discurso vinculado à experimentação, criatividade e aplicação técnica posicionados na parte inferior esquerda do gráfico.

Essa diferenciação vertical sugere que, embora ambos os grupos mantenham uma orientação social, eles divergem quanto à forma de concretizá-la: os primeiros privilegiam o marco institucional e ético da formação, enquanto os segundos priorizam a dimensão prática e comunicativa. Em conjunto, os dois eixos da AFC revelam que os PPCs da UERN apresentam tendência de segmentação entre formações técnicas e sociais, e, dentro destas últimas, entre enfoques normativos e práticos, refletindo a diversidade das concepções pedagógicas que orientam o ensino superior na instituição.

Interessa observar o posicionamento dos cursos de CET e de CSA com ênfase em gestão e economia, segundo o eixo 2, uma vez que situam-se no meio do eixo, denotando que não se alinham totalmente ao discurso institucional e normativo, nem ao discurso prático-expressivo. Essa posição indica um equilíbrio entre esses dois polos: seus PPCs articulam a dimensão teórica com a aplicação prática do conhecimento, sem ênfase acentuada em um ou outro.

Em termos pedagógicos, esse posicionamento intermediário sugere que tais cursos integram elementos de institucionalização e aplicabilidade, expressando uma formação mais pragmática e funcional, coerente com o perfil esperado de áreas voltadas à solução de problemas, desenvolvimento tecnológico ou gestão organizacional. Ao mesmo tempo, a manutenção de certo alinhamento com os princípios institucionais demonstra aderência às políticas pedagógicas da universidade, sem comprometer uma formação mais flexível e atual.

Assim, os cursos centrais do eixo 2 podem ser interpretados como núcleo de equilíbrio da estrutura pedagógica da UERN, pois atuam como ponte entre as formações mais humanísticas e as mais comunicacionais e criativas. Essa posição reflete o papel esperado das universidades no Sistema Nacional de Inovação (SNI). Unir capacidades técnicas e de gestão, integrar teoria e prática, respeitando os aspectos normativos e formais do ensino ao mesmo tempo que são flexíveis para adaptar à formação às necessidades econômicas e sociais (Vidigal, 2025). Por conseguinte, esse núcleo constitui o espaço mais favorável para a incorporação da Propriedade Intelectual como conteúdo voltado à inovação e à aplicação social do conhecimento.

As análises realizadas com o auxílio do *IRAMUTEQ* por meio do dendrograma (Figura 08, p. 64), da análise de similitude e da análise fatorial de correspondência

(AFC) dos PPCs permitiram identificar como está estruturada a política pedagógica da UERN. Cada figura revelou aspectos complementares da configuração dos PPCs. Para sintetizar essas interpretações e facilitar a visualização dos resultados, apresenta-se a seguir no Quadro 8 um comparativo das conclusões obtidas por cada técnica.

QUADRO 8 - Quadro comparativo das análises dos PPCs no *IRAMUTEQ*

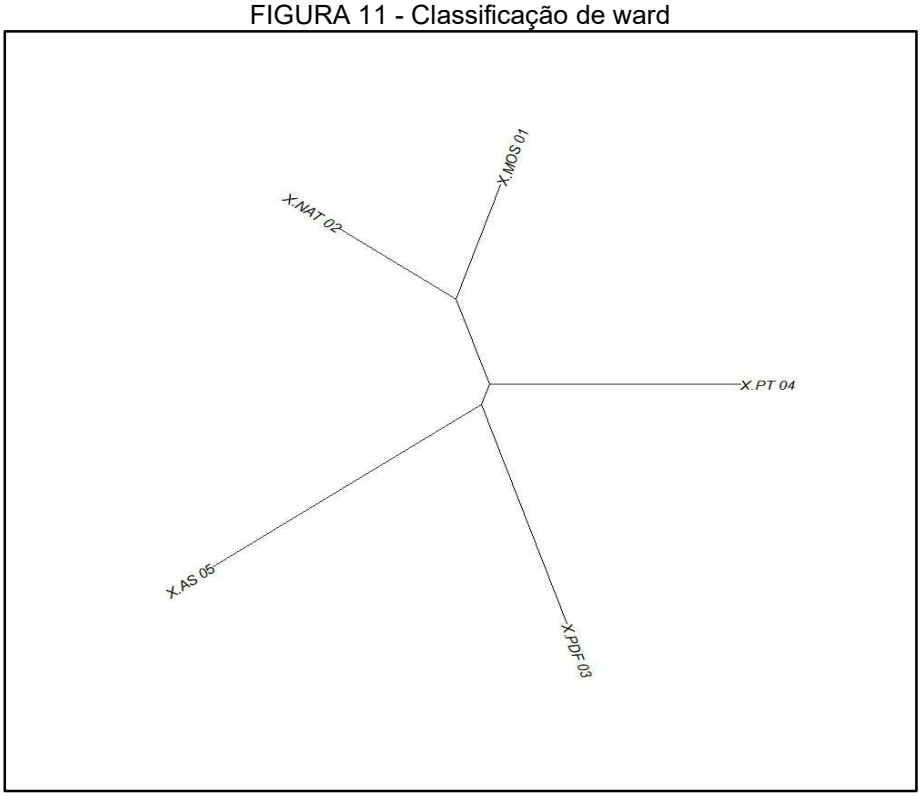
Técnica	Foco da análise	Principais conclusões	Interpretação geral
Dendrograma	Identificação das categorias temáticas predominantes nos PPCs.	**Três classes principais emergiram:** (1) dimensão organizacional e acadêmica; (2) formação ética e social; e (3) competências práticas e aplicadas.	Revela o alinhamento com as DCNs e o PDI da instituição, bem como a coexistência de discursos normativos e pragmáticos, evidenciando o esforço institucional em equilibrar formação cidadã e técnica.
Análise de Similitude	Mapeamento das conexões lexicais e termos com maior força associativa.	**Termos como *formação*, *curso*, *avaliação* e *pesquisa*** aparecem como núcleos de coocorrência, conectando-se a expressões de caráter pedagógico e institucional.	Indica que a política pedagógica da UERN é coesa e valoriza o conhecimento como instrumento de desenvolvimento social na formação do discente.
Análise Fatorial de Correspondência (AFC) dos PPCs	Identificação da relação de proximidade entre os cursos de acordo com as dimensões de variância entre os PPCs.	Dimensão 1: variação entre **formação técnica/aplicada** e **formação social/humanística**. Dimensão 2: variação entre **formação normativa** e **integração teoria–prática**.	Demonstra uma divergência de abordagem entre os cursos da área de CSA. Dentro dessa área é possível distinguir cursos que possuem uma orientação mais social daqueles com ênfase em gestão e economia. Ainda dentro dos cursos sociais há diferenças na abordagem: formação normativa e social versus formação técnica e prática. Outra conclusão é que os cursos de CET e CSA com ênfase em gestão e economia, representam o núcleo de equilíbrio entre formação normativa e integração teoria e prática, configurando-se como o espaço ideal para a inserção do ensino da Propriedade Intelectual orientado à inovação.

FONTE: Autores da pesquisa, 2025

A consolidação dos resultados demonstra que a política pedagógica da UERN busca equilibrar orientações normativas, fundamentos humanísticos e práticas voltadas à aplicabilidade do conhecimento, configurando uma base propícia à inserção da Propriedade Intelectual como componente de formação inovadora. No entanto, a consolidação de uma cultura de inovação exige não apenas orientações pedagógicas claras e assertivas, mas também a articulação delas com o meio local e social onde está inserido.

Assim, considerando a diversidade estrutural e geográfica da UERN, composta por múltiplos campus distribuídos no estado, torna-se pertinente observar se essas tendências gerais se mantêm homogêneas em todas as unidades acadêmicas. Nesse sentido, a Figura 11 representa uma classificação gerada pelo *IRAMUTEQ* calculada a partir da distância lexical da variável selecionada. No caso, foram as cidades onde se localizam os campi dos cursos em estudo, conforme descrito no Quadro 6 (p. 60). Ela nos permite explorar possíveis variações regionais e identificar como o discurso pedagógico se adapta às realidades locais de cada campus.

FIGURA 11 - Classificação de ward



FONTE: Dados do IRAMUTEQ, 2025

Pela classificação de Ward é possível observar que todas as ramificações se originam de um ponto comum, o que confirma o resultado dos dados anteriores, os projetos pedagógicos possuem uma estruturação comum, proveniente de uma padronização institucional e das orientações das diretrizes curriculares nacionais. Todavia, embora as ramificações sejam relativamente equilibradas, é possível observar discretas variações semânticas que sugerem nuances locais.

O campus de Mossoró apresenta-se levemente mais central, o que é coerente com seu papel de campus-sede da universidade, responsável por abrigar os setores responsáveis por coordenar as políticas acadêmicas e curriculares. Indica maior convergência com o discurso institucional dominante.

O campus de Natal aparece próximo a Mossoró, sugerindo alinhamento conceitual e pouca divergência linguística. Essa semelhança pode se dar em razão da oferta de cursos semelhantes entre esses campi, ciência da computação, direito e turismo, com pequenas adaptações originadas pela autonomia de cada curso e, talvez, pelas diferenças geográficas.

Os campi de Assú e Patú estão mais afastados, o que pode ser justificado pela presença de apenas um curso selecionado em cada campi, ciências econômicas em Assú e ciências contábeis em Patú, ambos os cursos sem oferta em outros campi para referência e contraposição do estudo.

Por fim, o campus de Pau dos Ferros incluído no estudo pela seleção de um único curso, administração, o qual diferente de ciências econômicas e ciências contábeis, é ofertado também no campus de Mossoró. Esse distanciamento, sugere uma identidade pedagógica própria, talvez voltada a demandas específicas da região, sendo relevante, para fins de aprofundamento do estudo com foco em cada curso, uma análise própria dos PPCs de administração para observar o que causa esse distanciamento. De todo modo, analisando as informações do gráfico de Ward (p. 74) à luz da AFC dos PPCs (p. 70) é possível constatar que as distinções entre os PPCs de administração devem ser mínimas, pois, quanto a análise pedagógica o IRAMUTEQ indicou proximidade entre os cursos (Administração Mossoró - PPC_06 e Administração Pau dos Ferros - PPC_07).

De forma geral, a Figura 11 (p. 74) sugere que, embora existam pequenas variações regionais, os campi mantêm coerência conceitual e terminológica, o que reforça que a UERN adota uma política pedagógica centralizada, com orientações

curriculares padronizadas, especialmente no que diz respeito aos princípios de formação profissional, interdisciplinaridade e integração entre ensino, pesquisa e extensão.

As diferenças observadas, contudo, não devem ser vistas como fator negativo, mas como reflexo do papel da universidade multicampi, capaz de adaptar suas políticas pedagógicas às particularidades de cada território, ao mesmo tempo em que mantém coerência com as diretrizes gerais da instituição. Tal leitura reforça a importância de fortalecer os mecanismos de comunicação e articulação entre os campi, de modo que as boas práticas em ensino e gestão da inovação possam ser compartilhadas, consolidando uma cultura institucional de inovação de caráter mais integrado e colaborativo.

7.2.4 Considerações finais

A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das áreas de Ciências Exatas e da Terra (CET) e Ciências Sociais Aplicadas (CSA) permitiu compreender a forma como a política pedagógica da UERN orienta o ensino de Propriedade Intelectual (PI) e de que modo esse direcionamento contribui para a consolidação de uma cultura de inovação no âmbito universitário. As análises realizadas com o apoio do *software IRAMUTEQ* mostraram que os PPCs se organizam em torno de três eixos principais: o discurso normativo e institucional, a formação ética e social e a aplicação prática do conhecimento, não sendo identificado de forma clara a presença da propriedade intelectual ou inovação em suas orientações pedagógicas. Nem mesmo de forma secundária dentro desses temas principais.

Todavia, a presença de discursos voltados à formação integral, à aplicabilidade do conhecimento e seu viés humanista, indica uma preocupação institucional em formar profissionais aptos a atender as demandas sociais, o que coincide com os objetivos da inovação. A ausência de menções explícitas à Propriedade Intelectual e a termos como *empreendedorismo*, *criatividade* e *pesquisa aplicada*, contudo, demonstram que o tema ainda ocupa um lugar periférico na estrutura curricular. Isso sugere que o alinhamento institucional existe em nível discursivo, mas carece de sistematização prática que transforme a PI em eixo transversal de formação.

De forma mais específica, observou-se que os cursos de CET e de CSA com foco em gestão e economia são espaços mais estratégicos para o desenvolvimento de competências inovadoras e para a inserção mais efetiva de conteúdos sobre PI, pois posicionam-se em um ponto de equilíbrio entre a institucionalização e a aplicação prática do conhecimento. Esses cursos podem atuar como ponte entre o conhecimento técnico e sua apropriação social, contribuindo para o fortalecimento da cultura de inovação na instituição.

Nesse sentido, embora a UERN apresente uma base pedagógica favorável à integração entre ensino, pesquisa e inovação, ela precisa traduzir essa intenção institucional em práticas curriculares consolidadas, com orientações mais assertivas, inserção da PI como competência e habilidade profissional, além de estimular uma integração transversal em seus cursos de compartilhamento de conhecimentos e experiências e assim, consolidar uma cultura de inovação. Essas modificações são condição essencial para que a UERN, enquanto instituição pública, avance no cumprimento de seu papel no Sistema Nacional de Inovação, ampliando sua contribuição para o desenvolvimento regional e social.

Como limitação deste estudo, destaca-se o fato de a análise concentrar-se exclusivamente nos textos dos PPCs, não abrangendo as práticas pedagógicas, nem as percepções dos docentes e discentes quanto ao tema. Para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação da investigação para outras áreas do conhecimento e a realização de estudos qualitativos com docentes e gestores acadêmicos, de modo a compreender as percepções e desafios relacionados à inserção da Propriedade Intelectual na formação universitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. R. de; GUARDA, E. Ad.; ROCHA, S. M. da. DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE CT&I NO BRASIL: competências científicas e persistência das assimetrias regionais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 27, n. 1, p. 379–396, 2023, Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/21851. Acesso em: 02 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 22 abr. 2025

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A.M. Tutorial para uso do *software* IRAMUTEQ. Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, 2021. Disponível em: http://www.IRAMUTEQ.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRAMUTEQ%20em%20portugues_22.11.2021.pdf. Acesso em 01 jun. 2025

ECHALAR, J. D.; LIMA, D. C. B. P.; OLIVEIRA, J. F. Plano Nacional de Educação (2014–2024)–O uso da inovação como subsídio estratégico para a Educação Superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 28, p. 863-884, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/9jYLqw4pbrgzjLZDf7YYygB/?format=html&lang=pt. Acesso em: 09 nov 2024

FARIA, A. X. **O ensino da Propriedade Intelectual nos cursos superiores do Brasil: razões e proposições**. 2011. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação) - Coordenação de Pesquisa e Educação em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, Instituto Nacional Da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2011.

GIMENEZ, A. M. N. **O ensino da Propriedade Intelectual na educação superior: o caso da UNICAMP**. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012. Disponível : https://share.google/oPKT0ohSbS8JdcmRa. Acesso em: 11 nov. 2025

JUNIOR, E. B. L.; OLIVEIRA, G. S. de; SANTOS, A. C. O. dos; SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em: https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356. Acesso em: 13 mai. 2025.

MAZO, E. M.; SAMPAIO, R. R.; LORDELO, S. N. de B.; SOUZA, G. O. de; VEIMROBER, R. F. Uma abordagem inovadora da aprendizagem para o desenvolvimento de competências transversais. **Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 113–125, 2022. DOI: 10.14571/brajets.v15.n1.113-125. Disponível em: https://brajets.com/brajets/article/view/844. Acesso em: 17 set. 2025.

MENDONÇA, L. G. Implantação da Disciplina de Inovação Tecnológica em Cursos de Graduação: Um diferencial na formação de alunos do Instituto Federal do Rio de Janeiro. **Saúde. Com-Ciência**, n. 1, p. 104-118, 2020. Disponível em: https://revistascientificas.ifrj.edu.br/index.php/saudeeconsciencia/article/download/1303/782. Acesso em: 06 mai. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC); CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (CNE/CES). Parecer CNE/CES Nº 334, de 8 de Maio de 2019. Institui a Orientação às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores. Brasília: D.O.U. ed. 148. seção 1, p. 32. Publicado

em: 02/08/2019. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=119811-pces334-19&category_slug=agosto-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 abr. 2025

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (MDIC); GRUPO INTERMINISTERIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (GIPI). Resolução GIPI/MDIC Nº 14, de 1º de Agosto de 2025. Aprova o Plano de Ação 2025-2027 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual. Brasília: D.O.U. ed. 145. seção 1. p. 21. Publicado em: 04/08/2025. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-gipi/mdic-n-14-de-1-de-agosto-de-2025-645932356. Acesso em: 29 set. 2025

RANGEL, M. L. N.; CASTIONI, R. Educação, Inovação e Desenvolvimento socioeconômico: reposicionar a contribuição da universidade brasileira frente aos desafios atuais. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 17, p. e6134047, 2023. DOI: 10.14244/198271996134. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/6134. Acesso em: 1 mai. 2024.

ROSA, L. S. da; MACKEDANZ, L. F. A ANÁLISE TEMÁTICA COMO METODOLOGIA NA PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS. **Atos de Pesquisa em Educação**, *[S. l.]*, v. 16, p. e8574, 2021. DOI: 10.7867/1809-0354202116e8574. Disponível em: https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8574. Acesso em: 16 out. 2025.

SANTOS, C. P. dos. **PERSPECTIVA DE INOVAÇÃO POR MEIO DA CURRICULARIZAÇÃO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL:** um estudo de caso no Curso de Direito da UFT (Câmpus de Palmas). 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação), Universidade Federal do Tocantis, Palmas, TO, 2023. Disponível em: http://hdl.handle.net/11612/6574

SILVA, E. da. Análise de políticas públicas brasileiras em ciência, tecnologia e inovação com foco na cultura de inovação e atuação integrada de agentes do sistema de inovação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, p. e019019, 2019. https://www.scielo.br/j/rdbci/a/SFSzBdrwZJ47dHH78fWsbbh/?lang=pt

SILVA, J. A. S. G. da; COUTINHO, D. J. G. EDUCAÇÃO INOVADORA: CAMINHOS PARA A FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO SÉCULO XXI. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 776–781, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i1.17813. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17813. Acesso em: 16 set. 2025.

SOUSA, Y. S. O. O Uso do *Software* IRAMUTEQ: Fundamentos de Lexicometria para Pesquisas Qualitativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 21, n.

4, p. 1541–1560, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/64034. Acesso em: 16 mai. 2025.

SOUZA, L. K. de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos brasileiros de psicologia.** Rio de Janeiro. Vol. 71, n. 2 (maio/ago. 2019), p. 51-67, 2019. Disponível: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/245380. Acesso em 15 out. 2025.

SOUZA, W. R. de; CASTRO, L. M. de R. Propriedade intelectual e inovação na educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas para o futuro. **Caderno Pedagógico**, *[S. l.]*, v. 22, n. 7, p. e16077, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n7-059. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/16077. Acesso em: 16 set. 2025.

SOUZA, J.; MARANHÃO, G. O ENSINO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL COMO ESTRATÉGIA NO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE INOVAÇÃO. **DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, [S. l.], v. 11, n. 5, 2024. DOI: 10.20873/2024_jul_16546. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/16546. Acesso em: 3 fev. 2025

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Universitário. Resolução nº 34/2016, de 20 de setembro de 2016. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, para vencimento 2016/2026. Mossoró: Conselho Universitário, 2016. Disponível em: https://portal.uern.br/wp-content/uploads/2023/04/PDI-UERN-2016-2026.pdf. Acesso em: 7 out. 2025

VIDIGAL. Y. A. S. O ensino de Propriedade Intelectual nos cursos de graduação da UFAM. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10854

7.3 PROPOSTAS DE FORTALECIMENTO DO ENSINO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA UERN: SUGESTÕES A PARTIR DAS ÁREAS TEMÁTICAS DO IBID 2025

7.3.1 Introdução

Cultura pode ser compreendida como tudo o que permeia a vida humana. As dimensões que compõem a vida em sociedade, como o conhecimento, a lei, as crenças, a moral, a política, convergem para a criação de padrões que estruturam o modo de vida coletivo. Ela não é estática, se adapta ao longo do tempo de acordo

com os costumes sociais, e não é transmitida por herança genética (Godoy; Santos, 2014; Azevedo, 2017).

A partir desse conceito, é possível compreender os avanços das políticas nacionais de inovação voltadas à consolidação de uma cultura que acompanhe os padrões globais de desenvolvimento. Por meio de metas e ações transversais, tais políticas buscam difundir o conhecimento sobre o tema e, fundamentalmente, evidenciar sua importância para o progresso econômico e social (Silva; Melo, 2001; CGEE, 2021).

A educação é, assim, um dos pontos focais para a construção dessa cultura, por ser um direito fundamental capaz de compartilhar saberes, transmitir conhecimento e propiciar o desenvolvimento humano (Souza; Castro, 2025; CGEE, 2021). Por esse motivo, iniciativas de capacitação e ensino ganham relevância em políticas como a Estratégia Nacional de Inovação (ENI). A estratégia dedica um eixo específico, composto por 11 iniciativas, ao fortalecimento dos sistemas educacionais voltados à inovação (MCTI, 2021).

Nesse contexto, a propriedade intelectual (PI) se insere como um meio para promoção da inovação, uma vez que resguarda e protege os direitos oriundos das invenções. Para alcançar o objetivo almejado, desenvolvimento econômico e social, é preciso não apenas criar ou melhorar um produto ou serviço, mas compartilhá-lo e conhecer como protegê-lo, o que se insere no âmbito da propriedade intelectual (Santos; Régis; Correia, 2022). Por conseguinte, seu conhecimento também é um caminho para se construir uma cultura de inovação e a educação um condutor para propagar seu conteúdo (Souza; Maranhão, 2024).

Não existe um meio único e ideal para o desenvolvimento de inovações. Contudo, pesquisas como o *ranking* nacional de depositantes de propriedade intelectual elaborado pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), apontam sua preponderância em universidades, institutos de pesquisa e empresas (INPI, 2025a). Dessa lógica, advém a importância de a propriedade intelectual ser considerada uma competência a ser desenvolvida durante a formação do aluno, tanto para estimulá-lo a criar de forma segura e responsável durante sua vida acadêmica, como para capacitá-lo para o mercado de trabalho (Rangel; Castioni, 2023).

Nesse sentido, observamos a evolução das políticas nacionais de inovação para inserir conteúdos relativos ao tema em todos os níveis de ensino, evoluindo para

inclusão da propriedade intelectual como disciplina nos cursos técnicos e de formação de nível superior. De forma explícita, a ENI em 2021 estabeleceu entre suas iniciativas estratégicas: “E619 - Fomentar desde a educação básica práticas pedagógicas empreendedoras para o desenvolvimento da cultura da inovação” (MCTI, 2021, p. 25) e “E623 - Inserir nos currículos de graduação e pós-graduação abordagens práticas e interdisciplinares, voltada para o desenvolvimento do empreendedorismo e da inovação” (MCTI, 2021, p. 25).

De forma evolutiva, o segundo plano bienal de ação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI), elaborado para execução em 2023-2025, vai além da previsão de alteração nas práticas pedagógicas para tratar da inclusão do tema como disciplina na pós-graduação e nos cursos técnicos ao prevê ações para “4.2 Expandir a oferta de disciplinas dedicadas ao ensino de aspectos de PI em programas de pós-graduação” (MDIC, 2023, p. 21) e “4.3 Avaliar a possibilidade de inclusão da PI como disciplina obrigatória em cursos técnicos” (MDIC, 2023, p. 21).

No plano de ação atual da ENPI, referente ao biênio 2025-2027, o grupo avança ao prever ação voltada a inserção de disciplina de PI nos cursos de graduação: “4.1 Avaliar a possibilidade de inclusão da PI como disciplina obrigatória ou optativa em cursos de graduação de forma a difundir para a comunidade acadêmica o valor estratégico e comercial do tema” (MDIC, 2025, p. 23).

Destarte, caminha-se para a integração da PI como conteúdo programático essencial na educação formal. O objetivo é fomentar uma mentalidade inovadora em escala nacional, em plena consonância com as exigências e avanços do cenário global.

O Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID), pesquisa elaborada pelo INPI para apresentar um panorama da inovação no país, aponta as regiões Sudeste e Sul como os ecossistemas de inovação mais estruturados, assumindo a liderança nos 7 critérios avaliados na pesquisa (INPI, 2025b). São nessas regiões que se localizam as universidades pioneiras no ensino de PI, que de forma independente, inseriram o conteúdo em seus currículos e hoje colhem os frutos advindos desse conhecimento não apenas com a inserção no mercado de seus egressos, em decorrência da formação, como também, com retornos institucionais, tornando-se centros de referência e capacitação para o país (Faria, 2011; Gimenez, 2012; Mendonça, 2020).

Assim, semelhante às universidades da região Sudeste e Sul, as demais podem e devem acompanhar as tendências de desenvolvimento global, independentemente de uma norma que obrigue a isso. Além do mais, é possível prospectar, pelo cenário que observamos das normas, que elas já apontam para esse caminho, inserção obrigatória do ensino de PI em todos os cursos, então porque não se antecipar e começar a trabalhar já nos pontos necessários para implementar o ensino de PI?

Nesse contexto, o objetivo desse trabalho é apresentar à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) sugestões de ações para consolidar o ensino de PI na instituição, a partir do diagnóstico das disciplinas e políticas pedagógicas dos cursos das áreas de Ciências Exatas e da Terra (CET) e Ciências Sociais Aplicadas (CSA).

7.3.2 Material e métodos

Esse estudo possui natureza exploratória descritiva com uma abordagem qualitativa e caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, pois busca que seus resultados contribuam para o aprimoramento do ensino de propriedade intelectual (PI), visando mitigar as lacunas metodológicas identificadas na prática educacional. (Marconi; Lakatos, 2002; Gil, 2002).

Diante das deficiências evidenciadas no levantamento de dados dos projetos pedagógicos e das ementas das disciplinas dos cursos de CET e CSA da UERN, foi realizada uma pesquisa bibliográfica utilizando o método indutivo e a análise de conteúdo (Gil, 2002; Prodanov; Freitas, 2013).

Prodanov e Freitas (2013, p. 55) detalham as etapas fundamentais da pesquisa bibliográfica em seu guia metodológico: “1) escolha do tema; 2) levantamento bibliográfico preliminar; 3) formulação do problema; 4) elaboração do plano provisório do assunto; 5) busca das fontes; 6) leitura do material; 7) fichamento; 8) organização lógica do assunto; 9) redação do texto”.

As limitações da política de ensino identificadas geraram a formulação do problema de pesquisa, o qual deu ensejo a busca das fontes bibliográficas que fundamentaram as propostas apresentadas.

Para organizar a discussão e garantir melhor compreensão e didática, as fragilidades e suas respectivas proposições de ações foram organizadas em quadros resumidos sistematizados de acordo com as áreas temáticas definidas pelo IBID (2025), indicador de referência nacional voltado à mensuração da capacidade inovativa brasileira.

O IBID é estruturado em dois blocos de análise (contexto e resultado) compreendendo sete áreas temáticas, quais sejam: instituição, capital humano, infraestrutura, economia, negócios, conhecimento e tecnologia e, economia criativa. Sua metodologia de pesquisa é alinhada ao do Índice Global de Inovação (*Global Innovation Index* – GII) realizado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), o que valida a legitimidade técnica de sua estrutura temática (INPI, 2025b).

Ressalta-se que a utilização dos eixos do IBID (2025) na discussão não implicou adoção automática de seus indicadores quantitativos, mas sim apropriação de sua estrutura temática como ferramenta para classificação e sistematização das fragilidades identificadas, alinhadas ao contexto de discussão da inovação brasileira.

7.3.3 Resultado e Discussões

De acordo com a sequência de eixos estruturantes do IBID (2025), será apresentada a seguir as fragilidades observadas com a análise das ementas das disciplinas e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de graduação das áreas de Ciências Exatas e da Terra e Ciências Sociais Aplicadas, seguida de sugestões para o enfrentamento das vulnerabilidades e fortalecimento da cultura de inovação na UERN, a começar pelo pilar Instituições, como é apresentado no Quadro 9.

QUADRO 9 - Classificação e sistematização das fragilidades identificadas

Instituições	
Fragilidades	**Implicações**
Ausência de inovação e PI nos PPCs	Não apropriação do conhecimento de PI de forma universal na universidade
Assimetria entre as políticas de CET e CSA	Dificulta a consolidação da cultura de inovação
Proposições	Alteração dos PPCs para incluir a inovação em suas diretrizes gerais e a propriedade intelectual como uma competência e habilidade profissional.

FONTE: Dados da pesquisa, 2026

No IBID (2025), o pilar **Instituições** enfatiza a relevância de marcos normativos, governança e ambiente institucional para a inovação (INPI, 2025b). Analisando esse contexto na pesquisa realizada junto aos cursos da UERN, observou-se, no que concerne às políticas pedagógicas, ausência do termo inovação e propriedade intelectual como eixo estruturante explicitamente institucionalizado, o que revela que a proteção e apropriação do conhecimento não se consolidaram como orientação curricular formal.

Ferreira (2013) em seu estudo de caso do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) sobre a propriedade intelectual na formação de recursos humanos, reforça a necessidade de integração da PI de forma clara nos projetos pedagógicos, para que ela seja utilizada como ferramenta de difusão do conhecimento.

Nesse sentido, propõe-se que a universidade avance na institucionalização da educação em Propriedade Intelectual por meio da inclusão explícita da temática nas diretrizes gerais dos PPCs, reconhecendo-a como competência transversal associada à formação para a inovação. Tal medida pode envolver a revisão dos documentos pedagógicos para incorporar nos objetivos formativos à proteção do conhecimento.

A formulação de orientações institucionais mais claras também pode reduzir assimetrias internas, como foi observado a heterogeneidade entre as áreas do conhecimento, consolidando a Propriedade Intelectual não apenas como conteúdo eventual, mas como componente estratégico do processo formativo da UERN.

Ao estruturar diretrizes institucionais mais consistentes, a universidade reforça seu papel no Sistema Nacional de Inovação, alinhando sua política pedagógica à lógica contemporânea de produção, proteção e transferência do conhecimento, e contribuindo para a consolidação de uma cultura de inovação de caráter institucional e não apenas disciplinar (Souza; Maranhão, 2024).

Em sequência, temos o Quadro 10 que ilustra os aspectos analisados à luz do pilar capital humano do IBID (2025).

QUADRO 10 - Classificação e sistematização das fragilidades identificadas

Capital Humano	
Fragilidades	**Implicações**
Ausência de PI nas ementas das disciplinas	Não apropriação do conhecimento de PI de forma universal na universidade
Predominância de oferta de disciplinas optativas	Dificulta a consolidação da cultura de inovação

Proposições	- Oferta em caráter obrigatório de disciplinas que abordam os fundamentos, instrumentos e funções estratégicas da PI na formação profissional; - Estimular a capacitação docente, a partir dos cursos gratuitos da Academia da OMPI (WIPO).

FONTE: Dados da pesquisa, 2026

No que concerne ao eixo **Capital Humano,** o IBID (2025) destaca a centralidade da educação superior na formação de competências voltadas à inovação (INPI, 2025b). Sob essa ótica, torna-se imperativo que a UERN institucionalize a temática da PI em suas matrizes curriculares, uma vez que o termo “propriedade intelectual” não aparece nas ementas das disciplinas de CET e CSA e aquelas que tratam de assuntos correlatos à inovação são ofertadas, predominantemente, de forma optativa.

Estudos como o de Gimenez (2012), Souza e Maranhão (2024) e Mendonça (2020) destacam a importância da oferta de disciplina em caráter obrigatório para construção de política institucional sustentada e contínua, fornecendo ao estudante habilidade prática que o capacite para reconhecer o valor do capital intelectual, utilizando esses conhecimentos no mercado de trabalho.

Assim, propõe-se a inclusão de conteúdos obrigatórios que abordam explicitamente os fundamentos, instrumentos e funções estratégicas da PI na formação profissional. Essa inserção pode se dar de forma adaptada às matérias já tratadas nos currículos, por exemplo. Nos cursos de Ciências Exatas e da Terra, onde a inovação está vinculada a conteúdos técnicos, sugere-se a incorporação de módulos específicos sobre proteção de resultados tecnológicos em disciplinas de metodologia científica, projetos integradores e iniciação científica, promovendo a articulação entre produção do conhecimento e sua apropriação estratégica.

Já nos cursos de Ciências Sociais Aplicadas, nos quais a temática se associa mais à gestão e ao mercado, pode-se ampliar o debate sobre valoração de ativos intangíveis, estratégias de proteção jurídica e sua relação com desenvolvimento regional, evitando que a PI permaneça restrita a uma perspectiva meramente administrativa.

Adicionalmente, torna-se estratégica a promoção de ações institucionais de capacitação docente, de modo que o ensino da PI não se limite à abordagem conceitual fragmentada identificada nas ementas, mas contribua efetivamente para o desenvolvimento de competências inovadoras.

Nesse sentido, uma opção viável para a universidade seria estimular seus docentes a realizarem os cursos de capacitação ofertados pela Academia da WIPO, instituto de educação vinculado a OMPI, como sugerido por Gimenez (2012). Os cursos abrangem uma variedade de temáticas, desde de abordagens introdutórias da PI até temas mais complexos como PI e as exportações. Possuem ofertas regulares e tem opção de cursos virtuais e assíncronos permitindo maior flexibilidade para realização do estudo (WIPO, 2026).

Esses cursos seriam um primeiro contato dos docentes com o tema, à medida que poderiam buscar outros níveis de especialização. Sendo importante reforçar junto ao corpo docente o investimento a si próprio que eles estariam fazendo, uma vez "[...] que o profissional já capacitado nessa área do conhecimento apresentará um diferencial em relação aos demais. Dessa forma, o próprio conhecimento em PI passa a ser um ativo intangível, que agrega valor ao capital humano [...]" (Faria, 2011, p. 43).

Por conseguinte, para fortalecer ainda mais as ações da universidade, apresentamos sugestões às fragilidades identificadas no pilar relativo à infraestrutura, conforme Quadro 11.

QUADRO 11 - Classificação e sistematização das fragilidades identificadas

Infraestrutura	
Fragilidades	**Implicações**
Ausência de articulação das atividades acadêmicas com os espaços de apoio à inovação.	A falta de integração enfraquece o fortalecimento do conhecimento prático da PI
Proposições	- Inserção nos PPCs de atividade curricular prática que possibilite a análise de projetos e pesquisas pelos órgãos gestores da inovação; - Inserir nas disciplinas metodologia ativa (infraestrutura pedagógica); - Articular o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) às coordenações dos cursos para promoção de oficinas, ciclos de capacitação ou módulos complementares ao conteúdo transmitido em sala de aula.

FONTE: Dados da pesquisa, 2026

No contexto do pilar **Infraestrutura**, o IBID (2025) reconhece que ambientes físicos, tecnológicos e organizacionais constituem elementos estruturantes para o fortalecimento da inovação (INPI, 2025b). Embora esta pesquisa não tenha se debruçado diretamente sobre a infraestrutura física da UERN, na análise dos Projetos Pedagógicos de Curso não foi evidenciada articulação entre os conteúdos curriculares

relacionados à inovação e os espaços institucionais de apoio à prática inovadora, como o NIT.

A ausência de referência explícita a esses espaços nos PPCs sugere que a infraestrutura de suporte à inovação não está plenamente integrada ao percurso formativo dos estudantes, o que enfraquece a consolidação do ensino de PI.

Nesse sentido, propõe-se a criação de mecanismos formais de articulação entre disciplinas, projetos acadêmicos e instâncias institucionais responsáveis pela proteção e transferência de tecnologia. Tal integração pode ocorrer mediante previsão, nos PPCs, de atividades práticas vinculadas à análise de potencial de proteção de projetos desenvolvidos em iniciação científica, projetos integradores ou trabalhos de conclusão de curso, que permitam classificar seu potencial inovador e assessorar os pesquisadores quanto à proteção dos seus resultados (Pires, 2014).

Outra sugestão, voltada ao aspecto de infraestrutura do ensino e seu processo pedagógico, é incluir a prática dentro das disciplinas teóricas por meio de uma metodologia ativa e integrativa. Nesse sentido, vale a pena transcrever a técnica metodológica adotada no Instituto Federal do Rio do Janeiro (IFRJ) quando da implantação de disciplinas de PI nos cursos de graduação.

> Algumas estratégias de ensino também foram pensadas para auxiliar nesse processo educativo. Uma das prerrogativas é o método de avaliação utilizado na disciplina, que não tem prova formal, para tornar a abordagem do tema mais agradável e menos traumático. A avaliação é feita apenas com a aplicação das estratégias de ensino diferenciadas, individuais e em grupo, especificamente desenvolvidas para esse fim. Uma delas é a avaliação de caráter individual. A atividade é proposta logo após a aula de busca em base de patentes gratuitas. Ela consiste em orientar os alunos nas ferramentas de busca com a intenção de se encontrar relatórios de patente que possam servir de referencial bibliográfico para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de cada um, tarefa obrigatória para todos os graduandos obterem seus diplomas. Feito isso, ao final da disciplina, cada aluno faz uma apresentação abordando obrigatoriamente os seguintes itens: a) resumo do seu TCC; b) palavras-chave de seu TCC; c) critérios de busca utilizados; d) resumo dos relatórios de patente escolhidos; e) explicações de como os relatórios de patente escolhidos podem auxiliar na construção de seu TCC. Após a apresentação, o professor tece seus comentários e reforça o fato de que é produtivo utilizar relatórios de patente como fonte de informação tecnológica para embasar qualquer tipo de trabalho acadêmico. Ao fim da atividade os alunos sentem-se encorajados a usar essa fonte de consulta para outras finalidades, e não somente àquelas vinculadas à sua formação. (Mendonça, 2020, p.112).

Conforme relato de Mendonça (2020), essas práticas auxiliaram na transmissão do conteúdo, facilitando a absorção de um tema complexo. Ao ser

repassado de forma leve e prática, além de facilitar a apropriação do conhecimento, conseguiu engajar os alunos e atrair mais interessados em aprender sobre a temática.

Adicionalmente, recomenda-se a institucionalização de ações formativas periódicas, como oficinas, ciclos de capacitação ou módulos complementares, realizadas em parceria com o NIT, permitindo que estudantes compreendam, na prática, os procedimentos de registro e proteção de ativos intelectuais (Pires, 2014).

O Quadro 12, abaixo, sintetiza as fragilidades e consequente implicações dos dados levantados à luz do eixo Economia.

QUADRO 12 - Classificação e sistematização das fragilidades identificadas

Economia	
Fragilidades	**Implicações**
Ausência da PI como habilidade a ser adquirida na formação	Limita o papel da universidade como agente estratégico do desenvolvimento territorial
Proposições	- Inserção da PI nos PPCs como competência e habilidade; - Inserção nas disciplinas de abordagem sobre a importância da proteção do conhecimento para o desenvolvimento

FONTE: Dados da pesquisa, 2026

No âmbito do pilar **Economia**, adaptamos o conceito do IBID (2025) voltado para crédito, indústria, comércio e serviços para avaliar a capacidade de transformação do conhecimento em valor econômico e em dinamismo produtivo, em especial sua influência na economia local (INPI, 2025b). A análise dos PPCs da UERN evidencia que, embora exista uma preocupação com a vertente técnico-profissional, não é muito clara a articulação entre formação acadêmica e desenvolvimento econômico territorial mediante a proteção do conhecimento. Tal lacuna na abordagem do tema pode comprometer a compreensão do papel da universidade como um vetor estratégico do desenvolvimento regional.

Desse modo, propõe-se inserir nas disciplinas reflexões sobre como a proteção do conhecimento contribui para fortalecer a economia local, atrair investimentos e estimular parcerias com o setor econômico local. Ainda, pode ser incorporado conteúdos que abordem a valoração de ativos intangíveis, os mecanismos de licenciamento e as estratégias de exploração econômica das diversas espécies da PI, especialmente em disciplinas relacionadas à gestão, planejamento estratégico, projetos tecnológicos ou desenvolvimento regional.

Nesse sentido, apresenta-se uma sugestão de módulo de disciplina proposto por Gimenez (2012, p. 125): “A Economia da Informação e do Conhecimento:

Conceitos econômicos de informação e conhecimento; O conhecimento como ativo intangível; conceituação de intangíveis e de capital intelectual; Características econômicas dos intangíveis e a propriedade intelectual".

Nos cursos de Ciências Sociais Aplicadas, essa inserção pode aprofundar a conexão entre inovação, mercado e políticas de desenvolvimento; já nos cursos de Ciências Exatas e da Terra, pode contribuir para ampliar a percepção de que resultados técnicos e científicos possuem potencial econômico quando protegidos adequadamente. Tal abordagem favorece a percepção de que a inovação só existe no campo tecnológico, passando a ser compreendida também em sua dimensão estratégica e territorial.

Outra sugestão prática seria a criação de um Programa de Extensão Tecnológica, o qual poderia seguir o modelo proposto por Ferreira (2013), onde a Pró-reitoria de Extensão constrói um banco de dados com os docentes e servidores que se considerarem aptos a prestação de serviços aos setores produtivos, bem como dos espaços disponíveis na instituição para desenvolvimento de pesquisa. A partir disso, a Pró-reitoria, em articulação com o NIT, buscaria parcerias para fomentar a interação entre esses agentes e o setor produtivo, por meio de convênios já existentes, realizando-se aditivos para prestação de serviços; ainda, por demanda espontânea da empresa ou através da publicização dos serviços que a universidade tem disponibilidade de ofertar, conforme o banco de dados levantado pela Pró-reitoria de Extensão.

O Quadro 13 apresenta a análise dos dados sob o aspecto do último eixo temático do IBID (2025) que avalia metas relacionadas ao contexto da inovação, o pilar "Negócios", as outras duas, "Conhecimento e Tecnologia" e "Economia Criativa" relaciona-se à aspectos de resultados obtidos com as ações de inovação.

QUADRO 13 - Classificação e sistematização das fragilidades identificadas

Negócios	
Fragilidades	**Implicações**
Ausência de integração entre as abordagens da inovação	Absorção parcial do conhecimento, formação incompleta, fragilidade na consolidação da cultura de inovação
Proposições	- Adaptação das disciplinas para incluir uma abordagem interdisciplinar; - Oferta de disciplina que integre docentes e alunos de cursos diversos; - Oferta obrigatória de disciplina sobre a temática; - Inclusão da PI dentro do tópico das competências e habilidades e/ou do perfil profissional previsto nos PPCs.

FONTE: Dados da pesquisa, 2026

No contexto do pilar **Negócios**, utilizaremos para aplicação no estudo duas dimensões analisadas pelo IBID 2025, quais sejam: força de trabalho qualificada e absorção do conhecimento (INPI, 2025b). Nesse sentido, avaliamos o quanto à UERN está contribuindo para uma formação profissional completa.

A análise das disciplinas dos cursos de CET e CSA da UERN que tratam de temas correlatos à inovação, abordam o assunto sobre três perspectivas: uma tratando dos aspectos legais da inovação, outra interligando o termo inovação, ainda que de forma distante, a uma abordagem prática voltada ao negócio e ao empreendedorismo e a outra mais geral relacionando ciência, tecnologia e inovação à sociedade e à impacto social. O principal problema das abordagens é porque, embora sejam relevantes, não está havendo comunicação entre elas, o que impede um entendimento amplo de todos os aspectos e importância referentes à inovação e a construção de uma cultura.

Diante desse cenário, propõe-se o fortalecimento de abordagens interdisciplinares que integrem PI, empreendedorismo e transferência do conhecimento. Essa integração pode ocorrer por meio da inclusão de disciplinas que reúnam docentes e alunos de diversos cursos para troca de conhecimento e experiências, propiciando verdadeiros momentos de construção de uma cultura, como aponta Gimenez (2012, p. 124) em estudo semelhante realizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

> Assim, o que parece ser importante é a criação ou mesmo a consolidação de disciplinas com perfil interdisciplinar, que possam contar com diversos saberes e olhares de áreas essenciais para o entendimento e evolução do tema na UNICAMP. Na verdade, aquilo que poderia vir a ser algo mais robusto seria a criação de uma disciplina básica em PI, que servisse para todo e qualquer curso da UNICAMP, além de disciplinas mais específicas e com abordagens que sejam do interesse das diversas áreas do conhecimento.

Além de fortalecer a cultura na instituição, essa proposição possibilita uma implementação mais rápida do ensino de PI, uma vez que a universidade pode constituir essas disciplinas com os docentes que atualmente já lecionam matéria de PI e inovação nas três abordagens já identificadas na pesquisa, sendo um suporte até a qualificação de mais docentes e especialização da temática dentro de cada curso ou área do conhecimento.

Corroborando essa perspectiva, destaca-se a atividade relatada no estudo de Mendonça (2020, p. 113) de um procedimento metodológico aplicado no IFRJ reunindo alunos de cursos distintos.

> Outra avaliação em grupo, agora com componentes de cursos distintos, é o brechó tecnológico. A atividade deve ser direcionada apenas por uma curiosidade que não seja atrelada a formação do aluno. Os alunos são orientados a escolher algum artefato que tenham curiosidade de conhecer a origem. Buscam em bases gratuitas de pesquisa por patentes que eles possam construir o "Estado da técnica" do artefato escolhido. [...] No dia da apresentação, o grupo precisa trazer um exemplar (mais antigo que consiga ter acesso). A sala de aula é arrumada em forma de feira, os grupos montam uma banca e contam aos colegas a história daquele artefato antigo, por isso o nome de brechó tecnológico.

O autor relata o sucesso obtido com a estratégia de abordagem adotada, não apenas no resultado do conhecimento adquirido pelos alunos, como pelo estímulo e maior interesse de participação no assunto. O estudo valida e reforça a plausibilidade da proposição de inclusão do ensino de PI de forma interdisciplinar.

No aspecto da força de trabalho qualificada recomenda-se a implantação do modelo de disciplina acima proposto de forma obrigatória, de modo a garantir o quanto antes a qualificação de um maior número de alunos na temática, revertendo-se o alto percentual de oferta de disciplinas optativas. Por fim, considerando que alteração de disciplinas requer mudanças nos PPCs, reforça-se a necessidade de inclusão do conhecimento de PI dentro dos tópicos referentes à competência e habilidades e perfil profissional.

O Quadro 14 apresenta proposições para fragilidades identificadas nos dados quanto a falta de integração do conhecimento relativo à PI e como isso impacta nos resultados obtidos pela universidade.

QUADRO 14 - Classificação e sistematização das fragilidades identificadas

Conhecimento e Tecnologia	
Fragilidades	**Implicações**
A temática de conhecimento e tecnologia predomina em disciplinas optativas	Ausência de integração do conteúdo e sua importância à base de formação comum
Proposições	- Criação de editais e programas de estímulo a pesquisa, a proteção e sua divulgação; - Criação de indicadores para acompanhamento das ações e seus resultados.

FONTE: Dados da pesquisa, 2026

No pilar **Conhecimento e Tecnologia**, o IBID (2025) enfatiza a capacidade de geração, impacto e difusão do conhecimento científico e tecnológico como componente estruturante da inovação (INPI, 2025b). A análise realizada nas disciplinas da UERN evidencia que há uma abordagem que relaciona conhecimento, inovação e tecnologia, especialmente nas Ciências Exatas e da Terra, contudo, a recorrência desses termos é maior nas disciplinas optativas, não estando integrado à base de formação comum.

Somado a isso, não se observa, na prática, a materialização de impactos ou a efetiva disseminação do conhecimento produzido, uma vez que a expressão “propriedade intelectual” não foi identificada, indicando que a proteção do conhecimento não está plenamente incorporada como etapa integrada do processo científico, o que pode caracterizar um hiato entre geração de conhecimento e sua consolidação como ativo tecnológico institucional.

Diante desse cenário, sugere-se a criação de editais de incentivo à produção do conhecimento tecnológico, semelhante aos órgãos de fomento, resguardadas as devidas proporções da capacidade institucional, objetivando identificar pesquisas com potencial de proteção ou mesmo que incrementem o estado da técnica. Essas pesquisas poderiam ser objeto de evento científico para popularização do conhecimento produzido, podendo o evento ser dividido em áreas temáticas com distinção de público alvo, a depender da quantidade de pesquisas produzidas e/ou selecionadas.

Gimenez, Bambini e Bonacelli (2016), apresentam em seu estudo algumas sugestões de ações realizadas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para promoção da cultura de inovação. Dentre as várias opções, selecionamos aquelas que possam servir de modelo para construção de edital ou programa pela UERN, são elas: Prêmio Inventores Unicamp, que premia professores e pesquisadores que desenvolveram tecnologia e elas foram patenteadas ou transferidas para a sociedade; Prêmio Inova Unicamp de Iniciação à Inovação, premia docentes e discentes que tiveram pesquisas com maior potencial inovador submetidas aos Programas de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI); e, o Programa Líder de Inovação, que consiste na indicação de docente com experiência em atividades relacionadas à gestão da inovação, o qual manterá contato com a agência de inovação para ser

informado das novidades na área e por sua vez difundirá essa informação em seu departamento.

Por fim, sugere-se a criação de indicadores internos de monitoramento relacionados à proteção de resultados acadêmicos para acompanhamento das ações propostas, e porventura realizadas, e para dar maior visibilidade aos dados de conversão de pesquisa em ativos tecnológicos, objetivando estimular cada vez mais o engajamento da comunidade acadêmica.

Por fim, o Quadro 15 sintetiza proposições relativas as fragilidades identificas e relacionadas ao último eixo do IBID (2025).

QUADRO 15 - Classificação e sistematização das fragilidades identificadas

Economia Criativa	
Fragilidades	**Implicações**
Ausência de interligação da produção criativa e a propriedade intelectual	Desconhecimento do potencial econômico e profissional das criações.
Proposições	- Aumentar o número de disciplinas ofertadas sobre economia criativa e inovação; - Monitorar percentual de docentes capacitados em propriedade intelectual; - Fomentar produtos criativos desenvolvidos em projetos de extensão; - Incentivar o desenvolvimento de startups ou *spin-offs* criadas por estudantes; - Promover eventos institucionais de inovação e criatividade.

FONTE: Dados da pesquisa, 2026

No âmbito do pilar **Economia Criativa**, o IBID 2025 destaca a importância das atividades econômicas baseadas em criatividade, cultura, design, comunicação e produção intelectual (INPI, 2025b). Diferentemente dos setores estritamente tecnológicos, esse pilar enfatiza a geração de valor a partir de ativos simbólicos e autorais, cuja proteção jurídica é essencial para sua sustentabilidade.

Na análise dos PPCs da UERN foi observado que os cursos das Ciências Sociais Aplicadas possuem mais conteúdos relacionados à produção cultural, comunicação, criação de marcas, identidade organizacional e desenvolvimento de produtos autorais. Contudo, como nas demais abordagens, esse assunto não aparece de forma estruturada como instrumento de proteção desses ativos criativos, o que pode fragilizar a compreensão do potencial econômico da criação intelectual.

Diante desse cenário, propõe-se ampliar a abordagem da PI nas disciplinas que já tratam de produção criativa, reforçando a importância comercial da sua proteção. Naqueles cursos que ainda não trabalham a PI de nenhuma forma é importante a inserção de conteúdos relativos à direitos autorais, registro de marcas, proteção de *softwares*, design e identidade visual, considerando que na universidade preponderam cursos na modalidade licenciatura e inexiste curso na área de engenharia.

Essa inserção pode ocorrer em disciplinas relacionadas à comunicação, marketing, desenvolvimento de projetos criativos ou produção cultural, reforçando a dimensão estratégica da proteção em setores com foco de trabalho na criatividade.

Como sugestão de tópicos trazemos à propositura de Gimenez (2012): natureza dos direitos autorais; obras intelectuais protegidas; limites da proteção e exclusões; proteção autoral e expressões culturais; titularidade; *copyright*; proteção às obras de arte e arquitetônicas; direitos conexos; *software*, obra multimídia e internet, contratos em material de direito autoral. A esses podem ser inseridos temas relativos à marca e ao desenho industrial.

7.3.4 Considerações Finais

Por reconhecer a importância do conhecimento relativo à propriedade intelectual para o desenvolvimento econômico e social, têm-se observado um movimento das políticas nacionais de inovação no sentido de inserirem, de forma obrigatória, a temática nos currículos formativos como uma competência profissional necessária para a consolidação da cultura de inovação. Nesse sentido, este estudo se propôs a apresentar sugestões de ações à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a partir de dados levantados e analisados dos PPCs e ementas dos cursos de Ciências Exatas e da Terra e Ciências Sociais Aplicadas, com o intuito de fortalecer o ensino de PI na instituição.

A apresentação das sugestões de ações para reverter as fragilidades identificadas, como a presença limitada e pouco sistematizada da temática nos currículos, foi estruturada a partir das áreas temáticas do Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID 2025), o que permitiu compreender que o fortalecimento do ensino de PI não depende exclusivamente da criação de disciplinas específicas, mas

envolve um conjunto mais amplo de condições institucionais, pedagógicas e estruturais.

Nesse sentido, os eixos relacionados às instituições, ao capital humano e à infraestrutura evidenciam a importância de políticas institucionais claras, da formação docente e da disponibilização de espaços e mecanismos de apoio que favoreçam a disseminação do conhecimento sobre inovação e proteção do conhecimento.

De modo complementar, os eixos de conhecimento e tecnologia, economia e negócios indicam que a inserção da Propriedade Intelectual nos currículos deve estar associada ao fortalecimento da cultura de inovação no ambiente universitário, estimulando a aplicação social do conhecimento produzido na academia e sua conexão com demandas tecnológicas, organizacionais e produtivas. Já o eixo da economia criativa evidencia o potencial de integração da temática com áreas nas quais a criação intelectual constitui elemento central, ampliando as possibilidades de abordagem interdisciplinar do tema.

As propostas apresentadas, portanto, não se configuram como soluções isoladas, mas como diretrizes institucionais que, articuladas entre si, podem contribuir para consolidar um ambiente acadêmico mais propício à inovação. Outras sugestões poderiam ser propostas com uma análise mais aprofundada de alguns aspectos não analisados no estudo como: pesquisa sobre a área de formação do corpo docente que leciona as disciplinas relativas à inovação: aplicação de questionários aos alunos para percepção sobre a temática, de forma abrangente a todo corpo discente e de forma específica aqueles que cursam alguma das disciplinas analisadas; avaliação das propriedades intelectuais já produzidas pela instituição e a relação com os cursos estudados, a fim de identificar se houve influência de oferta de disciplina específica; relação comparativa da criação e ações do NIT com o número de Pis, entre outras.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. P. de. O CONCEITO DE CULTURA EM RAYMOND WILLIAMS. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, v. 3, n. especial, p. 205–224, 11 Out 2017 Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/7755. Acesso em: 4 fev 2026.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS- CGEE. **Apêndice teórico da Estratégia Nacional de Inovação**. Brasília, DF:CGEE, 2021

FARIA, A. X. **O ensino da Propriedade Intelectual nos cursos superiores do Brasil: razões e proposições**. 2011. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação) - Coordenação de Pesquisa e Educação em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, Instituto Nacional Da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, P. S. **Propriedade intelectual na formação de recursos humanos para inovação:** um estudo de caso no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação) – Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/a-academia/arquivo/dissertacoes/FERREIRAPatriciaSilva.pdf . Acesso em: 15 fev. 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENEZ, A. M. N. **O ensino da Propriedade Intelectual na educação superior: o caso da UNICAMP**. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012. Disponível : https://share.google/oPKT0ohSbS8JdcmRa. Acesso em: 11 nov. 2025

GIMENEZ, A. M. N.; BAMBINI, M. D.; BONACELLI, M. B. M. Universidades no sistema de inovação brasileiro: a experiência da Unicamp na promoção de uma cultura da propriedade intelectual, empreendedorismo e inovação. **Caderno de Prospecção**, v. 9, n. 1, p. 18-29, 2016. DOI: 10.9771/S.CPROSP.2016.009.003. Acesso em: 18 fev. 2026

GODOY, E. V.; SANTOS, V.M. UM OLHAR SOBRE A CULTURA. **Educação em Revista**, v. 30, n. 2, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000300002. Acesso em: 4 fev. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Presidência. Diretoria Executiva. Assessoria de Assuntos Econômicos (AECON). INPI 2024: Rankings de Depositantes. Rodrigo Vieira Ventura [et al.]. Rio de Janeiro: INPI, 2025.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Coordenação Geral de Economia e Inovação. Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento – IBID 2025. Rio de Janeiro: INPI, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/inpi-data/indice-brasil-de-inovacao-e-desenvolvimento-ibid/ibid_2025_pt-br-final.pdf. Acesso em: 10 fev. 2026

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MENDONÇA, L. G. Implantação da Disciplina de Inovação Tecnológica em Cursos de Graduação: Um diferencial na formação de alunos do Instituto Federal do Rio de Janeiro. **Saúde. Com-Ciência**, n. 1, p. 104-118, 2020. Disponível em: https://revistascientificas.ifrj.edu.br/index.php/saudeeconsciencia/article/download/1303/782. Acesso em: 06 mai. 2025.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI); CÂMARA DE INOVAÇÃO (CI). Resolução CI nº 1, de 23 de julho de 2021. Aprova a Estratégia Nacional de Inovação e os Planos de Ação para os Eixos de Fomento, Base Tecnológica, Cultura de Inovação, Mercado para Produtos e Serviços Inovadores e Sistemas Educacionais. Brasília: DOU. ed. 139. seção 1. Publicado em: 26/07/2021. Disponível em: https://in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-ci-n-1-de-23-de-julho-de-2021-334125807. Acesso em: 09 fev. 2026

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (MDIC); GRUPO INTERMINISTERIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (GIPI). Resolução GIPI/ME Nº 8, de 18 de Outubro de 2023. Aprova o Plano de Ação 2023-2025 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual. Brasília: D.O.U. ed. 202. seção 1. Publicado em: 24/10/2023. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-gipi/mdic-n-8-de-18-de-outrubro-de-2023-518452014. Acesso em: 10 fev. 2025

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (MDIC); GRUPO INTERMINISTERIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (GIPI). Resolução GIPI/MDIC Nº 14, de 01 de Agosto de 2025. Aprova o Plano de Ação 2025-2027 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual. Brasília: D.O.U. ed. 145. seção 1. Publicado em: 04/08/2025. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=04/08/2025&jornal=515&pagina=21&totalArquivos=215. Acesso em: 10 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI). Catálogo de cursos de ensino à distância – academia OMPI. 2026. Disponível em: https://welc.wipo.int/acc/index.jsf?page=courseCatalog.xhtml&lang=pt. Acesso em 15 fev. 2026

PIRES, E. A. **Mapeamento das estratégias para intensificar a proteção da propriedade intelectual e a transferência de tecnologia: um estudo de caso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. 2014. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciência da Propriedade Intelectual), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: https://ri.ufs.br/jspui/handle/123456789/3404. Acesso em: 28 fev. 2026.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

RANGEL, M. L. N.; CASTIONI, R. Educação, Inovação e Desenvolvimento socioeconômico: reposicionar a contribuição da universidade brasileira frente aos

desafios atuais. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 17, p. e6134047, 2023. DOI: 10.14244/198271996134. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/6134. Acesso em: 1 mai. 2024.

SANTOS, N. I. F.; RÉGIS, S. V. C.; CORREIA, A. M. M. Difusão da inovação das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas do Rio Grande do Norte por meio do mapeamento dos pedidos de patente. Santa Catarina: **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, v. 15, n. 1, 24-45, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/80294 Acesso em: 12 fev. 2024

SILVA, C. G.; MELO, L. C. P. (Coord.). **Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira – livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/ Academia Brasileira de Ciências, 2001.

SOUZA, W. R. de; CASTRO, L. M. de R. Propriedade intelectual e inovação na educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas para o futuro. **Caderno Pedagógico**, *[S. l.]*, v. 22, n. 7, p. e16077, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n7-059. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/16077. Acesso em: 16 set. 2025.

SOUZA, J.; MARANHÃO, G. O ENSINO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL COMO ESTRATÉGIA NO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE INOVAÇÃO. **DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, [S. l.], v. 11, n. 5, 2024. DOI: 10.20873/2024_jul_16546. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/16546. Acesso em: 3 fev. 2025

8 ENTREGÁVEIS DE ACORDO COM OS PRODUTOS DO TCC

8.1 MATRIZ DE SWOT (FOFA)

A análise SWOT é uma ferramenta estratégica amplamente utilizada que explora os ambientes interno e externo das organizações. Ela é fundamentalmente estruturada em quatro categorias principais: Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*). O principal objetivo desta matriz é auxiliar no diagnóstico empresarial, no planejamento estratégico e na tomada de decisões, adaptando-se às demandas e transformações das organizações modernas (Fernandes, 2012).

Dentro da análise SWOT, as Forças são capacidades ou competências internas que contribuem para o alcance de objetivos estratégicos, a geração de valor para clientes e a criação de vantagem competitiva sustentável. As Fraquezas, por outro lado, são fatores internos ou restrições que podem dificultar o desempenho da organização e a consecução de metas. Ambos, forças e fraquezas, são elementos intrínsecos à organização e estão sob seu domínio direto. Já as Oportunidades são fatores externos que podem favorecer ou facilitar o estabelecimento de negócios, permitindo que a empresa explore ou crie novas vantagens competitivas. As Ameaças são fatores negativos, também externos à empresa, que podem ameaçar suas vantagens competitivas e, na maioria das vezes, estão fora de seu controle (Costa Júnior, et. al., 2021). A análise SWOT proposta encontra-se no APÊNDICE A, página 111.

8.2 DIAGRAMA DO MODELO DE NEGÓCIO CANVAS

Os modelos de canvas visuais constituem uma proposta de simplificação das práticas de gestão de projetos e de negócios, muitas vezes complexas. Originados da abordagem Lean e aprimorados no contexto da gestão de negócios através do *Business Model Canvas* de Osterwalder e Pigneur (2010), esses canvas são modelos visuais integradores. Eles buscam apresentar uma visão holística e integrada das ideias e ações organizacionais, sendo projetados para serem fáceis, flexíveis e simples de utilizar (Bonazzi; Zilber, 2014; Pavão, 2023).

O *Business Model Canvas* (BMC) descreve como uma organização cria, entrega e captura valor, dividindo-o em nove blocos cuidadosamente selecionados e organizados, que abrangem aspectos internos e externos, como proposta de valor, segmento de clientes, canais, e elementos financeiros, são considerados dinâmicos, com campos para construção e acompanhamento de indicadores de desempenho, e entendem que o modelo de negócio nunca está completo, estando em constante mudança e alinhamento estratégico, exigindo análises contínuas para o sucesso competitivo (Gomes; Okano, 2023). O Diagrama do Modelo de Negócio Canvas proposto encontra-se no APÊNDICE B, página 112.

8.3 PRODUTO TECNOLÓGICO

O produto tecnológico constante do APÊNDICE D, página 114, é um Relatório Técnico Conclusivo, destinado à gestão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, quanto ao grau de conhecimento relativo à propriedade intelectual, dos cursos das áreas de ciências exatas e da terra e ciências sociais aplicadas, da Universidade.

O relatório fornece subsídios às atividades de fomento à inovação no âmbito dos departamentos acadêmicos, do Núcleo Tecnológico de Inovação (NIT) e da gestão superior, mediante sugestões de ações transversais elaboradas para mitigar as carências identificadas quanto à propagação da propriedade intelectual em seus cursos.

A construção do relatório foi realizada com base nos resultados oriundos desta pesquisa e os dados coletados em outros estudos e documentos, que forneceram subsídios e casos de sucesso às proposições sugeridas ao final do relatório. Espera-se que o relatório oriente as ações necessárias para adequação na política pedagógica e nos currículos da universidade, objetivando o fortalecimento da cultura de inovação.

9 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o ensino da Propriedade Intelectual na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e sua contribuição para o fortalecimento da cultura e do desempenho acadêmico em inovação. Para isso, foi realizada uma análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das áreas de Ciências Exatas e da Terra e Ciências Sociais Aplicadas, com apoio de técnicas de análise de conteúdo e análise lexical.

Os resultados indicam que, embora elementos relacionados à inovação estejam presentes em diferentes momentos dos documentos analisados, o ensino da Propriedade Intelectual ainda se apresenta de forma pontual e pouco sistematizada nos cursos investigados. Em muitos casos, a temática aparece associada a conceitos correlatos, como inovação, gestão ou empreendedorismo, sem necessariamente abordar de maneira direta os fundamentos da propriedade intelectual. Esse cenário sugere que o tema ainda ocupa uma posição periférica na formação acadêmica, o que pode limitar seu potencial de contribuir para o fortalecimento da cultura de inovação no ambiente universitário.

No que se refere à política pedagógica institucional, os resultados demonstraram que os PPCs analisados apresentam forte ênfase em princípios de formação humanística, ética e social, bem como na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Contudo, não foram identificadas referências claras à propriedade intelectual ou a elementos diretamente relacionados à inovação nas diretrizes pedagógicas dos cursos. Isso sugere que, embora exista alinhamento institucional com princípios que favorecem a inovação, sua tradução em práticas curriculares ainda carece de maior sistematização e aplicabilidade pedagógica.

Diante dessas constatações, esta pesquisa também buscou propor caminhos e possibilidades para o fortalecimento do ensino de Propriedade Intelectual na UERN. As sugestões apresentadas indicam que a consolidação de uma cultura de inovação não depende apenas da criação de disciplinas específicas sobre o tema, mas de um conjunto mais amplo de ações institucionais. Entre essas ações destacam-se a incorporação de conteúdos de PI em disciplinas já existentes, a capacitação docente na temática, o

fortalecimento da articulação entre os cursos e o Núcleo de Inovação Tecnológica da universidade, bem como a criação de iniciativas institucionais voltadas à promoção da inovação e da proteção do conhecimento produzido na academia.

Como limitação, destaca-se que a pesquisa se baseou exclusivamente na análise documental dos PPCs, o que não permite compreender integralmente como a temática é trabalhada nas práticas pedagógicas ou percebida pela comunidade acadêmica. Nesse sentido, estudos futuros podem ampliar essa investigação por meio da inclusão de cursos de outras áreas do conhecimento, especialmente da área da saúde, bem como pela realização de questionário com docentes e estudantes para conhecer a percepção dos mesmos sobre o tema. Também se sugere a análise do perfil acadêmico dos docentes, especialmente daqueles que lecionam as disciplinas objeto deste estudo, e de indicadores institucionais de inovação, como registros de propriedade intelectual e iniciativas de transferência de tecnologia.

Por fim, espera-se que os resultados deste estudo contribuam para ampliar o debate sobre o ensino da propriedade intelectual no ensino superior e para fortalecer iniciativas que promovam a cultura de inovação no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. R. de; GUARDA, E. Ad.; ROCHA, S. M. da. DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE CT&I NO BRASIL: competências científicas e persistência das assimetrias regionais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 27, n. 1, p. 379–396, 2023, Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/21851. Acesso em: 02 jul. 2025.

ALMEIDA, R. L. de; MARICATO, J. M. de. Explorando conceitos e métricas de inovação no contexto das universidades. **Informação & Informação**, v. 26, n. 2, p. 646-679, 2021. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/41606. Acesso em 28 ago. 2024.

AMABILE, T. M. **Criatividade e inovação nas organizações**. Escola de Negócios de Harvard, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4927750/mod_resource/content/0/Creativity%20and%20Innovation%20in%20Organizations.pdf. Acesso em: 16 nov 2024

AMORIM-BORHER, M. B.; ÁVILA, J. de P. C.; CASTRO, A. C.; CHAMAS, C. I.; CARVALHO, S. M. P. de. Ensino e Pesquisa em Propriedade Intelectual no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, SP, v. 6, n. 2, p. 281–310, 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648949. Acesso em: 3 fev. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMGARTEN, M. Ciência, tecnologia e desenvolvimento: redes e inovação social. **Parcerias estratégicas**, Brasília, DF, n. 26, p. 101-123, jun. 2008. Disponível em: http://104.131.229.131:5001/financeiro/docs/bibliografia/Inovacao_%20Social/Inovacao_Social_-_2.pdf. Acesso em 15 nov. 2024

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Árvore do Conhecimento. 2024. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/web/dgp/arvore-do-conhecimento. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.886, de 07 de dezembro de 2021. Institui a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual. Brasília: D.O.U. ed. 230. seção 1. Publicado em: 08 de dezembro de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10886.htm. Acesso em: 13 nov. 2024

BONAZZI, F. L. Z.; ZILBER, M. A. Inovação e Modelo de Negócio: um estudo de caso sobre a integração do Funil de Inovação eo Modelo Canvas. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 16, n. 53, p. 616-637, 2014.

BRUNO-FARIA, M. de F.; FONSECA, M. V. de A. Cultura de inovação: conceitos e modelos teóricos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 04, p. 372-396, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rac/a/QbZdzddgZPJdy3sPmZWWm3n/. Acesso em 15 nov. 2024.

COSTA JÚNIOR, J. F. da et al. A Matriz SWOT e suas subdimensões: uma proposta de inovação conceitual. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. e25710212580-e25710212580, 2021.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. MÉTODOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS: UM RESGATE TEÓRICO. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 1–13, 2008. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17591. Acesso em: 19 nov. 2024.

DIONISIO, G. F. Análise dos elementos que compõem a cultura de inovação: um estudo teórico. São Carlos, SP. **Dissertação de Mestrado**. Mestrado em Processos e Gestão de Operações. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18156/tde-04022020-151943/fr.php. Acesso em 30 jun. 2025.

DOBNI, C. B. Measuring innovation culture in organizations: the development of a generalized innovation culture construct using exploratory factor analysis. **European Journal of Innovation Management**, v. 11, n. 4, p. 539-559, 2008. doi: 10.1108/14601060810911156. Disponível: https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/14601060810911156/full/html. Acesso em: 19 nov. 2024.

ECHALAR, J. D.; LIMA, D. C. B. P.; OLIVEIRA, J. F. Plano Nacional de Educação (2014–2024)–O uso da inovação como subsídio estratégico para a Educação Superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 28, p. 863-884, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/9jYLqw4pbrgzjLZDf7YYygB/?format=html&lang=pt. Acesso em: 09 nov 2024

FARFUS, D.; ROCHA, M.C. de S. Inovação Social: um conceito em construção. **Inovações sociais**, v. 11, 2007. Disponível em: https://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2012/05/15/569/20130904104218759870i.pdf#page=13. Acesso em 15 nov. 2024.

FARIA, A. X. O ensino da Propriedade Intelectual nos cursos superiores do Brasil: razões e proposições. Rio de Janeiro, RJ. **Dissertação de Mestrado**. Instituto Nacional Da Propriedade Industrial; 2011. Disponível em:https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/a-academia/arquivo/dissertacoes/FARIAAdrianaXavier2011.pdf. Acesso em 06 mai. 2025.

FARIA, A. X. de; MACHADO, R. P. Propriedade Intelectual e Inovação no Ensino Superior Brasileiro: Razões e Proposições. In: LAGE, C. L. S.; WINTER, E.; BARBOSA, P. M. da S. **As diversas faces da Propriedade Intelectual.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 49-74.

FERNANDES, D. R. Uma visão sobre a análise da Matriz SWOT como ferramenta para elaboração da estratégia. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, v. 13, n. 2, 2012.

FÓRUM NACIONAL DE GESTORES DE INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA (FORTEC). Regimento Nacional do PROFNIT. FORTEC, 2020. Disponível em: https://profnit.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PROFNIT_Regimento-APROVADO-PELO-FORTEC-em-200916FIM.pdf. Acesso em: 04 mar. 2026

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M. B. M.; CARNEIRO, A. M. Proposta de Disciplina de Propriedade Intelectual a partir de Práticas de Ensino em Instituições Selecionadas. **Revista Gestão & Conexões**, *[S. l.]*, v. 2, n. 2, p. 52–74, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/4587. Acesso em: 3 fev. 2025.

GOMES, Jaqueline; OKANO, Marcelo Tsuguio. Uma Sistemática para Classificação de Modelos de Negócios e Estratégias. **Gestão & Regionalidade**, v. 39, p. e20238072-e20238072, 2023.

GUILHERMAT, J. C. L.; ESCODRO, P.; UCHÔA, S.; OLIVEIRA, A. O ensino da propriedade intelectual e do empreendedorismo como estímulo à inovação nos cursos de pós-graduação Stricto Sensu da Universidade Federal de Alagoas. **Cadernos de Prospecção**, 2018. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/9226. Acesso em: 05 maio 2024.

JASKYTE, K.; DRESSLER, W. W. Studying culture as an integral aggregate variable: organizational culture and innovation in a group of nonprofit organizations. **Field Methods**, v. 16, n. 3, p. 265-284, 2004. Disponível em: http://fmx.sagepub.com/content/16/3/265. Acesso em: 16 nov. 2024.

KOERICH, G. V.; CANCELLIER, É. L. P. de L. Inovação Frugal: origens, evolução e perspectivas futuras. **Cadernos Ebape. Br**, v. 17, p. 1079-1093, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/K38LzCKjPFyRKPNyJgyFZMR/?format=html. Acesso em: 15 nov. 2024

LUNDVALL, B.-Å. **National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning**. Londres: Pinter Publishers. 1992. Disponível em:

https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/31613/626406.pdf?sequence=1#page=102. Acesso em: 17 nov 2024

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. Análise Por Triangulação De Métodos: Um Referencial Para Pesquisas Qualitativas. **Revista Univap**, [S. l.], v. 20, n. 35, p. 201–208, 2014. DOI: 10.18066/revunivap.v20i35.228. Disponível em: https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228. Acesso em: 20 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC); CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (CNE/CES). Parecer CNE/CES Nº 334, de 8 de Maio de 2019. Institui a Orientação às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores. Brasília: D.O.U. ed. 148. seção 1, p. 32. Publicado em: 02/08/2019. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=119811-pces334-19&category_slug=agosto-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 abr. 2025

MINISTÉRIO DA ECONOMIA (ME); GRUPO INTERMINISTERIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (GIPI). Resolução GIPI/ME Nº 2, de 1º de Julho de 2021. Aprova o Plano de Ação 2021-2023 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual. Brasília: D.O.U. ed. 123. seção 1. Publicado em: 02/07/2021. Disponível em: https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/5777. Acesso em: 01 dez. 2024

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (MDIC); GRUPO INTERMINISTERIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (GIPI). Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual - Plano de Ação 2021-2023: Relatório Final de Execução. Brasília: MDIC. 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/propriedade-intelectual/pt-br/assuntos/estrategia-nacional-de-propriedade-intelectual/planos-de-acao/arquivos/relatorio-final_pa-21_23_23jul24.pdf. Acesso em: 14 dez. 2024

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (MDIC); GRUPO INTERMINISTERIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (GIPI). Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual - Plano de Ação 2023-2025: Relatório de Execução novembro/2023 a maio/2024. Brasília: MDIC. 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/propriedade-intelectual/pt-br/assuntos/estrategia-nacional-de-propriedade-intelectual/planos-de-acao/arquivos/1st-relatorio-monitoramento-pa-2023_2025_final_06set24_b.pdf. Acesso em: 14 dez. 2024

NASCIMENTO, J. M.; OZAK, A. M.. Não sei mas quero saber: um estudo sobre o conhecimento de estudantes de ensino técnico sobre propriedade intelectual. **Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 46–58, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/reni/article/view/178. Acesso em: 3 fev. 2025.

NELSON, R. R. (Ed.). **National Innovation Systems: A Comparative Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 1993. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=C3Q8DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR7&dq=National+Innovation+Systems:+A+Comparative+Analysis&ots=djK-pQwAjG&sig=DItUffIHps491iVmhdB1Z8pYtBM&redir_esc=y#v=onepage&q=National%20Innovation%20Systems%3A%20A%20Comparative%20Analysis&f=false. Acesso em: 17 nov 2024

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI). Understanding Industrial Property. Genebra: OMPI, 2016. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_895_2016.pdf. Acesso em: 17 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Manual de Oslo. Diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3. ed. Brasília: OECD/FINEP, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/manuais-de-referencia/arquivos/OCDE_ManualOslo3_2005_PT.pdf. Acesso em 15 nov 2024.

PAESANI, L. M. **Manual de propriedade intelectual: direito de autor, direito da propriedade industrial, direitos intelectuais sui generis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. ISBN: 9788597002034. Disponível em: https://blog.unifor.br/documents/392172/630670/manual+de+prote%C3%A7%C3%A3o+a+propriedade+intelectual.pdf/7c993159-1662-e698-0056-5d65e73b7cb1. Acesso em: 17 nov 2024

PAVÃO, E. A. F. Modelo de negócios através do Canvas e criação de novos negócios. **Administração & Gestão: um olhar para o futuro organizacional 2**, p. 38, 2023.

PIMENTEL, R.; LOIOLA, G. F.; DIOGO, T. M. Cultura de inovação e aprendizagem: o programa clube dos apaixonados por desafios. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 21, p. eRAMG200129, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ram/a/NcNRF8Lj4CLpVq3FTLnxYpB/?lang=pt. Acesso em 15 nov. 2024

RANGEL, M. L. N.; CASTIONI, R. Educação, Inovação e Desenvolvimento socioeconômico: reposicionar a contribuição da universidade brasileira frente aos desafios atuais. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 17, p. e6134047, 2023. DOI: 10.14244/198271996134. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/6134. Acesso em: 1 mai. 2024

RITTER, M.; AMORIM, M.; LEONARDO, A. A Propriedade Intelectual Nas Universidades Brasileiras - O Estado Da Arte. 2021.<disponível em: https://repositorio.altecasociacion.org/bitstream/handle/20.500.13048/134/545-545-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 maio 2024.

RODRIGUES, D. S.; SANTOS, R. M. N. dos; OLIVEIRA, R. C. de. A Temática de Propriedade Intelectual como Parte da Formação dos Alunos dos Cursos Técnicos dos Institutos Federais da Região Norte. **Cadernos de Prospecção**, v. 16, n. 1, p. 51-68, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/50960/28131. Acesso em: 05 maio 2024.

SANTOS, N. I. F.; RÉGIS, S. V. C.; CORREIA, A. M. M. Difusão da inovação das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas do Rio Grande do Norte por meio do mapeamento dos pedidos de patente. Santa Catarina: **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, v. 15, n. 1, 24-45, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/80294 Acesso em: 12 fev. 2024

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei nº 2944/2021, de 24 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir os temas do empreendedorismo e da inovação nos currículos da educação básica e superior. Projeto de Lei. Brasília, DF, 25 ago. 2021. n. 135, p. 389-394. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/107730?sequencia=389. Acesso em: 05 maio 2024.

SILVA, E. da. Análise de políticas públicas brasileiras em ciência, tecnologia e inovação com foco na cultura de inovação e atuação integrada de agentes do sistema de inovação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, p. e019019, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdbci/a/SFSzBdrwZJ47dHH78fWsbbh/?lang=pt. Acesso em: 16 nov 2024.

SILVA, I. S. da; ABUD, A. K. de S.; FERNANDES, M. G. Ensino, Propriedade Intelectual e Inovação: Difusão nos Programas stricto sensu da Universidade Federal de Sergipe. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 25, p. 76-90, 2022. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7426. Acesso em: 05 maio 2024.

TOMMASI, A. O Ensino de Propriedade Intelectual para o fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação. 2015. **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Propriedade Intelectual), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/3414/1/ALEXANDRE_CARDOSO_TOMMASI.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN). **UERN em Números. Ensino de Graduação.** Acesso à Informação, 2026. Disponível em: https://portal.uern.br/acessoainformacao/ensino-de-graduacao/ .Acesso em: 14 fev. 2026

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN). **UERN em Números. Pesquisa, Inovação e Pós-graduação.** Acesso à Informação, 2026. Disponível em: https://portal.uern.br/acessoainformacao/pesquisa-inovacao-e-pos-graduacao/ Acesso em: 03 mar. 2026

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 04/2024, de 03 de abril de 2024. Regulamenta a política de inovação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mossoró: CONSEPE, 2024. Disponível em: https://portal.uern.br/propeg/wp-content/uploads/2024/05/Resolucao-No-04-2024-CONSEPE-Regulamenta-a-Politica-de-Inovacao-da-Universidade-do-1.pdf. Acesso em: 04 mar. 2026

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN). Conselho Universitário. Resolução nº 34/2016, de 20 de setembro de 2016. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, para vencimento 2016/2026. Mossoró: Conselho Universitário, 2016. Disponível em: https://portal.uern.br/wp-content/uploads/2023/04/PDI-UERN-2016-2026.pdf. Acesso em: 7 out. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA). **Nit em números.** Núcleo de inovação tecnologia – NIT, 2025. Disponível em: https://nit.ufersa.edu.br/nit-em-numeros/ . Acesso em 06 mar. 2026

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA). Com armadilha tecnológica para insetos, Ufersa conquista primeira patente. UFERSA, 2023. Disponível: https://assecom.ufersa.edu.br/2023/05/31/com-armadilha-tecnologica-para-insetos-ufersa-conquista-primeira-patente/ . Acesso em 06 mar. 2026

10 APÊNDICE A – Matrix FOFA (SWOT)

	AJUDA	ATRAPALHA
INTERNA (Organização)	**FORÇAS:** 1. O produto é um estudo inédito sobre propriedade intelectual na UERN. 2. A proposta possui alinhamento com as demandas estratégicas da Agência UERN Inova. 3. O material para elaboração do relatório utilizará apenas fontes documentais e bibliográficas, garantindo viabilidade. 4. Metodologia de baixo custo	**FRAQUEZAS:** 1. Os documentos institucionais podem estar desatualizados incompletos. 2. O relatório não contemplará a universidade como um todo, estando limitado às áreas de ciências exatas e da terra e sociais aplicadas. 3. Restrição de recursos humanos, materiais ou financeiros à implementação das sugestões 4. Dificuldade em traduzir diagnósticos em ações práticas se não houver alinhamento com a gestão.
EXTERNA (Ambiente)	**OPORTUNIDADES:** 1. Possibilidade de replicar o método em outras instituições. 2. Potencial de contribuição para políticas públicas locais de inovação. 3. Maior visibilidade da instituição que pode favorecer a formalização de parcerias	**AMEAÇAS:** 1. Inexistência de cultura inovativa entre a comunidade acadêmica para absorção das sugestões; 2. Resistência institucional ou burocrática à implementação das sugestões do relatório. 3. Fatores externos, como mudanças políticas ou orçamentárias, afetando o impacto do produto.

11 APÊNDICE B – Modelo de Negócio CANVAS

<table>
<tr>
<td rowspan="2">Parcerias Chave:
1. Agência UERN Inova e departamentos da UERN que possam contribuir com informações relevantes.
2. Outros NITs e universidades que possam compartilhar suas experiências.</td>
<td>Atividades Chave:
1. Análise documental e bibliográfica sobre propriedade intelectual na UERN.
2. Sistematização de dados e identificação de lacunas.
3. Formulação de recomendações práticas para melhorar políticas e práticas de inovação.
4. Criação de um relatório técnico conclusivo com linguagem acessível e fundamentação robusta.</td>
<td rowspan="2">Propostas de Valor:
1. Panorama inédito do grau de conhecimento sobre propriedade intelectual na UERN.
2. Identificação de lacunas e fragilidades no ensino de inovação.
3. Subsídios estratégicos para a UERN Inova ajustar suas políticas e ações voltadas à inovação.
4. Metodologia replicável para outras instituições acadêmicas.
5. Aumento de PI.</td>
<td>Relacionamento:
1. Colaboração com a UERN Inova para definir prioridades e alinhar propostas.
2. Dar suporte para implementação das sugestões do relatório.
3. Fornecer consultoria para novas estratégias</td>
<td rowspan="2">Segmentos de Clientes:
1. Agência UERN Inova.
2. Professores e gestores de cursos de ciências exatas, sociais aplicadas e áreas correlatas.
3. Comunidade acadêmica e o ecossistema de inovação local.
4. Outras universidades</td>
</tr>
<tr>
<td>Recursos Chave:
1. Documentos institucionais (projetos pedagógicos, regulamentos, ementas).
2. Referências bibliográficas e estudos de caso nacionais/internacionais.</td>
<td>Canais:
1. Entrega física e digital do relatório para a UERN Inova e gestores institucionais.
2. Divulgação acadêmica via eventos, artigos e materiais complementares.</td>
</tr>
<tr>
<td colspan="3">Estrutura de Custos: Os custos serão de tempo e recursos humanos para:
1. Realização da pesquisa documental e bibliográfica.
2. Análise dos documentos levantados.
3. Edição e formatação do relatório técnico.</td>
<td colspan="3">Fontes de Receita:
1. A implementação das sugestões pode melhorar a captação de recursos voltados à inovação.
2. As sugestões propostas possuem potencial de melhorar a produção de propriedade intelectual com valor agregado.</td>
</tr>
</table>

12 APÊNDICE C – Artigo publicado

Referência: FREITAS, G. M. P. N. e; LIMA, L. R. L. de; MONTE, W. S. do. O ensino de empreendedorismo e inovação nos cursos de graduação: um recorte comparativo das Universidades Públicas de Mossoró/RN. **REVISTA DELOS**, [S. l.], v. 18, n. 63, p. e3817, 2025. DOI: 10.55905/rdelosv18.n63-198. Disponível em: https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/3817. Acesso em: 29 jun. 2025.

DOI: 10.55905/rdelosv18.n63-198
ISSN: 1988-5245

Originals received: 12/27/2024
Acceptance for publication: 01/21/2025

O ensino de empreendedorismo e inovação nos cursos de graduação: um recorte comparativo das Universidades Públicas de Mossoró/RN

Entrepreneurship and Innovation education among undergraduate courses: a comparative analysis of Public Universities in Mossoró/RN.

Educación en Emprendedorismo y Innovación en cursos de pregrado: un análisis comparativo de las Universidades Públicas en Mossoró/RN.

Georgia Maria Pinto Nóbrega e Freitas
Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação
Instituição: Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Endereço: Mossoró – Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: georgiapnfreitas@gmail.com

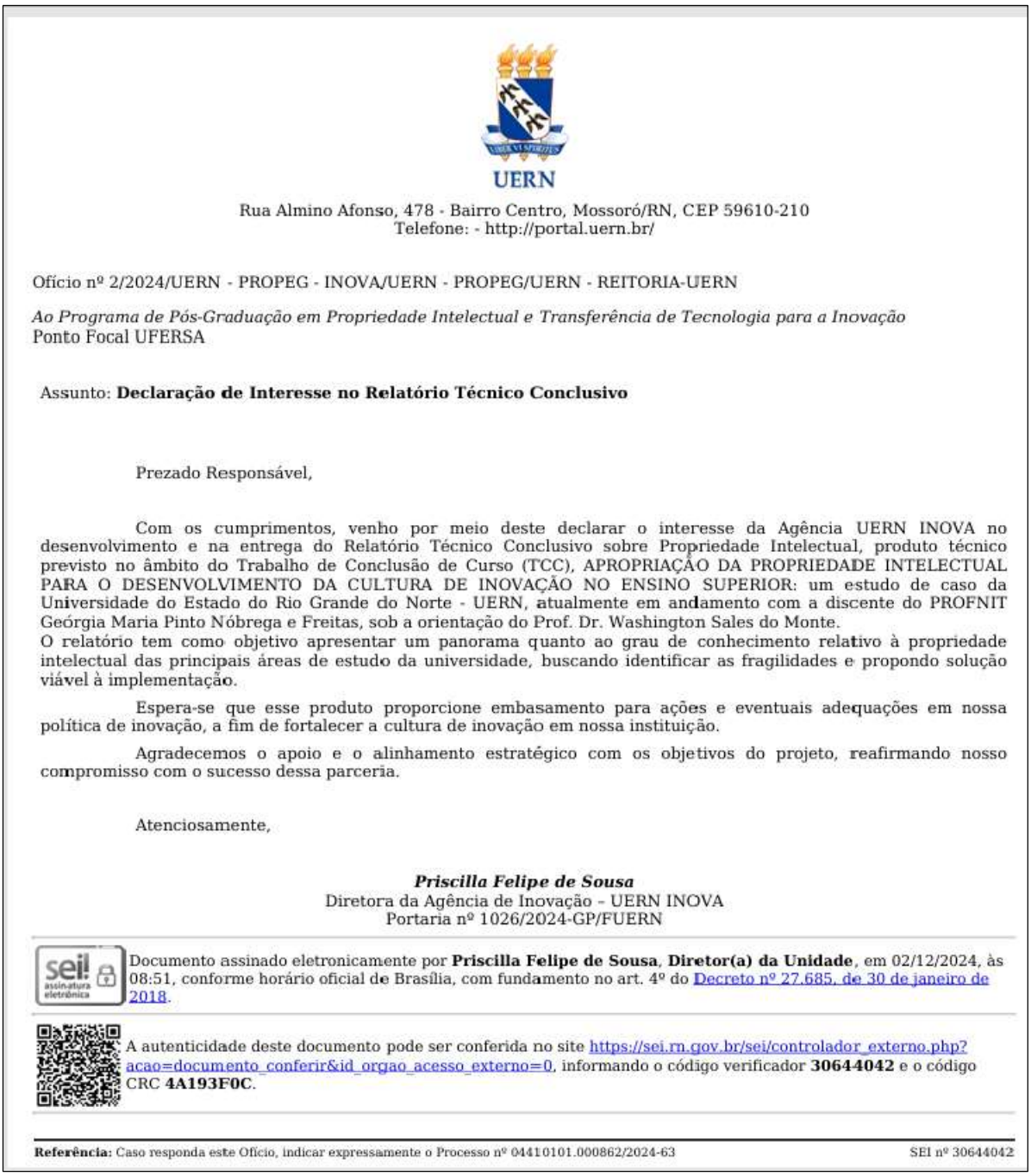
Lia Rodrigues Lessa de Lima
Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade
Instituição: Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Endereço: Mossoró – Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: lialima1000@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2643-6959

Washington Sales do Monte
Doutor em Ciência da Propriedade Intelectual
Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Endereço: Mossoró – Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: wsalesmkt@gmail.com

RESUMO
O objetivo desta pesquisa é mapear e compreender como ocorre a oferta das disciplinas de empreendedorismo e inovação nos cursos de graduação das universidades públicas de Mossoró no Rio Grande do Norte (RN). Conforme discutido no projeto de Lei nº 2944/2021, o ensino do empreendedorismo e inovação é de extrema relevância na formação acadêmica ao abordar temas fundamentais para o desenvolvimento intelectual, econômico e tecnológico do país. Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa. Para a realização da pesquisa, os dados foram coletados a partir de investigação bibliográfica e documental. Foram analisadas 42 ementas de cursos como administração, ciências contábeis, ciência da computação e direito. Este processo aconteceu em três etapas, a saber: seleção dos cursos, coleta de ementas e análise de conteúdo. Os dados foram analisados através da Análise de Conteúdo de Bardin com o suporte do software IRAMUTEQ. Os resultados indicam que, embora as universidades apresentem as disciplinas de empreendedorismo e inovação na estrutura curricular dos cursos pesquisados, há necessidade de melhorias no tocante à qualidade do ensino do conteúdo das ementas dessas disciplinas. A pesquisa revela ainda que a oferta de cursos além de ser desigual não explora com profundidade as temáticas necessárias à garantia de uma formação acadêmica robusta. As conclusões sugerem a implementação de ações pelas universidades para fortalecer a integração das disciplinas de

13 APÊNDICE D – Produto técnico-tecnológico

O produto tecnológico deste trabalho é um relatório técnico conclusivo a ser entregue à Agência de Inovação da UERN, conforme demanda do Ofício nº 2/2024/UERN – PROPEG – INOVA.



UERN

Rua Almino Afonso, 478 - Bairro Centro, Mossoró/RN, CEP 59610-210
Telefone: - http://portal.uern.br/

Ofício nº 2/2024/UERN - PROPEG - INOVA/UERN - PROPEG/UERN - REITORIA-UERN

Ao Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação
Ponto Focal UFERSA

Assunto: **Declaração de Interesse no Relatório Técnico Conclusivo**

Prezado Responsável,

Com os cumprimentos, venho por meio deste declarar o interesse da Agência UERN INOVA no desenvolvimento e na entrega do Relatório Técnico Conclusivo sobre Propriedade Intelectual, produto técnico previsto no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), APROPRIAÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE INOVAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: um estudo de caso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, atualmente em andamento com a discente do PROFNIT Geórgia Maria Pinto Nóbrega e Freitas, sob a orientação do Prof. Dr. Washington Sales do Monte.
O relatório tem como objetivo apresentar um panorama quanto ao grau de conhecimento relativo à propriedade intelectual das principais áreas de estudo da universidade, buscando identificar as fragilidades e propondo solução viável à implementação.

Espera-se que esse produto proporcione embasamento para ações e eventuais adequações em nossa política de inovação, a fim de fortalecer a cultura de inovação em nossa instituição.

Agradecemos o apoio e o alinhamento estratégico com os objetivos do projeto, reafirmando nosso compromisso com o sucesso dessa parceria.

Atenciosamente,

Priscilla Felipe de Sousa
Diretora da Agência de Inovação - UERN INOVA
Portaria nº 1026/2024-GP/FUERN

Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Felipe de Sousa**, **Diretor(a) da Unidade**, em 02/12/2024, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **30644042** e o código CRC **4A193F0C**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 04410101.000862/2024-63 SEI nº 30644042